Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
Proventos em Dinheiro	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	
Balanço Patrimonial Passivo	
Demonstração do Resultado	
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	14
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	15
Demonstração do Valor Adicionado	16
DFs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	24
Demonstração do Resultado Abrangente	26
Demonstração do Fluxo de Caixa	27
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	29
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	30
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	31
Demonstração do Valor Adicionado	32
Relatório da Administração	34
Notas Explicativas	49
Pareceres e Declarações	
Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	159
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	162
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	163

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

164

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	15.717.615	
Preferenciais	0	
Total	15.717.615	
Em Tesouraria		
Ordinárias	7.394	
Preferenciais	0	
Total	7.394	

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/05/2017	Dividendo	17/07/2017	Ordinária		0,16000
Reunião do Conselho de Administração	01/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/12/2017	Ordinária		0,31000
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2017	Dividendo	22/02/2018	Ordinária		0,07000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	91.568.737	91.212.661	94.722.744
1.01	Ativo Circulante	11.272.513	13.131.543	14.044.725
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.017.034	1.405.387	1.944.872
1.01.02	Aplicações Financeiras	631.637	648.951	2.597.469
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	631.637	648.951	2.597.469
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	631.637	648.951	2.597.469
1.01.03	Contas a Receber	3.055.953	2.183.510	3.583.444
1.01.03.01	Clientes	1.731.329	1.418.145	1.015.649
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.324.624	765.365	2.567.795
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.324.624	765.365	2.567.795
1.01.04	Estoques	2.107.274	2.160.921	1.987.853
1.01.04.01	Produtos acabados	494.406	508.878	530.529
1.01.04.02	Produtos em elaboração	131.741	131.805	117.284
1.01.04.03	Matérias primas	1.297.172	1.342.919	1.090.445
1.01.04.04	Materiais de produção	220	536	943
1.01.04.05	Almoxarifado e outros	219.818	223.360	283.425
1.01.04.06	Provisão para perdas	-36.083	-46.577	-34.773
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.625.960	4.879.093	2.645.342
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.625.960	4.879.093	2.645.342
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	2.407.282	4.424.755	2.216.898
1.01.06.01.02	Impostos Indiretos a Recuperar	218.678	454.338	428.444
1.01.07	Despesas Antecipadas	572.117	582.460	551.996
1.01.07.01	Despesas antecipadas de marketing	572.117	582.460	551.996
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	262.538	1.271.221	733.749
1.01.08.03	Outros	262.538	1.271.221	733.749
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	197.630	0
1.01.08.03.02	Juros a Receber	0	0	62.841
1.01.08.03.03	Outros Ativos	210.279	88.930	170.031
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	52.259	984.661	500.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02	Ativo Não Circulante	80.296.224	78.081.118	80.678.019
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.148.374	1.830.422	3.764.517
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	102.769	102.365	89.163
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	102.769	102.365	89.163
1.02.01.03	Contas a Receber	40.957	365	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.957	365	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	470.621	389.362	1.602.220
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	470.621	389.362	1.602.220
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.534.027	1.338.330	2.073.134
1.02.01.09.03	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	2.312.664	4.365	553.437
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	171.499	310.804	274.847
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais, Compulsórios e de Incentivos	523.740	538.690	591.811
1.02.01.09.06	Superávit de ativos	16.614	19.471	8.637
1.02.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	294.002
1.02.01.09.08	Outros	509.510	465.000	350.400
1.02.02	Investimentos	64.593.359	64.358.515	66.073.444
1.02.02.01	Participações Societárias	64.593.359	64.358.515	66.073.444
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	64.593.359	64.358.515	66.073.444
1.02.03	Imobilizado	10.806.139	11.144.956	9.911.024
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.457.888	10.489.162	9.203.932
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	348.251	655.794	707.092
1.02.04	Intangível	748.352	747.225	929.034
1.02.04.01	Intangíveis	748.352	747.225	929.034
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	466.494	465.367	647.176
1.02.04.01.03	Ágio	281.858	281.858	281.858

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	91.568.737	91.212.661	94.722.744
2.01	Passivo Circulante	19.839.347	20.917.670	18.115.714
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	536.741	262.432	341.614
2.01.01.01	Obrigações Sociais	438.601	165.753	219.316
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	98.140	96.679	122.298
2.01.02	Fornecedores	5.047.851	4.751.291	5.124.405
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.740.201	4.300.062	4.665.565
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	307.650	451.229	458.840
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.862.738	2.188.264	1.907.936
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.575.297	988.986	859.136
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	370.799	13.760	22.674
2.01.03.01.02	Demais Tributos e Contribuições Federais	1.204.498	975.226	836.462
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.284.572	1.195.798	1.042.905
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias	1.112.940	1.068.193	894.180
2.01.03.02.02	Diferimento de Impostos sobre Vendas	171.632	127.605	148.725
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.869	3.480	5.895
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	2.869	3.480	5.895
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	351.119	447.309	982.083
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	351.119	447.309	982.083
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	351.119	424.617	566.508
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	22.692	415.575
2.01.05	Outras Obrigações	10.895.375	13.122.852	9.677.697
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.395.140	5.916.893	4.142.687
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	3.395.140	5.916.893	4.142.687
2.01.05.02	Outros	7.500.235	7.205.959	5.535.010
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.502.252	1.463.511	300.902
2.01.05.02.04	Juros a Pagar	23.853	25.479	30.499
2.01.05.02.07	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	5.520.156	5.179.091	4.643.857
2.01.05.02.10	Outros Passivos	453.974	537.878	559.752

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.06	Provisões	145.523	145.522	81.979
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	145.523	145.522	81.979
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	97.024	107.457	36.573
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.507	21.203	28.065
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	5.266	5.810	8.924
2.01.06.01.05	Provisões Outras	20.726	11.052	8.417
2.02	Passivo Não Circulante	25.720.576	25.469.943	28.275.147
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	732.662	915.626	734.545
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	629.923	814.823	635.679
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	629.923	814.823	608.501
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	27.178
2.02.01.02	Debêntures	102.739	100.803	98.866
2.02.02	Outras Obrigações	24.628.944	23.948.131	27.291.578
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.781.014	22.591.577	25.269.004
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	22.781.014	22.591.577	25.269.004
2.02.02.02	Outros	1.847.930	1.356.554	2.022.574
2.02.02.02.03	Provisão para benefícios assistência médica e outros	361.262	306.211	248.647
2.02.02.02.04	Fornecedores	184.653	241.103	111.734
2.02.02.02.05	Diferimento de Impostos Sobre Vendas	590.351	510.302	720.697
2.02.02.02.06	Demais Tributos e Contribuições	176.057	5.626	5.217
2.02.02.02.08	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	67.861	260.681	914.726
2.02.02.02.09	Passivo a Descoberto com Coligadas	28.210	25.047	13.171
2.02.02.02.10	Outros Passivos	13.617	7.584	8.382
2.02.02.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	425.919	0	0
2.02.04	Provisões	358.970	606.186	249.024
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	358.970	606.186	249.024
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	239.331	447.621	111.096
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	55.521	88.324	85.253
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	12.991	24.202	27.108

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.01.05	Provisões Outros	51.127	46.039	25.567
2.03	Patrimônio Líquido	46.008.814	44.825.048	48.331.883
2.03.01	Capital Social Realizado	57.614.140	57.614.140	57.614.140
2.03.02	Reservas de Capital	54.700.909	54.529.780	54.373.451
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	53.662.811	53.662.811	53.662.811
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-139.665	-312.670	-617.407
2.03.02.07	Pagamento Baseado em Ações	1.232.194	1.074.747	1.013.250
2.03.02.08	Resultados de Ações em Tesouraria	-755.329	-596.006	-386.101
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	700.898	700.898	700.898
2.03.04	Reservas de Lucros	8.660.235	9.700.248	8.201.323
2.03.04.01	Reserva Legal	4.456	4.456	4.456
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.267.721	3.859.995	2.141.424
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	7.388.058	5.835.797	4.016.272
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	2.039.171
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-74.966.470	-77.019.120	-71.857.031
2.03.06.01	Reservas de Conversão	1.639.099	-289.483	3.472.291
2.03.06.02	Hedge de Fluxo de Caixa	368.806	-144.568	932.109
2.03.06.03	Ganhos/(Perdas) Atuariais	-1.144.468	-1.262.170	-1.131.499
2.03.06.04	Opções Concedidas sobre Participação em Controlada	-2.771.248	-2.390.843	-2.246.679
2.03.06.05	Ganhos/(Perdas) Participação na Variação de Capital	2.099.921	2.150.643	2.123.565
2.03.06.06	Combinação de Negócios	156.091	156.091	156.091
2.03.06.07	Ajustes Contábeis de Transações entre Sócios	-75.314.671	-75.238.790	-75.162.909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.730.363	20.634.193	22.106.965
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.483.719	-11.263.620	-11.431.627
3.03	Resultado Bruto	10.246.644	9.370.573	10.675.338
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.133.972	4.006.806	3.371.176
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.001.540	-3.999.531	-3.591.038
3.04.01.01	Despesas Logísticas	-1.779.128	-1.662.271	-1.561.483
3.04.01.02	Despesas Comerciais	-2.222.412	-2.337.260	-2.029.555
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.514.297	-1.190.964	-1.277.065
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.029.042	2.631.206	1.974.913
3.04.04.01	Recorrentes	1.029.042	1.386.121	1.974.717
3.04.04.02	Não Recorrentes	0	1.245.085	196
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-132.093	-245.490	-530.970
3.04.05.03	Recorrentes	-107.398	-227.213	-266.656
3.04.05.04	Não Recorrentes	-24.695	-18.277	-264.314
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.752.860	6.811.585	6.795.336
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.380.616	13.377.379	14.046.514
3.06	Resultado Financeiro	-5.388.177	-2.509.282	-1.304.158
3.06.01	Receitas Financeiras	1.302.364	2.502.321	3.988.762
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.690.541	-5.011.603	-5.292.920
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.992.439	10.868.097	12.742.356
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.339.529	1.678.513	-318.585
3.08.01	Corrente	963.993	2.157.328	1.920.185
3.08.02	Diferido	375.536	-478.815	-2.238.770
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.331.968	12.546.610	12.423.771
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.331.968	12.546.610	12.423.771
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,47000	0,80000	0,79000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício	Antepenúltimo Exercício
Conta		01/01/2017 à 31/12/2017	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02.01	ON	0,46000	0,79000	0,79000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	7.331.968	12.546.610	12.423.771
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.559.658	-4.936.115	3.662.716
4.02.01	Ganhos (perdas) na Conversão de Operações no Exterior	1.928.582	-3.728.767	3.018.934
4.02.02	Reconhecimento Integral de Ganhos (perdas) Atuariais	117.702	-130.671	-22.370
4.02.03	Hedge Fluxo de Caixa - Ganhos (Perdas) Reconhecido no Patrimônio Líquido	188.947	-582.678	1.636.112
4.02.04	Hedge Fluxo de Caixa - Ganhos (Perdas) Excluído do Patrimônio Líquido e Incluído no Resultado	324.427	-493.999	-969.960
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.891.626	7.610.495	16.086.487

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.864.167	12.049.425	15.263.492
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	10.231.173	7.842.073	9.508.673
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	7.331.968	12.546.610	12.423.771
6.01.01.02	Depreciação, Amortização e Impairment	2.186.992	2.058.565	1.692.171
6.01.01.03	Perda por impairment nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber	35.228	89.434	34.071
6.01.01.04	Aumento nas provisões e benefícios a funcionários	127.494	270.003	373.641
6.01.01.05	Resultado financeiro líquido	5.388.177	2.509.282	1.304.158
6.01.01.06	Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	-18.116	-18.795	5.820
6.01.01.07	Despesa com pagamentos baseados em ações	156.819	117.044	147.276
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social	-1.339.529	-1.678.513	318.585
6.01.01.09	Participação nos resultados de controladas e coligadas	-5.752.860	-6.811.585	-6.795.336
6.01.01.10	Perda/(ganho) na venda de operações em associadas	2.115.000	0	4.516
6.01.01.11	Ganho em permuta de participações societárias	0	-1.239.972	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.632.994	4.207.352	5.754.819
6.01.02.01	(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber	-578.812	1.789.535	-1.120.266
6.01.02.02	(Aumento)/redução nos estoques	56.935	-112.855	-102.241
6.01.02.03	Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar	-1.734.668	-703.817	3.354.220
6.01.02.04	Juros Pagos	-2.294.566	-1.860.401	-1.258.392
6.01.02.05	Juros Recebidos	572.903	460.406	472.993
6.01.02.06	Dividendos Recebidos	5.505.239	3.549.449	4.149.324
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	1.105.963	1.085.035	259.181
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.838.630	-3.403.300	-5.098.685
6.02.01	Caixa advindo de reestruturação societária	14.707	83.613	0
6.02.02	Proventos da Venda de Imobilizado e Intangíveis	35.829	68.739	24.196
6.02.03	Aquisição de Imobilizado e Intangíveis	-1.340.468	-1.664.283	-2.344.995
6.02.08	(Aplicação financeira) e proventos líquidos de títulos de dívida	-157.579	-285.486	-1.356.930
6.02.09	Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos	13.028	8.629	76
6.02.10	Aquisição de Outros Investimentos	-404.147	-1.625.405	-1.579.423
6.02.11	Provento na Venda de Participação de Investimento para Controlada	0	10.893	158.391

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.413.903	-9.207.988	-12.682.098
6.03.01	Aumento de Capital	0	0	9.873
6.03.04	Proventos/(recompra) de ações	-38.614	386	-824.186
6.03.06	Proventos de empréstimos	4.859.464	5.518.233	12.535.579
6.03.07	Liquidação de empréstimos	-5.777.305	-3.244.013	-8.987.064
6.03.08	Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros	-1.048.279	-1.064.254	-4.484.286
6.03.10	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-8.409.169	-10.418.340	-10.932.014
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	13	22.378	1.918.509
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	611.647	-539.485	-598.782
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.405.387	1.944.872	2.543.654
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.017.034	1.405.387	1.944.872

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.614.140	54.529.780	9.700.248	0	-77.019.120	44.825.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.614.140	54.529.780	9.700.248	0	-77.019.120	44.825.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	171.129	-3.770.144	-4.601.837	-507.008	-8.707.860
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.612.792	0	-3.612.792
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.770.144	-1.099.625	0	-4.869.769
5.04.09	Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	0	13.682	0	0	0	13.682
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	157.447	0	0	0	157.447
5.04.13	Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	0	0	0	75.881	-75.881	0
5.04.14	Dividendos prescritos	0	0	0	34.699	0	34.699
5.04.16	Ganhos/(perdas) de participação	0	0	0	0	-12.097	-12.097
5.04.17	Imposto sobre dividendos fictos	0	0	0	0	-38.625	-38.625
5.04.18	Opções concedidas sobre participação em controlada	0	0	0	0	-380.405	-380.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.331.968	2.559.658	9.891.626
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.331.968	0	7.331.968
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.559.658	2.559.658
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.928.582	1.928.582
5.05.02.06	Ganhos/(Perdas) Atuariais	0	0	0	0	117.702	117.702
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	513.374	513.374
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.730.131	-2.730.131	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	1.552.261	-1.552.261	0	0
5.06.05	Reserva de investimentos	0	0	1.177.870	-1.177.870	0	0
5.07	Saldos Finais	57.614.140	54.700.909	8.660.235	0	-74.966.470	46.008.814

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.614.140	54.373.451	8.201.323	0	-71.857.031	48.331.883
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.614.140	54.373.451	8.201.323	0	-71.857.031	48.331.883
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	156.329	-2.039.171	-9.008.514	-225.974	-11.117.330
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.651.827	0	-5.651.827
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-2.039.171	-3.454.173	0	-5.493.344
5.04.09	Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	0	94.832	0	0	0	94.832
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	61.497	0	0	0	61.497
5.04.13	Reversão Efeito Revalorização dos Ativos Fixos pelo Custo Precedente	0	0	0	75.881	-75.881	0
5.04.14	Dividendos prescritos	0	0	0	21.605	0	21.605
5.04.16	Ganhos/ (Perdas) de participação	0	0	0	0	-2.781	-2.781
5.04.17	Transação de Troca de Ações	0	0	0	0	-3.148	-3.148
5.04.18	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	0	0	0	0	-144.164	-144.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.546.610	-4.936.115	7.610.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.546.610	0	12.546.610
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.936.115	-4.936.115
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.728.767	-3.728.767
5.05.02.06	Ganhos/(Perdas) Atuariais	0	0	0	0	-130.671	-130.671
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.076.677	-1.076.677
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.538.096	-3.538.096	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de incentivos fiscais	0	0	1.819.525	-1.819.525	0	0
5.06.05	Constituição de reserva estatutária para investimento	0	0	1.718.571	-1.718.571	0	0
5.07	Saldos Finais	57.614.140	54.529.780	9.700.248	0	-77.019.120	44.825.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.582.349	55.023.269	4.883.945	0	-75.267.969	42.221.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.582.349	55.023.269	4.883.945	0	-75.267.969	42.221.594
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.791	-649.818	-1.979.854	-7.126.539	-251.778	-9.976.198
5.04.01	Aumentos de Capital	31.791	-22.685	0	0	0	9.106
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.352.390	0	-2.352.390
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-1.979.854	-4.866.270	0	-6.846.124
5.04.09	Compra de Ações e Resultado de Ações em Tesouraria	0	-816.990	0	0	0	-816.990
5.04.10	Pagamento Baseado em Ações	0	189.857	0	0	0	189.857
5.04.13	Reversão Efeito Revalorização dos Ativos Fixos pelo Custo Precedente	0	0	0	75.881	-75.881	0
5.04.14	Dividendos Prescritos	0	0	0	16.240	0	16.240
5.04.16	Ganhos (Perdas) de Participação	0	0	0	0	13.501	13.501
5.04.17	Opção de Venda de Participação em Controlada Concedida	0	0	0	0	-189.398	-189.398
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.423.771	3.662.716	16.086.487
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.423.771	0	12.423.771
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.662.716	3.662.716
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.018.934	3.018.934
5.05.02.06	Ganhos/Perdas Atuariais	0	0	0	0	-22.370	-22.370
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	666.152	666.152
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.297.232	-5.297.232	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva de Incestivos Fiscais	0	0	1.143.639	-1.143.639	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Estatutária para Investimento	0	0	2.114.422	-2.114.422	0	0
5.06.06	Juros sobre o Capital Próprio Propostos	0	0	2.039.171	-2.039.171	0	0
5.07	Saldos Finais	57.614.140	54.373.451	8.201.323	0	-71.857.031	48.331.883

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	39.450.990	38.950.337	38.266.731
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.395.995	37.183.233	37.959.319
7.01.02	Outras Receitas	75.983	1.796.002	333.709
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.988	-28.898	-26.297
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.858.988	-15.138.025	-16.120.833
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.634.756	-12.495.829	-13.075.746
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.172.830	-2.603.327	-2.995.968
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-51.402	-38.869	-49.119
7.03	Valor Adicionado Bruto	23.592.002	23.812.312	22.145.898
7.04	Retenções	-2.135.591	-2.019.695	-1.643.050
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.135.591	-2.019.695	-1.643.050
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.456.411	21.792.617	20.502.848
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	7.104.150	9.354.814	10.813.097
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.752.860	6.811.585	6.795.336
7.06.02	Receitas Financeiras	1.302.364	2.502.321	3.988.762
7.06.03	Outros	48.926	40.908	28.999
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.560.561	31.147.431	31.315.945
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.560.561	31.147.431	31.315.945
7.08.01	Pessoal	1.869.269	1.508.762	1.582.011
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.541.251	1.185.308	1.242.338
7.08.01.02	Benefícios	153.314	152.545	149.945
7.08.01.03	F.G.T.S.	81.391	82.220	64.915
7.08.01.04	Outros	93.313	88.689	124.813
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.682.888	12.109.918	12.016.663
7.08.02.01	Federais	3.196.791	3.189.485	4.402.619
7.08.02.02	Estaduais	9.468.295	8.904.746	7.599.796
7.08.02.03	Municipais	17.802	15.687	14.248
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.676.436	4.982.141	5.293.500
7.08.03.01	Juros	6.613.738	4.916.267	5.254.122

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.02	Aluguéis	62.698	65.874	39.378
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.331.968	12.546.610	12.423.771
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.277.495	3.454.173	4.866.270
7.08.04.02	Dividendos	3.612.792	5.651.827	2.352.390
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.441.681	3.440.610	5.205.111

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	86.851.989	83.841.418	90.176.234
1.01	Ativo Circulante	24.718.073	23.886.851	28.314.489
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.354.527	7.876.849	13.620.161
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.883	282.771	215.106
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.883	282.771	215.106
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	11.883	282.771	215.106
1.01.03	Contas a Receber	4.944.831	4.368.059	4.165.670
1.01.03.01	Clientes	4.814.200	4.330.810	4.081.046
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	130.631	37.249	84.624
1.01.04	Estoques	4.318.973	4.347.052	4.338.172
1.01.04.01	Produto Acabado	1.528.434	1.445.462	1.572.536
1.01.04.02	Produto em Elaboração	309.567	328.453	304.726
1.01.04.03	Matérias Primas	1.816.331	1.962.731	1.857.351
1.01.04.04	Materiais de Produção	77.208	50.026	50.542
1.01.04.05	Almoxarifado e Outros	687.785	681.640	659.792
1.01.04.06	Provisão para Perdas	-100.352	-121.260	-106.775
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.370.541	5.423.310	3.194.972
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.370.541	5.423.310	3.194.972
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	2.770.376	4.693.724	2.398.655
1.01.06.01.02	Impostos Indiretos a Recuperar	600.165	729.586	796.317
1.01.07	Despesas Antecipadas	771.499	771.257	1.017.140
1.01.07.01	Despesas Antecipadas Marketing	771.499	771.257	1.017.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	945.819	817.553	1.763.268
1.01.08.03	Outros	945.819	817.553	1.763.268
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	350.036	196.655	1.512.381
1.01.08.03.02	Juros a Receber	4.718	18.981	67.636
1.01.08.03.03	Outros ativos	591.065	601.917	183.251
1.02	Ativo Não Circulante	62.133.916	59.954.567	61.861.745
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.997.050	4.743.535	5.961.469

1.02.01.02.01 Títulos Mantidos até o Vencimento 121.956 104.340 118.626 1.02.01.06 Tributos Diferidos 2.279.339 2.268.142 2.749.852 1.02.01.06.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 2.279.339 2.268.142 2.749.852 1.02.01.07 Despesas Antecipadas 133.183 150.884 119.158	Código da Conta	a Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.06 Tributos Diferidos 2.279.339 2.268.142 2.749.852 1.02.01.06.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 2.279.339 2.268.142 2.749.852 1.02.01.07 Despesas Antecipadas 133.183 150.884 119.158	1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	121.956	104.340	118.628
1.02.01.06.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 2.279.339 2.268.142 2.749.852 1.02.01.07 Despesas Antecipadas 133.183 150.884 119.158	1.02.01.02.01	2.01 Títulos Mantidos até o Vencimento	121.956	104.340	118.628
1.02.01.07 Despesas Antecipadas 133.183 150.884 119.159	1.02.01.06	5 Tributos Diferidos	2.279.339	2.268.142	2.749.852
	1.02.01.06.01	5.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.279.339	2.268.142	2.749.852
1.02.01.07.01 Despesas Antecipadas de Marketing 133.183 150.884 119.159	1.02.01.07	7 Despesas Antecipadas	133.183	150.884	119.159
	1.02.01.07.01	7.01 Despesas Antecipadas de Marketing	133.183	150.884	119.159
1.02.01.09 Outros Ativos Não Circulantes 4.462.572 2.220.169 2.973.830	1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.462.572	2.220.169	2.973.830
1.02.01.09.03 Depósitos Judiciais Compulsórios e de Incentivos 551.008 571.305 620.204	1.02.01.09.03	9.03 Depósitos Judiciais Compulsórios e de Incentivos	551.008	571.305	620.204
1.02.01.09.04 Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar 2.312.664 4.493 557.377	1.02.01.09.04	9.04 Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	2.312.664	4.493	557.377
1.02.01.09.05 Demais impostos a Recuperar 225.036 343.147 335.376	1.02.01.09.05	9.05 Demais impostos a Recuperar	225.036	343.147	335.376
1.02.01.09.06 Superávit de Ativos 58.443 33.503 8.637	1.02.01.09.06	9.06 Superávit de Ativos	58.443	33.503	8.637
1.02.01.09.08 Instrumentos Financeiros Derivativos 35.188 16.326 51.376	1.02.01.09.08	9.08 Instrumentos Financeiros Derivativos	35.188	16.326	51.376
1.02.01.09.09 Títulos a Receber 881.752 899.160 1.076.585	1.02.01.09.09	9.09 Títulos a Receber	881.752	899.160	1.076.585
1.02.01.09.10 Outros 398.481 352.235 324.275	1.02.01.09.10	9.10 Outros	398.481	352.235	324.275
1.02.02 Investimentos 237.961 300.115 714.925	1.02.02	Investimentos	237.961	300.115	714.925
1.02.02.01 Participações Societárias 237.961 300.115 714.925	1.02.02.01	1 Participações Societárias	237.961	300.115	714.925
1.02.02.01.04 Outras Participações Societárias 237.961 300.115 714.925	1.02.02.01.04	1.04 Outras Participações Societárias	237.961	300.115	714.925
1.02.03 Imobilizado 18.822.327 19.153.836 19.140.087	1.02.03	Imobilizado	18.822.327	19.153.836	19.140.087
1.02.03.01 Imobilizado em Operação 17.545.621 17.392.999 16.988.268	1.02.03.01	1 Imobilizado em Operação	17.545.621	17.392.999	16.988.268
1.02.03.02 Imobilizado Arrendado 18.744 20.098 19.172	1.02.03.02	2 Imobilizado Arrendado	18.744	20.098	19.172
1.02.03.03 Imobilizado em Andamento 1.257.962 1.740.739 2.132.647	1.02.03.03	3 Imobilizado em Andamento	1.257.962	1.740.739	2.132.647
1.02.04 Intangível 36.076.578 35.757.081 36.045.264	1.02.04	Intangível	36.076.578	35.757.081	36.045.264
1.02.04.01 Intangíveis 4.674.704 5.245.881 5.092.198	1.02.04.01	1 Intangíveis	4.674.704	5.245.881	5.092.198
1.02.04.01.02 Outros Intangíveis 4.674.704 5.245.881 5.092.198	1.02.04.01.02	1.02 Outros Intangíveis	4.674.704	5.245.881	5.092.198
1.02.04.02 Goodwill 31.401.874 30.511.200 30.953.066	1.02.04.02	2 Goodwill	31.401.874	30.511.200	30.953.066

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	86.851.989	83.841.418	90.176.234
2.01	Passivo Circulante	28.688.476	28.773.650	30.141.913
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.047.182	686.627	915.542
2.01.01.01	Obrigações Sociais	562.543	330.480	497.150
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	484.639	356.147	418.392
2.01.02	Fornecedores	10.418.429	9.793.009	11.109.093
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.554.496	5.039.815	7.752.054
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	4.863.933	4.753.194	3.357.039
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.493.847	4.282.418	4.342.096
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.261.182	2.213.274	2.101.030
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.668.407	904.240	1.245.298
2.01.03.01.02	2 Demais Tributos e Contribuições Federais	1.592.775	1.309.034	855.732
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.090.284	1.979.166	1.820.123
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias	1.918.652	1.802.598	1.674.520
2.01.03.02.02	2 Diferimento de Impostos sobre Vendas	171.632	176.568	145.603
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	142.381	89.978	420.943
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.321.122	3.630.604	1.282.573
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.321.122	3.630.604	1.282.573
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	351.376	725.951	593.951
2.01.04.01.02	2 Em Moeda Estrangeira	969.746	2.904.653	688.622
2.01.05	Outras Obrigações	10.238.939	10.212.356	12.369.460
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.435.499	1.075.748	724.596
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.435.499	1.075.748	724.596
2.01.05.02	Outros	8.803.440	9.136.608	11.644.864
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.778.633	1.714.401	598.573
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	215.090	686.358	4.673.010
2.01.05.02.05	Conta Garantida	1.792	0	2.539
2.01.05.02.06	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	5.530.707	5.187.434	4.964.725
2.01.05.02.07	7 Juros a Pagar	80.719	79.606	61.138

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.05.02.08	Outros Passivos	1.196.499	1.468.809	1.344.879
2.01.06	Provisões	168.957	168.636	123.149
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	161.668	161.931	114.116
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	59.309	59.308	39.990
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	77.289	77.357	40.892
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	17.109	17.325	5.327
2.01.06.01.05	Provisões Outras	7.961	7.941	27.907
2.01.06.02	Outras Provisões	7.289	6.705	9.033
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	7.289	6.705	9.033
2.02	Passivo Não Circulante	10.180.658	8.416.495	9.700.688
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.231.928	1.765.706	2.316.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.129.189	1.664.903	2.218.037
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	630.809	1.064.448	1.461.832
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	498.380	600.455	756.205
2.02.01.02	Debêntures	102.739	100.803	98.866
2.02.02	Outras Obrigações	6.106.921	3.555.697	4.410.726
2.02.02.02	Outros	6.106.921	3.555.697	4.410.726
2.02.02.02.03	Provisão para Benefícios Assistência Médica e Outros	2.310.685	2.137.657	2.221.926
2.02.02.02.04	Fornecedores	175.054	237.802	110.042
2.02.02.02.05	Diferimento de Impostos sobre Vendas	712.606	510.775	752.159
2.02.02.02.06	Demais Tributos e Contribuições Federais	59.013	8.703	8.063
2.02.02.02.07	Passivo a Descoberto Empresas Controladas	28.210	25.047	13.171
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.434	27.022	145.119
2.02.02.02.09	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	387.275	439.161	1.001.261
2.02.02.02.10	Outros Passivos	13.617	7.584	9.250
2.02.02.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.418.027	0	0
2.02.02.02.12	Demais Tributos e Contribuições Estaduais	0	161.946	149.735
2.02.03	Tributos Diferidos	2.329.229	2.329.722	2.473.535
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.329.229	2.329.722	2.473.535

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04	Provisões	512.580	765.370	499.524
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	511.770	764.624	498.518
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	323.970	511.335	182.471
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	52.107	88.344	138.869
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	18.164	26.636	26.203
2.02.04.01.05	Provisões Outros	117.529	138.309	150.975
2.02.04.02	Outras Provisões	810	746	1.006
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	810	746	1.006
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	47.982.855	46.651.273	50.333.633
2.03.01	Capital Social Realizado	57.614.140	57.614.140	57.614.140
2.03.02	Reservas de Capital	54.700.909	54.529.780	54.373.451
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	53.662.811	53.662.811	53.662.811
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-139.665	-312.670	-617.407
2.03.02.07	Pagamento Baseado em Ações	1.232.194	1.074.747	1.013.250
2.03.02.09	Resultado de Ações em Tesouraria	-755.329	-596.006	-386.101
2.03.02.10	Outras Reservas de Capital	700.898	700.898	700.898
2.03.04	Reservas de Lucros	8.660.235	9.700.248	8.201.323
2.03.04.01	Reserva Legal	4.456	4.456	4.456
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.267.721	3.859.995	2.141.424
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	7.388.058	5.835.797	4.016.272
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	2.039.171
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-74.966.470	-77.019.120	-71.857.031
2.03.06.01	Reservas de Conversão	1.639.099	-289.483	3.472.291
2.03.06.02	Hedge de Fluxo de Caixa	368.806	-144.568	932.109
2.03.06.03	Ganhos / (Perdas) Atuariais	-1.144.468	-1.262.170	-1.131.499
2.03.06.04	Opção de Venda de Participação em Controlada Concedida	-2.771.248	-2.390.843	-2.246.679
2.03.06.05	Ganhos/(Perdas) de Participação	2.099.921	2.150.643	2.123.565
2.03.06.06	Combinação de Negócios	156.091	156.091	156.091
2.03.06.07	Ajustes Contábeis de Transações entre Sócios	-75.314.671	-75.238.790	-75.162.909

Código da	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício	Antepenúltimo Exercício
Conta		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.974.041	1.826.225	2.001.750

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

,	,			
Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.899.276	45.602.561	46.720.141
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.041.778	-16.677.959	-16.061.371
3.03	Resultado Bruto	29.857.498	28.924.602	30.658.770
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.433.800	-11.824.227	-11.877.178
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.915.494	-12.010.512	-11.177.879
3.04.01.01	Despesas Logísticas	-6.295.544	-6.085.538	-5.833.169
3.04.01.02	Despesas Comerciais	-5.619.950	-5.924.974	-5.344.710
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.623.796	-2.166.097	-2.281.256
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.338.947	2.747.125	2.218.357
3.04.04.01	Recorrentes	1.338.947	1.502.040	2.218.081
3.04.04.02	Não Recorrentes	0	1.245.085	276
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-230.342	-389.758	-639.494
3.04.05.01	Recorrentes	-121.640	-279.004	-282.058
3.04.05.02	Não Recorrentes	-108.702	-110.754	-357.436
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.115	-4.985	3.094
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.423.698	17.100.375	18.781.592
3.06	Resultado Financeiro	-3.493.896	-3.702.005	-2.268.203
3.06.01	Receitas Financeiras	774.398	895.947	1.294.226
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.268.294	-4.597.952	-3.562.429
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.929.802	13.398.370	16.513.389
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.079.298	-314.973	-3.634.248
3.08.01	Corrente	-5.332.336	-413.907	-1.227.888
3.08.02	Diferido	253.038	98.934	-2.406.360
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.850.504	13.083.397	12.879.141
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.850.504	13.083.397	12.879.141
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.331.968	12.546.610	12.423.771
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	518.536	536.787	455.370
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.01.01	ON	0,47000	0,80000	0,79000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,46000	0,79000	0,79000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.850.504	13.083.397	12.879.141
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.590.588	-5.330.582	4.054.383
4.02.01	Ganhos (perdas) na Conversão de Operações no Exterior	1.952.330	-4.127.687	3.414.230
4.02.02	Reconhecimento Integral de Ganhos (perdas) Atuariais	124.580	-129.612	-24.501
4.02.03	Hedge Fluxo de Caixa - Ganhos (Perdas) Reconhecido no Patrimônio Líquido	189.251	-579.284	1.634.614
4.02.04	Hedge Fluxo de Caixa - Ganhos (Perdas) Excluído do Patrimônio Líquido e Incluído no Resultado	324.427	-493.999	-969.960
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	10.441.092	7.752.815	16.933.524
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.891.626	7.610.495	16.086.487
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	549.466	142.320	847.037

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.874.062	12.344.513	23.580.946
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.677.948	19.283.093	21.272.321
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	7.850.504	13.083.397	12.879.141
6.01.01.02	Depreciação, Amortização e Impairment	3.612.083	3.512.005	3.074.620
6.01.01.03	Perda por impairment nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber	156.297	196.548	97.709
6.01.01.04	Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários	168.318	347.146	483.121
6.01.01.05	Resultado financeiro líquido	3.493.896	3.702.005	2.268.203
6.01.01.06	Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	-49.416	-70.882	-27.858
6.01.01.07	Ganho em permuta de participações societárias	0	-1.239.972	0
6.01.01.08	Despesa com pagamentos baseados em ações	209.260	170.317	197.057
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social	5.079.298	314.973	3.634.248
6.01.01.10	Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	3.115	4.985	-3.094
6.01.01.11	Outros Itens Não-Monetários Incluídos no Lucro	196.250	-737.429	-1.305.704
6.01.01.12	Perda/(ganho) na venda de operações em associadas	-41.657	0	-25.122
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.803.886	-6.938.580	2.308.625
6.01.02.01	(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber	-265.636	-578.436	-380.775
6.01.02.02	(Aumento)/redução nos estoques	-63.805	-437.052	-681.475
6.01.02.03	Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar	-105.784	-565.125	5.083.225
6.01.02.04	Juros Pagos	-557.305	-724.873	-257.266
6.01.02.05	Juros Recebidos	337.927	597.714	656.181
6.01.02.06	Dividendos Recebidos	7.284	110.976	14.799
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.156.567	-5.341.784	-2.126.064
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.073.002	-5.897.908	-5.997.067
6.02.01	Proventos da Venda de Imobilizado e Intangíveis	101.940	133.621	99.771
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangíveis	-3.203.709	-4.132.671	-5.261.228
6.02.05	Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido	-333.284	-1.824.197	-1.212.197
6.02.08	(Aplicação financeira) e proventos líquidos de títulos de dívida	276.927	-37.144	403.755
6.02.09	Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos	86.221	13	2.011
6.02.10	Proventos da venda de operações em subsidiárias	0	0	94.265

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.11	Aquisição de outros investimentos	-1.097	-37.530	-123.444
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.864.137	-11.645.142	-15.327.939
6.03.01	Aumento de Capital	0	0	9.873
6.03.04	Proventos/(recompra) de ações	-38.614	386	-824.186
6.03.06	Proventos de Empréstimos	2.904.418	3.791.965	4.964.621
6.03.07	Liquidação de Empréstimos	-5.441.701	-1.896.195	-5.653.033
6.03.08	Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros	-1.459.451	-3.207.789	-2.326.927
6.03.09	Pagamento de Passivos de Arrendamento Financeiro	-9.035	-2.908	-8.066
6.03.10	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-8.819.754	-10.330.601	-11.490.221
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	538.963	-542.236	1.738.704
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.475.886	-5.740.773	3.994.644
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.876.849	13.617.622	9.622.978
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.352.735	7.876.849	13.617.622

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.614.140	54.529.780	9.700.248	0	-77.019.120	44.825.048	1.826.225	46.651.273
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.614.140	54.529.780	9.700.248	0	-77.019.120	44.825.048	1.826.225	46.651.273
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	171.129	-3.770.144	-4.601.837	-507.008	-8.707.860	-401.650	-9.109.510
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.612.792	0	-3.612.792	-431.187	-4.043.979
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-3.770.144	-1.099.625	0	-4.869.769	0	-4.869.769
5.04.09	Compra de Ações e Resultado de Ações em Tesouraria	0	13.682	0	0	0	13.682	0	13.682
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	157.447	0	0	0	157.447	0	157.447
5.04.13	Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	0	0	0	75.881	-75.881	0	0	0
5.04.14	Dividendos Prescritos	0	0	0	34.699	0	34.699	0	34.699
5.04.16	Ganhos/(perdas) de participação	0	0	0	0	-12.097	-12.097	29.537	17.440
5.04.17	Imposto sobre dividendos fictos	0	0	0	0	-38.625	-38.625	0	-38.625
5.04.18	Opções concedidas sobre participação em controlada	0	0	0	0	-380.405	-380.405	0	-380.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.331.968	2.559.658	9.891.626	549.466	10.441.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.331.968	0	7.331.968	518.536	7.850.504
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.559.658	2.559.658	30.930	2.590.588
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.928.582	1.928.582	23.748	1.952.330
5.05.02.06	Ganhos/(Perdas) Atuariais	0	0	0	0	117.702	117.702	6.878	124.580
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	513.374	513.374	304	513.678
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.730.131	-2.730.131	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	1.552.261	-1.552.261	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de investimentos	0	0	1.177.870	-1.177.870	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	57.614.140	54.700.909	8.660.235	0	-74.966.470	46.008.814	1.974.041	47.982.855

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.614.140	54.373.451	8.201.323	0	-71.857.031	48.331.883	2.001.750	50.333.633
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.614.140	54.373.451	8.201.323	0	-71.857.031	48.331.883	2.001.750	50.333.633
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	156.329	-2.039.171	-9.008.514	-225.974	-11.117.330	-317.845	-11.435.175
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.651.827	0	-5.651.827	-355.452	-6.007.279
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-2.039.171	-3.454.173	0	-5.493.344	0	-5.493.344
5.04.09	Compra de Ações e Resultado de Ações em Tesouraria	0	94.832	0	0	0	94.832	0	94.832
5.04.10	Pagamento baseado em ações	0	61.497	0	0	0	61.497	0	61.497
5.04.13	Reversão Efeito Revalorização dos Ativos Fixos pelo Custo Precedente	0	0	0	75.881	-75.881	0	0	0
5.04.14	Dividendos Prescritos	0	0	0	21.605	0	21.605	0	21.605
5.04.16	Ganhos/ (Perdas) de Participação	0	0	0	0	-2.781	-2.781	37.607	34.826
5.04.17	Transação de Troca de Ações	0	0	0	0	-3.148	-3.148	0	-3.148
5.04.18	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	0	0	0	0	-144.164	-144.164	0	-144.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.546.610	-4.936.115	7.610.495	142.320	7.752.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.546.610	0	12.546.610	536.787	13.083.397
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.936.115	-4.936.115	-394.467	-5.330.582
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.728.767	-3.728.767	-398.920	-4.127.687
5.05.02.06	Ganhos/(Perdas) Atuariais	0	0	0	0	-130.671	-130.671	1.059	-129.612
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.076.677	-1.076.677	3.394	-1.073.283
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.538.096	-3.538.096	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	1.819.525	-1.819.525	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Estatutária para Investimento	0	0	1.718.571	-1.718.571	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	57.614.140	54.529.780	9.700.248	0	-77.019.120	44.825.048	1.826.225	46.651.273

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.582.349	55.023.269	4.883.945	0	-75.267.969	42.221.594	1.423.075	43.644.669
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.582.349	55.023.269	4.883.945	0	-75.267.969	42.221.594	1.423.075	43.644.669
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.791	-649.818	-1.979.854	-7.126.539	-251.778	-9.976.198	-268.362	-10.244.560
5.04.01	Aumentos de Capital	31.791	-22.685	0	0	0	9.106	0	9.106
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.352.390	0	-2.352.390	-260.426	-2.612.816
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-1.979.854	-4.866.270	0	-6.846.124	0	-6.846.124
5.04.08	Compra de Ações e Resultado de Ações em Tesouraria	0	-816.990	0	0	0	-816.990	0	-816.990
5.04.09	Reversão Efeito Revalorização dos Ativos Fixos pelo Custo Precedente	0	0	0	75.881	-75.881	0	0	0
5.04.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	16.240	0	16.240	0	16.240
5.04.11	Ganhos/ (Perdas) de Participação	0	0	0	0	13.501	13.501	-7.936	5.565
5.04.12	Opção de Venda de Participação em Controlada Concedida	0	0	0	0	-189.398	-189.398	0	-189.398
5.04.14	Pagamento Baseado em Ações	0	189.857	0	0	0	189.857	0	189.857
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.423.771	3.662.716	16.086.487	847.037	16.933.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.423.771	0	12.423.771	455.370	12.879.141
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.662.716	3.662.716	391.667	4.054.383
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.018.934	3.018.934	395.296	3.414.230
5.05.02.06	Ganhos/ Perdas Autuariais	0	0	0	0	-22.370	-22.370	-2.131	-24.501
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	666.152	666.152	-1.498	664.654
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.297.232	-5.297.232	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	1.143.639	-1.143.639	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Estatutária para Investimento	0	0	2.114.422	-2.114.422	0	0	0	0
5.06.06	Juros sobre o Capital Próprio Propostos	0	0	2.039.171	-2.039.171	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	57.614.140	54.373.451	8.201.323	0	-71.857.031	48.331.883	2.001.750	50.333.633

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	73.758.033	71.583.332	71.276.318
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	73.674.539	69.654.660	70.463.429
7.01.02	Outras Receitas	166.599	2.010.817	891.867
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-83.105	-82.145	-78.978
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.140.996	-25.952.460	-26.254.108
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.766.004	-17.604.305	-18.189.091
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.248.933	-8.227.270	-7.953.860
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-126.059	-120.885	-111.157
7.03	Valor Adicionado Bruto	46.617.037	45.630.872	45.022.210
7.04	Retenções	-3.486.022	-3.391.158	-2.963.463
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.486.022	-3.391.158	-2.963.463
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	43.131.015	42.239.714	42.058.747
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	468.016	568.732	988.644
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.115	-4.985	3.094
7.06.02	Receitas Financeiras	774.398	895.947	1.294.226
7.06.03	Outros	-303.267	-322.230	-308.676
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.599.031	42.808.446	43.047.391
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.599.031	42.808.446	43.047.391
7.08.01	Pessoal	4.315.914	3.682.076	3.772.775
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.832.371	3.191.046	3.262.304
7.08.01.02	Benefícios	239.407	245.299	247.731
7.08.01.03	F.G.T.S.	116.078	115.183	96.617
7.08.01.04	Outros	128.058	130.548	166.123
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.050.929	21.383.688	22.765.476
7.08.02.01	Federais	12.947.689	8.785.455	10.875.794
7.08.02.02	Estaduais	14.075.274	12.572.669	11.866.951
7.08.02.03	Municipais	27.966	25.564	22.731
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.381.684	4.659.285	3.629.998
7.08.03.01	Juros	4.088.605	4.373.368	3.416.043

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.02	Aluguéis	293.079	285.917	213.955
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.850.504	13.083.397	12.879.142
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.277.495	3.454.173	4.866.270
7.08.04.02	Dividendos	3.612.792	5.651.827	2.352.390
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.441.681	3.440.610	5.205.111
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	518.536	536.787	455.371

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O resultado da Companhia evoluiu positivamente ao longo do ano de 2017. Apesar de um primeiro semestre desafiador, mantivemos a consistência da nossa estratégia comercial, atingindo um crescimento orgânico de EBITDA de 20% no segundo semestre. Acreditamos que o desempenho na segunda metade do ano reflete o padrão histórico de crescimento da Companhia, e foi impulsionado principalmente por uma sólida performance no Brasil, o que nos permitiu encerrar o exercício com EBITDA 8% superior em relação ao ano anterior.

No Brasil, nosso principal mercado, apesar do volume negativo da indústria, nossa operação de cervejas gerou crescimento de volume, de receita e de EBITDA. O nosso foco em excelência operacional aliado à evolução das nossas iniciativas comerciais foram decisivos para a obtenção desse resultado, bem como das seguintes conquistas:

- Pelo quinto ano consecutivo a *Skol* foi nomeada pela *Millward Brown/Brandz* a marca mais valiosa da América Latina. *Brahma, Antarctica* e *Bohemia* foram consideradas, respectivamente, a terceira, a sexta e a oitava marcas mais valiosas do Brasil;
- Lançamos nova identidade visual de Brahma, a nossa cerveja "lager clássica", destacando os seus atributos de sabor e expertise cervejeira;
- Nosso portfólio de marcas premium, composto por marcas nacionais e globais, apresentou um ano de sólida performance, com crescimento acelerado de volume, impulsionado pelas marcas Budweiser, Stella Artois e Original.

Quanto à operação de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas e não Carbonatadas no Brasil, esta foi negativamente impactada pela forte retração da indústria de refrigerantes no país. Não obstante, tivemos bom desempenho das marcas *premium Fusion*, *Lipton* e *Do Bem*, que atingiram resultados positivos de volume em relação ao ano anterior.

Na América Latina Sul, o nosso volume apresentou sólido crescimento, suportado pela expansão do mercado de cerveja na Argentina e no Paraguai e pela boa performance das nossas marcas, *Brahma*, *Patagonia* e *Stella Artois*.

Na América Central e Caribe, demos início à nossa operação no Panamá, com sólido crescimento do nosso portfólio de marcas, que inclui *Atlas Golden Light* e *Stella Artois*. Com isso, obtivemos uma expansão de EBITDA na região para cerca de 600 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de mais de 24% em relação ao ano anterior.

No Canadá, mantivemos nossa liderança de mercado, principalmente devido ao desempenho de *Bud Light* e *Stella Artois* e do nosso portfólio de bebidas mistas, cidras e cervejas especiais, que inclui as marcas *Mill Street* e *Archibald*.

Esse ano também foi marcado por um importante acontecimento. Pela primeira vez a Ambev foi a cervejaria que recebeu o maior número de medalhas na *World Beer Awards*, premiação que conta com a participação das melhores cervejarias do mundo. Recebemos no total 27 medalhas, representando um importante reconhecimento da qualidade das nossas cervejas.

Por fim, não poderíamos deixar de destacar a importância da Gente Ambev na obtenção do resultado do ano. O empenho e comprometimento do nosso time mais uma vez fez a diferença.

Victorio Carlos De Marchi Copresidente do Conselho de Administração Carlos Alves de Brito Copresidente do Conselho de Administração Bernardo Pinto Paiva Diretor Geral

1



Visão geral da Companhia

Atualmente, com operações em 18 países nas três Américas, somos líder no mercado latino americano. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em três divisões:

- América Latina Norte, que inclui:
 - Brasil, integrado pela produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas;
 - América Central e Caribe ("CAC"), integrada pelas nossas operações na República Dominicana, Cuba, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Guatemala (que também abastece a El Salvador, Honduras e Nicarágua), Barbados e Panamá;
- América Latina Sul ("LAS"), integrada por nossas operações de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcóolicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia e Uruguai, além da produção e comercialização de cervejas no Chile e Paraguai; e
- Canadá, por intermédio da Labatt Brewing Company Limited ("Labatt"), com a produção e comercialização de cervejas e um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, incluindo exportações para os Estados Unidos da América.

As principais marcas da Companhia são *Skol* (sexta cerveja mais consumida no mundo), *Brahma, Antarctica, Bohemia, Original, Quilmes, Presidente, Paceña, Pilsen, Labatt Blue, Alexander Keith's, Kokanee* e *Guaraná Antarctica*. A Ambev é também uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos *Pepsi, H2OH!, Lipton Ice Tea* e o isotônico *Gatorade* sob licença da PepsiCo. Comercializamos, ainda, diversos produtos da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. ("AB Inbev"), tais como *Budweiser, Bud Light, Stella Artois* e *Corona*.

Sustentabilidade

Água

A preservação do meio ambiente é uma das prioridades da Ambev e faz parte da gestão da Cervejaria há décadas. Hoje, a Companhia é referência internacional em gestão do uso de água na produção de bebidas e em melhores práticas ambientais graças ao seu Sistema de Gestão e Excelência, monitorando a evolução contínua da ecoeficiência. Em 2017, a Ambev foi reconhecida pelo prêmio ECO da Amcham, que está entre as premiações mais importantes de sustentabilidade do país.

Para economizar cada vez mais água, a Ambev trabalha em diversas frentes e investe continuamente em tecnologia de ponta. Nos últimos 13 anos, a Cervejaria reduziu mais de 40% do seu consumo de água.

Além de trabalhar para reduzir o consumo em suas operações, a Ambev atua para preservar as fontes de água do Brasil. Por isso, lançou em 2010 o Projeto Bacias, com o objetivo de recuperar e preservar importantes bacias hidrográficas do país. Em parceria com o poder público e com ONG's, como o WWF Brasil e a The Nature Conservancy (TNC), a Cervejaria já adotou bacias no Gama (DF), em Jaguariúna (SP), em Jundiaí (SP), em Sete Lagoas (MG) e, mais recentemente, na região do Guandu (RJ).

Esse trabalho é feito junto às comunidades localizadas no entorno de suas cervejarias. No Distrito Federal, por exemplo, o projeto mobilizou cerca de 7.800 pessoas, recuperou o solo em quatro nascentes, plantou cerca de 6 mil mudas e 150 m² de agroflorestas e também auxiliou na estruturação do Comitê de Bacias local, um órgão colegiado da gestão de recursos hídricos, buscando garantir a continuidade do trabalho. Já em Jaguariúna, o projeto tem como uma das principais ações o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) a produtores rurais, que tem o objetivo de oferecer incentivo aos agricultores que se comprometem com práticas de conservação nas suas propriedades. Além do PSA, o Bacias prevê assistência gratuita aos agricultores para o Cadastramento Ambiental Rural e



financiamento de práticas de conservação para que as nascentes e os córregos que estão dentro das fazendas estejam devidamente protegidos.

Em 2015, a Ambev ampliou esse trabalho e anunciou a participação na Coalizão Cidades pela Água, uma iniciativa liderada pela TNC, que pretende aumentar a disponibilidade de água para mais de 60 milhões de brasileiros, em 12 regiões metropolitanas. Além de compartilhar a experiência e expertise com programas de conservação e recuperação de bacias hidrográficas, a Ambev é a maior patrocinadora da Coalizão. A iniciativa vai atuar em 243 municípios e irá incorporar a gestão dos recursos hídricos à preservação de rios e nascentes. Nos próximos anos, empresas e governos vão contribuir com doações para projetos de restauração florestal em áreas-chave para a saúde dos mananciais e com ações de conscientização sobre o uso racional da água.

Para dar um passo ainda maior, a Ambev formou um Comitê de Especialistas em Segurança Hídrica que operou em 2016 e 2017. Em reuniões periódicas, surgiu a sugestão de que a Cervejaria compartilhasse sua expertise em gestão hídrica com outras empresas e também encabeçasse projetos de acesso a água potável. A partir daí, a empresa montou um plano arrojado para impulsionar ainda mais a sua plataforma de água. Para compartilhar conhecimento e ajudar pequenas e médias empresas a economizarem o recurso, a empresa lançou o SAVEh - Sistema de Autoavaliação de Eficiência Hídrica. Fruto de uma parceria com as ONG's Fundación Avina e Carbon Trust e com o Pacto Global da ONU, o programa é desenvolvido por meio de uma plataforma online totalmente gratuita, na qual a cadeia de valor da Ambev e também qualquer outra empresa pode ter acesso ao sistema de gerenciamento hídrico da Cervejaria. Após fazer o cadastro e preencher um questionário de autoavaliação, a empresa recebe um relatório de avaliação do seu uso de água e uma sugestão de plano de ação para melhorar a eficiência em cada uma das etapas de produção, que pode ser alterado e acompanhado pela própria empresa. A ideia do SAVEh é exatamente influenciar outras empresas e a cadeia de valor da Ambev a reduzirem o seu consumo de água, impulsionando um movimento coletivo pela preservação desse recurso natural.

Além disso, a Ambev queria ajudar a resolver o problema da falta de acesso a água potável no Brasil. Hoje são mais de 30 milhões de brasileiros que não têm água para os usos mais básicos, como beber, tomar banho e escovar os dentes; e a maior parte deles está em áreas rurais no semiárido.

Daí surgiu a ideia de usar a capilaridade e capacidade de execução da Ambev em prol dessa causa. No início de 2017, a Ambev lançou uma água mineral com um conceito totalmente inovador. A AMA, que é uma água mineral que destina 100% do lucro para projetos de acesso à água potável no semiárido. As empresas têm hoje, mais do que nunca, um papel essencial na resolução de problemas sociais. Podem e devem usar sua estrutura, recursos e capacidade de execução em prol da resolução desses problemas. Por meio da AMA, a Ambev cria uma plataforma para viabilizar o investimento social do consumidor, fazendo o que sabe: fabricar, distribuir e vender bebidas. E o consumidor adquire e usufrui da água, ao mesmo tempo em que contribui para uma causa real e para projetos com alto potencial de transformação social.

Em 2017, a AMA ajudou 9 comunidades, sendo 7 no Ceará e 2 no Estado do Piauí. Ao total mais de 6 mil pessoas foram beneficiadas com o projeto que segue em expansão.

Resíduo Zero e Clima

Dentre as outras importantes metas ambientais da Ambev, está a redução da quantidade de matéria-prima para a produção de embalagens. Para isso, nos últimos anos, o peso e os rótulos diminuíram, algumas garrafas ficaram mais cinturadas e as tampinhas menores. Desde 2013, a Cervejaria deixou de gerar mais de 25 mil toneladas de resíduos com a redução da gramatura das embalagens no Brasil. Outro grande investimento são as garrafas de vidro retornáveis.

Para incentivar o uso desse tipo de vasilhame, a Ambev investiu na ampliação do portfólio com o lançamento das garrafas de vidro retornáveis de 300ml de Skol, Brahma e Antarctica. Além disso, a Cervejaria desenvolveu uma máquina de coleta dessas garrafas.

As garrafas de vidro retornáveis tem um ciclo de vida maior e demoram mais para se tornar resíduo. Elas podem ser reusadas 20 vezes antes de serem recicladas. Em sua fábrica de garrafas de vidro, no Rio de Janeiro, mais de 60% da matéria-prima são cacos de vidro recicláveis. De cada dez garrafas produzidas pela Ambev, seis são fabricadas totalmente com



material reciclado. Por diminuir o número de etapas do processamento do material, a reciclagem de vidro também resulta em uma economia de 35% de energia para a fusão no forno e pelo menos 75 mil toneladas de material virgem deixam de ser consumidas anualmente.

A Ambev também foi pioneira no Brasil ao criar, em 2012, a primeira garrafa PET feita com material 100% reciclado, inicialmente por meio da garrafa de Guaraná Antarctica de 2 litros. Hoje, a embalagem 100% reciclada é usada em mais de 40% das garrafas PET de Guaraná Antarctica vendidas pela Ambev. O objetivo é aplicar essa tecnologia nas embalagens de outras marcas de forma gradual, abrangendo todo o portfólio. Sua produção traz diversos benefícios ao meio ambiente, como a liberação de 30m³ em aterro sanitário para cada cinco toneladas de PET que deixam de ser descartadas no lixo. Além disso, a fabricação dessa garrafa consome 70% menos energia e 20% menos água em relação à resina virgem e gera uma economia considerável de petróleo.

Aliado a tudo isso, para estimular a reciclagem e a correta destinação das embalagens pósconsumo, a Cervejaria fechou uma parceria importante com a Coca-Cola do Brasil através do programa Reciclar pelo Brasil. Além de beneficiar o meio ambiente, a iniciativa das duas empresas beneficia também a sociedade, ao garantir a geração de renda para os catadores de recicláveis. O Reciclar pelo Brasil contribui para o desenvolvimento de cooperativas modelo em diversos estados do país por meio de melhorias na gestão e na infraestrutura e da doação de equipamentos. Também estimula a atuação em rede com outras cooperativas e facilita o acesso à indústria recicladora, visando o aumento na geração de renda dos catadores. Hoje, o programa apoia 110 cooperativas em todo o Brasil.

Para profissionalizar ainda mais o trabalho dessas associações, a Ambev desenvolveu o Programa de Excelência em Reciclagem (PEX-R), ferramenta que orienta e ajuda na melhora da gestão financeira, comercial, operacional e de pessoas das organizações de catadores. Com base no PEX-R, é possível realizar um diagnóstico para identificar todos os pontos críticos dessas organizações e auxiliar nos processos de regularização e profissionalização. O PEX-R continua sendo executado nas cooperativas que eram do Programa Ambev Recicla e foi disponibilizado para o Programa Reciclar pelo Brasil.

Consumo Inteligente

A Ambev vem se dedicando fortemente a promover o consumo inteligente de seus produtos. Em 2003, lançou um pioneiro programa de Consumo Inteligente, norteado pelas premissas da OMS e cujos pilares são: prevenir o consumo de bebidas alcoólicas por menores de idade, promover a segurança viária e incentivar o consumo moderado. Desde então, o tema está presente em inúmeras ações da Ambev e a Cervejaria trabalha para engajar o maior número possível de pessoas nessa causa.

Uma das iniciativas é o programa Na Responsa!, que atua em parceria com diversas ONG's no Brasil por meio da cultura, do esporte e do lazer. O objetivo é formar uma juventude mais saudável e consciente. Desde 2010, mais de 28 mil jovens já participaram do programa, 8 mil educadores, profissionais de saúde e líderes comunitários foram capacitados e 11 milhões de pessoas impactadas pelas ações de comunicação do Na Responsa!.

Para celebrar atitudes responsáveis quando o tema é consumo de bebidas alcoólicas, a Ambev criou o Dia de Responsa. Comemorada anualmente no mês de setembro, a data foi adotada também por todos os outros 24 países onde a AB Inbev atua. Em 2017, pelo oitavo ano consecutivo, a Cervejaria realizou a mobilização nacional e engajou os mais de 32 mil funcionários para disseminar mensagens sobre a importância de não vender, servir ou estimular o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos, não consumir em excesso ou associado à direção.

No Dia de Responsa, os funcionários da Cervejaria, incluindo o presidente Bernardo Paiva e a diretoria, saíram às ruas para visitar bares, restaurantes, supermercados e distribuir materiais informativos à população sobre a importância do consumo moderado e os riscos do uso indevido de bebidas alcoólicas. Além disso, artistas e celebridades parceiros usaram seus perfis nas redes sociais para postar fotos, vídeos e mensagens de conscientização. Já os clubes de futebol apoiados pela Ambev entraram em campo carregando faixas alusivas ao consumo inteligente. Uma rede de cinco ONG's também promoveu atividades educativas com jovens das comunidades onde atuam.

4



Em 2017, a Ambev também intensificou os esforços em prol da segurança viária. O trabalho teve início em 2014 quando a Cervejaria liderou a criação de uma coalizão com agentes públicos, privados e da sociedade civil para melhorar a gestão da segurança no trânsito no Brasil. Essa iniciativa contribuiu para o lançamento do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, em 2015, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. De forma alinhada com os objetivos da Década da Segurança Viária lançada pela ONU, o Movimento tem a meta de reduzir em 50% a projeção de mortes no trânsito até 2020, salvando 20 mil vidas.

Uma das principais conquistas do Movimento em 2017 foi a expansão dos munícipios participantes do programa, que chegaram a ultrapassar a marca de 100. Esses munícipios, através das informações geradas pelo Infosiga SP – Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo traçam planos de ações para a redução dos óbitos em suas vias. Com informações atualizadas mensalmente, os gestores tomam decisões como reposicionar blitzes ou pavimentar determinada via e criar planos específicos, para, de forma ágil, reduzir os índices. Em 2017, o Governo do Estado de São Paulo, parceiro da Ambev nessa iniciativa, investiu 100 milhões de reais em projetos nesses mais de 100 munícipios para a redução das mortes no trânsito. Desde 2015, o programa já reduziu 13% dos óbitos nos munícipios participantes.

Por conta do sucesso do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, a Ambev em 2016 iniciou uma parceria com o governo do Distrito Federal para iniciar um projeto nos moldes do que já existia no Estado de São Paulo. Assim surgiu o Brasília Vida Segura, um programa no DF que além de trabalhar para reduzir o número de óbitos e feridos em acidentes de trânsito, também visa, através de uma parceria com a Secretaria de Saúde, reduzir o consumo nocivo de álcool em 10% até 2020 – uma meta alinhada com a da Organização Mundial da Saúde. Na frente de segurança viária, em 2017 foi criado um comitê de segurança viária composto por diversos órgãos de trânsito e mobilidade do Distrito Federal. Esses órgãos trabalharam com o apoio de dados e conseguiram em 1 ano de trabalho reduzir em 35% o número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito no estado. Na frente de saúde, agentes comunitários da atenção primária têm trabalhado entrevistando as famílias locais sobre os padrões de consumo de álcool e fazendo intervenções para que o consumo, quando existente, seja sempre feito de maneira moderada e sem trazer prejuízos à saúde. Essa frente de trabalho já possui indicadores animadores. Em 2018, o Brasília Vida Segura vai lançar o seu pilar social, com foco na prevenção do consumo de álcool por menores de 18 anos.

Desenvolvimento

Desde 2013, a Cervejaria promove o Bem Ambev, iniciativa de voluntariado em que os funcionários atuam em diferentes atividades socioambientais no entorno das operações. O programa conta com 14 comitês espalhados por todo o país. No último ano, o Bem Ambev mobilizou 2,3 mil voluntários, sendo mais de 1,3 mil funcionários, que investiram mais de 8 mil horas em atividades. Foram mais de 100 ações voluntárias, que beneficiaram em torno de 30 mil pessoas em todo o Brasil.

Para compartilhar experiências que contribuam para o crescimento da cadeia como um todo, do campo ao copo dos consumidores, a Ambev trabalha com produtores de cevada, por meio de um programa em parceria com a Embrapa, fomentando técnicas de cultivo. Também trabalha com 150 produtores rurais na região de Maués (AM), responsáveis pelo fornecimento de grande parte do guaraná usado nos refrigerantes. A Ambev oferece gratuitamente mudas e capacitação técnica para o cultivo, focando em gestão ambiental e produtividade. Outra iniciativa inclui a capacitação e alavancagem de pequenos bares por meio de programas de micro franquias, como o Nosso Bar.

A Ambev também atua para desenvolver a comunidade. Por isso, em 2015, criou o Educare, um projeto piloto em parceria com a Fundação Antonio e Helena Zerrenner (FAHZ), que oferece bolsa de estudos para os ensinos fundamental e médio aos filhos de funcionários e demais membros das comunidades no entorno das suas operações. A FAHZ mantém ainda a Escola Técnica Walter Belian, em São Paulo, e o Colégio Herbster Gusmão, em Sete Lagoas. Ambas são gratuitas e abertas para a comunidade local.



Recursos humanos

Chegamos ao final de 2017 com aproximadamente 51,4 mil funcionários: 31,5 mil no Brasil, 7,1 mil na região CAC, 3,7 mil no Canadá e 9,1 mil nas unidades da América Latina Sul.

A Ambev, por meio da Universidade Ambev, investiu em 2017 aproximadamente R\$ 41 milhões no desenvolvimento de nossa gente, reforçando nosso compromisso com os princípios da Companhia. Os treinamentos são divididos entre os eixos Cultura, Liderança, Funcional e Método e atendem a todos os cargos da Companhia.

Em 2017, a Universidade Ambev consolidou e ampliou seus treinamentos de destaque, como os programas de *Belts* em que formamos 596 colaboradores, treinamentos de liderança em que formamos 741 líderes da Companhia e os treinamentos técnicos nas nossas Cervejarias que impactaram 560 supervisores e 2.576 operadores. Para a nossa liderança sênior, a Universidade Ambev prepara programas personalizados com imersão em Universidades no exterior e no Brasil para atualização de assuntos de interesse.

Além disso, criamos novos treinamentos como o *Beer Academy*, que propaga o nosso conhecimento cervejeiro para todas as áreas da Companhia ensinando a história da cerveja, seus ingredientes e processo produtivo para cerca de 2.000 pessoas da nossa liderança. Ainda em 2017, iniciamos o desenvolvimento de uma trilha completa de treinamentos e encarreiramento para os Supervisores de Vendas e investimos em novas tecnologias, como classes de aula virtuais com transmissão ao vivo de conteúdos, o que ajuda a impactar um maior número de pessoas com conhecimento de qualidade.

No Brasil, os funcionários contam ainda com os investimentos da Fundação Zerrenner em bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, além de auxílios para material escolar a funcionários e dependentes. A Fundação atua também na área de educação através de dois colégios destinados aos ensinos fundamental e técnico. Um situado em São Paulo, SP - Colégio Walter Belian e outra em Sete Lagoas, MG - Colégio Professor Roberto Herbster Gusmão.

Na área da saúde, a Fundação Zerrenner proporciona assistências médica, hospitalar e odontológica a cerca de 85.000 vidas representadas por empregados e dependentes das cervejarias e centros de distribuição situados em todo Brasil.



Destaques operacionais e financeiros¹

Receita Líquida (ROL): A nossa receita líquida consolidada aumentou 9,6% em 2017, em decorrência de crescimentos no Brasil (+5,6%), na LAS (+26,1%) e na CAC (+8,8%), junto com um desempenho estável no Canadá (+0,2%). No Brasil, a queda de volume de 0,6% foi mais do que compensada por um crescimento saudável de nossa receita líquida por hectolitro (ROL/hl) de 6,2%. Na LAS, nossos volumes apresentaram sólido crescimento de 5,9% e a ROL/hl aumentou 19,0%. Na CAC, a ROL/hl subiu 5,5% e, enquanto os volumes cresceram organicamente 1,9%, o volume reportado aumentou 26,9%, como resultado da troca de ativos realizado com a AB Inbev e início das nossas operações no Panamá. E, no Canadá, apesar da queda de volume de 1,3%, impactado por uma fraca indústria, a ROL/hl subiu 1,5%.

Custo dos produtos vendidos (CPV): Nosso CPV e CPV excluindo depreciação e amortização aumentaram 13,4% e 14,2%, respectivamente. Em uma base por hectolitro, o CPV cresceu 12,2%, enquanto o CPV excluindo depreciação e amortização subiu 13,0%, impactado principalmente pela desvalorização da moeda local no Brasil e na LAS.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A): O SG&A e o SG&A excluindo depreciação e amortização aumentaram 6,1% e 6,3%, respectivamente, em linha com a inflação média ponderada dos países em que operamos (cerca de 6%).

EBITDA, Margem Bruta e Margem EBITDA: Nosso EBITDA ajustado foi de R\$ 20.148 milhões (+7,9%), com contrações da margem bruta e da margem EBITDA em 130 pontosbase e em 70 pontos-base, respectivamente.

Lucro líquido, Lucro líquido ajustado e LPA: Nosso lucro líquido reduziu 40,0% para R\$ 7.851 milhões, enquanto ajustado por itens não recorrentes, o lucro líquido cresceu 2,1% para R\$ 12.200 milhões, uma vez que o aumento de EBITDA junto com menores despesas financeiras, foram parcialmente impactadas por uma alíquota efetiva de imposto de renda mais alta. O lucro por ação (LPA) foi R\$ 0,47 e o lucro por ação ajustado foi R\$ 0,74 no ano de 2017.

Geração de caixa operacional e CAPEX: Nosso fluxo de caixa das atividades operacionais chegou a R\$ 17.874 milhões no ano, o que representa um crescimento de 44,8%. Investimentos em CAPEX totalizaram R\$ 3.204 milhões em 2017, reduzindo 22,5% em relação ao ano anterior.

Pay-out e disciplina financeira: Durante 2017, retornamos para nossos acionistas cerca de R\$ 8.482 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2017, nossa posição líquida de caixa era de R\$ 7.812 milhões. Este valor não inclui o pagamento de dividendos de R\$ 0,07 por ação (aproximadamente R\$ 1,1 bilhão) anunciado em 21 de dezembro de 2017, realizado a partir de 22 de fevereiro de 2018.

¹ As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais nominais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, arquivados na CVM e apresentados à SEC. Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Exceto quando especificado o contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste relatório, o termo "ajustado" se refere às medidas de desempenho (EBITDA, EBIT, Lucro Líquido, LPA) antes de itens não recorrentes. Itens não recorrentes são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela Administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2016. Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.



Destaques financeiros - consolidado			%	%
R\$ milhões	2016	2017	Reportado	Orgânico
Total volumes	159.821,6	162.829,4	1,9%	0,9%
Receita líquida	45.602,6	47.899,3	5,0%	9,6%
Lucro bruto	28.924,6	29.857,5	3,2%	7,5%
Margem bruta	63,4%	62,3%	-110 bps	-130 bps
EBITDA ajustado	19.483,1	20.147,6	3,4%	7,9%
Margem EBITDA ajustado	42,7%	42,1%	-60 bps	-70 bps
Lucro líquido	13.083,4	7.850,5	-40,0%	
Lucro líquido ajustado	11.949,1	12.199,7	2,1%	
Lucro líquido - Ambev	12.546,6	7.332,0	-41,6%	
Lucro líquido ajustado - Ambev	11.412,3	11.678,1	2,3%	
No. de ações em circulação (milhões)	15.696,6	15.705,8		
LPA (R\$/ação)	0,80	0,47	-41,6%	
LPA ajustado	0,75	0,74	-1,1%	

Nota: O cálculo do lucro por ação é baseado nas ações em circulação (total de ações existentes, menos ações em tesouraria).

Brasil consolidado			Conversão			%	%
R\$ milhões	2016	Escopo	Moeda	Orgânico	2017	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	106.961,4	-	-	(601,4)	106.360,0	-0,6%	-0,6%
Receita líquida	24.954,6	-	-	1.398,4	26.353,0	5,6%	5,6%
CPV	(9.071,8)	-	-	(817,7)	(9.889,5)	9,0%	9,0%
Lucro bruto	15.882,8	-	-	580,8	16.463,6	3,7%	3,7%
Margem bruta	63,6%	-	-	-	62,5%	-110 bps	-110 bps
SG&A total	(8.084,5)	-	-	(388,9)	(8.473,4)	4,8%	4,8%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	1.274,1	-	-	(181,4)	1.092,7	-14,2%	-14,2%
EBIT ajustado	9.072,4	-	-	10,4	9.082,9	0,1%	0,1%
Margem EBIT ajustado	36,4%	-	-	-	34,5%	-190 bps	-190 bps
EBITDA ajustado	11.321,2	-	-	69,8	11.391,0	0,6%	0,6%
Margem EBITDA ajustado	45,4%	1	-	-	43,2%	-220 bps	-220 bps

Brasil - cerveja			Conversão			%	%
R\$ milhões	2016	Escopo	Moeda	Orgânico	2017	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	79.670,1	-	-	563,4	80.233,6	0,7%	0,7%
Receita líquida	21.173,1	-	-	1.336,2	22.509,3	6,3%	6,3%
CPV	(7.339,9)	-	-	(555,2)	(7.895,1)	7,6%	7,6%
Lucro bruto	13.833,2	-	-	781,0	14.614,3	5,6%	5,6%
Margem bruta	65,3%	-	-	-	64,9%	-40 bps	-40 bps
SG&A total	(7.095,9)	-	-	(295,0)	(7.390,9)	4,2%	4,2%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	969,8	-	-	(144,8)	825,0	-14,9%	-14,9%
EBIT ajustado	7.707,1	-	-	341,2	8.048,3	4,4%	4,4%
Margem EBIT ajustado	36,4%	-	-	-	35,8%	-60 bps	-60 bps
EBITDA ajustado	9.618,6	-	-	427,8	10.046,4	4,4%	4,4%
Margem EBITDA ajustado	45,4%	-	-	-	44,6%	-80 bps	-80 bps



Brasil - RefrigeNanc			Conversão			%	%
R\$ milhões	2016	Escopo	Moeda	Orgânico	2017	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	27.291,3	-	-	(1.164,9)	26.126,4	-4,3%	-4,3%
Receita líquida	3.781,5	-	-	62,2	3.843,7	1,6%	1,6%
CPV	(1.731,9)	-	-	(262,5)	(1.994,4)	15,2%	15,2%
Lucro bruto	2.049,6	-	-	(200,3)	1.849,3	-9,8%	-9,8%
Margem bruta	54,2%	-	-	-	48,1%	-610 bps	-610 bps
SG&A total	(988,6)	-	-	(93,9)	(1.082,5)	9,5%	9,5%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	304,3	-	-	(36,6)	267,7	-12,0%	-12,0%
EBIT ajustado	1.365,3	-	-	(330,7)	1.034,6	-24,2%	-24,2%
Margem EBIT ajustado	36,1%	-	-	-	26,9%	-920 bps	-920 bps
EBITDA ajustado	1.702,6	-	-	(358,0)	1.344,6	-21,0%	-21,0%
Margem EBITDA ajustado	45,0%	-	-	-	35,0%	-1000 bps	-1000 bps

CAC			Conversão			%	%
R\$ milhões	2016	Escopo	Moeda	Orgânico	2017	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	9.671,3	2.421,4	-	179,1	12.271,8	26,9%	1,9%
Receita líquida	3.973,2	828,1	(418,8)	350,5	4.733,0	19,1%	8,8%
CPV	(1.798,6)	(310,2)	179,1	(115,8)	(2.045,6)	13,7%	6,4%
Lucro bruto	2.174,5	517,9	(239,7)	234,7	2.687,4	23,6%	10,8%
Margem bruta	54,7%	-	-	-	56,8%	210 bps	100 bps
SG&A total	(1.038,3)	(403,2)	101,8	9,7	(1.330,0)	28,1%	-0,9%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	9,6	5,2	(8,9)	71,9	77,8	ns	ns
EBIT ajustado	1.145,8	119,9	(146,8)	316,2	1.435,2	25,3%	27,6%
Margem EBIT ajustado	28,8%	-	-	-	30,3%	150 bps	500 bps
EBITDA ajustado	1.483,8	197,2	(184,6)	346,4	1.842,9	24,2%	23,3%
Margem EBITDA ajustado	37,3%	-	-	-	38,9%	160 bps	500 bps

LAS			Conversão			%	%
R\$ milhões	2016	Escopo	Moeda	Orgânico	2017	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	32.934,5	(776,8)	-	1.904,3	34.062,0	3,4%	5,9%
Receita líquida	10.212,9	(309,2)	(1.718,8)	2.584,8	10.769,7	5,5%	26,1%
CPV	(3.685,4)	221,7	603,6	(1.262,5)	(4.122,6)	11,9%	36,4%
Lucro bruto	6.527,5	(87,5)	(1.115,2)	1.322,3	6.647,2	1,8%	20,5%
Margem bruta	63,9%	-	-	-	61,7%	-220 bps	-280 bps
SG&A total	(2.697,4)	214,7	411,3	(412,2)	(2.483,7)	-7,9%	16,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(39,0)	1,4	(8,1)	86,8	41,2	ns	ns
EBIT ajustado	3.791,1	128,6	(712,0)	996,9	4.204,6	10,9%	25,4%
Margem EBIT ajustado	37,1%	-	-	-	39,0%	190 bps	-20 bps
EBITDA ajustado	4.501,7	82,5	(817,9)	1.100,3	4.866,7	8,1%	24,0%
Margem EBITDA ajustado	44,1%	-	-	-	45,2%	110 bps	-80 bps

Canadá			Conversão			%	%
R\$ milhões	2016	Escopo	Moeda	Orgânico	2017	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)	10.254,5	10,3	-	(129,1)	10.135,7	-1,2%	-1,3%
Receita líquida	6.461,9	5,9	(437,8)	13,6	6.043,5	-6,5%	0,2%
CPV	(2.122,1)	(3,0)	143,7	(2,7)	(1.984,2)	-6,5%	0,1%
Lucro bruto	4.339,7	2,9	(294,2)	10,9	4.059,4	-6,5%	0,3%
Margem bruta	67,2%	-	-	-	67,2%	bps	bps
SG&A total	(2.356,4)	(4,1)	163,0	(54,7)	(2.252,2)	-4,4%	2,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(21,6)	0,5	(0,4)	27,1	5,6	-126,0%	-125,2%
EBIT ajustado	1.961,7	(0,7)	(131,5)	(16,7)	1.812,8	-7,6%	-0,9%
Margem EBIT ajustado	30,4%	-	-	-	30,0%	-40 bps	-40 bps
EBITDA ajustado	2.176,4	(0,5)	(148,5)	19,7	2.047,1	-5,9%	0,9%
Margem EBITDA ajustado	33,7%	-	-	-	33,9%	20 bps	20 bps



Análise do desempenho financeiro

Receita líquida

A receita líquida apresentou aumento de 9,6% em 2017, atingindo R\$ 47.889,3 milhões.

<u>Brasil</u>

A receita líquida gerada por nossas operações de Cerveja e RefrigeNanc no Brasil cresceu 5,6% em 2017, para R\$ 26.353,0 milhões.

Cerveia

Nossas operações de cerveja no Brasil incluem a produção e comercialização de cerveja e do portfolio *near beer*, que são bebidas à base de malte destinadas a outras categorias de bebidas que não de cerveja.

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2017 subiu 6,3%, acumulando R\$ 22.509,3 milhões. Este crescimento foi resultado do aumento de 0,7% no volume de vendas, junto com um crescimento de 5,6% na receita líquida por hectolitro.

RefrigeNanc

As operações de RefrigeNanc abragem a produção e comercialização de refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.

A receita líquida gerada pela operação de RefrigeNanc em 2017 cresceu 1,6%, atingindo R\$ 3.843,7 milhões, com a queda do volume de vendas em 4,3% mais do que compensada por um aumento da receita por hectolitro de 6,2%.

CAC

As operações da Ambev em CAC apresentaram um aumento da receita líquida em 2017 de 8,8%, acumulando R\$ 4.733,0 milhões, em função do aumento orgânico de volume de 1,9% e de receita líquida por hectolitro de 5,5%. Os volumes reportados aumentaram 26,9% no ano, beneficiados pela recente troca de ativos com a AB InBev e início das nossas operações no Panamá.

América Latina Sul

As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$ 10.769,7 milhões para a receita consolidada da Ambev em 2017, representando um crescimento de 26,1%. Esse resultado foi consequência de um crescimento de 5,9% no volume de vendas, junto com um aumento de 19,0% da receita por hectolitro, em função, principalmente, das nossas iniciativas de gestão da receita.

Canadá

As operações no Canadá representaram R\$ 6.043,5 milhões da nossa receita consolidada em 2017, com crescimento orgânico de 0,2% em relação ao ano anterior. O resultado orgânico é decorrente do aumento da receita por hectolitro de 1,5%, parcialmente impactado por uma queda de 1,3% no volume de vendas.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2017 teve um crescimento de 13,4%, totalizando R\$ 18.041,8 milhões.

Brasil

O custo dos produtos vendidos na unidade de negócios Brasil em 2017 foi de R\$ 9.889,5 milhões, crescendo 9,0%.



Cerveja

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil em 2017 cresceu 7,6%, chegando a R\$ 7.895,1 milhões, enquanto o custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 6,8%. O principal fator que contribuiu para este aumento foi o aumento do custo das nossas matérias-primas indexadas pelo dólar americano na primeira metade do ano, parcialmente compensado pelo *mix* de produtos, economias em suprimentos e ganhos de produtividade.

RefrigeNanc

O custo dos produtos vendidos da operação de RefrigeNanc no Brasil cresceu 15,2% em 2017, chegando a R\$ 1.994,4 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 20,3%, impactado negativamente pelo custo das nossas matérias primas indexadas pelo dólar americano e por preços de *commodities* mais altos, especialmente açúcar, bem como por maiores despesas com depreciação industrial, parcialmente compensados por economias em suprimentos e ganhos de produtividade.

CAC

O custo dos produtos vendidos nas nossas operações na CAC aumentou 6,4% em 2017, chegando a R\$ 2.045,6 milhões. Os principais motivos que levaram a esse aumento foram (i) o maior *mix* de marcas *premium*, e (ii) a inflação de nossas matérias-primas, parcialmente compensados por ganhos de produtividades em função da alavancagem operacional.

América Latina Sul

A América Latina Sul teve um aumento de 36,4% no custo dos produtos vendidos, totalizando R\$ 4.122,6 milhões em 2017, o que representa um crescimento do custo dos produtos vendidos por hectolitro de 28,8%. O crescimento acima da inflação média ponderada na região é explicado pelo impacto negativo de nossas matérias-primas indexadas pelo dólar americano.

Canadá

O custo dos produtos vendidos do Canadá no ano de 2017 apresentou leve crescimento de 0,1% em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.984,2 milhões, enquanto, em uma base por hectolitro, o aumentou foi de 1,4%, abaixo da inflação do ano.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$ 14.539,3 milhões em 2017, crescendo 6,1% no ano.

Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas no Brasil somaram R\$ 8.473,4 milhões em 2017, aumentando 4,8%.

Cerveja

As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram R\$ 7.390,9 milhões em 2017, apresentando um crescimento de 4,2%. O crescimento das despesas operacionais foi resultado, principalmente, de maiores despesas administrativas, impactadas pela provisão relativa à remuneração variável, e maiores despesas logísticas, impulsionadas pelo crescimento do volume de vendas e pela inflação geral, parcialmente compensadas por ganhos de eficiência em despesas com vendas e *marketing*.

RefrigeNanc

Despesas com vendas, gerais e administrativas para RefrigeNanc acumularam R\$ 1.082,5 milhões em 2017, um crescimento de 9,5% no período, explicado, principalmente, por maiores despesas com vendas e *marketing*.



CAC

As despesas com vendas, gerais e administrativas das operações da Ambev na CAC somaram R\$ 1.330,0 milhões em 2017, com redução orgânica de 0,9%, por conta de uma diminuição em despesas com vendas e *marketing* e gastos administrativos na região, a medida que nos beneficiamos de oportunidades de sinergia, principalmente no Panamá.

América Latina Sul

As despesas com vendas, gerais e administrativas na América Latina Sul acumularam R\$ 2.483,7 milhões em 2017, crescendo 16,6%, impactadas, principalmente, por pressões inflacionárias na Argentina.

Canadá

No Canadá, as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 2.252,2 milhões em 2017, com crescimento orgânico de 2,3%, impulsionadas por maiores despesas administrativas, parcialmente compensadas por ganhos de eficiência em iniciativas de vendas e *marketing*.

Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referente ao exercício de 2017 representou um ganho de R\$ 1.217,3 milhões, comparado ao ganho de R\$ 1.223,0 milhões registrado em 2016.

Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas R\$ milhões	2016	2017
Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais (Adições)/reversões de provisões	1.166,5 (132,9)	993,8 (12,9)
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	70,9	91,1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	118,5	145,4
	1.223,0	1.217,3

Itens não recorrentes

Os itens não recorrentes totalizaram uma despesa de R\$ 108,7 milhões em 2017 devido, principalmente, a gastos com reestruturação, comparado a uma receita de R\$ 1.134,3 milhões em 2016, resultado, em grande parte, do ganho com a permuta de participações societárias por meio da qual a Companhia transferiu suas operações na Colômbia, Peru e Equador para a AB InBev que, por sua vez, transferiu a operação no Panamá para a Companhia.

Itens não recorrentes R\$ milhões	2016	2017
Resultado decorrente de permuta de participações societárias	1.240,0	_
Reestruturação	(79,8)	(105,5)
Processo administrativo	-	(3,8)
Custos de novas aquisições	(29,8)	0,6
Outros	4,0	-
	1.134,3	(108,7)



Resultado financeiro

O resultado financeiro no ano foi uma despesa de R\$ 3.493,9 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 3.702,0 milhões em 2016. Esse resultado em 2017 inclui o impacto de duas despesas financeiras não recorrentes no total de R\$ 976,8 milhões, sendo (i) uma despesa de R\$ 835,7 milhões referente a perdas com variação cambial sobre empréstimos entre empresas do grupo, que historicamente estavam reportadas no patrimônio líquido e foram reclassificadas para o resultado do exercício, quando da liquidação desses empréstimos e (ii) uma despesa de R\$ 141,0 milhões paga como resultado da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Resultado financeiro líquido		
R\$ milhões	2016	2017
Receitas de juros	513,6	458,8
Despesas com juros	(1.543,4)	(1.569,4)
Ganhos/(perdas) com derivativos	(1.461,6)	(543,0)
Ganhos/(perdas) com instrumentos não-derivativos	(62,8)	(111,9)
Impostos sobre transações financeiras	(224,6)	(179,7)
Outras receitas/(despesas) financeiras, líquidas	(923,2)	(572,0)
Despesas financeiras não recorrentes		(976,8)
Resultado financeiro líquido	(3.702,0)	(3.493,9)

A dívida total da Companhia reduziu de R\$ 5.396,3 milhões em dezembro de 2016 para R\$ 2.553,1 milhões em dezembro de 2017.

Detalhamento da Dívida		2016			2017	
R\$ milhões	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda local	726,0	1.165,3	1.891,2	351,4	733,5	1.084,9
Moeda estrangeira	2.904,7	600,5	3.505,1	969,7	498,4	1.468,1
Dívida consolidada	3.630,6	1.765,7	5.396,3	1.321,1	1.231,9	2.553,1
Caixa e equivalentes de caixa (líquido						
da conta garantida)			7.876,8			10.352,7
Aplicações financeiras correntes			282,8			11,9
Dívida/(Caixa) Líquido			(2.763,3)			(7.811,6)

O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém a classificação de grau de investimento segundo a Standard and Poor's e a Moody's Ratings.

Imposto de renda e contribuição social

A alíquota efetiva em 2017 foi de 39,3%, contra a alíquota do ano anterior de 2,4%, já que não só enfrentamos uma difícil comparação com 2016, mas também fomos impactados por ajustes tributários não recorrentes, sendo o principal deles de R\$ 2.859,5 milhões relacionado ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). A alíquota efetiva normalizada em 2017 foi de 12,8%.

Participações de empregados e administradores

No ano de 2017, a participação nos lucros de empregados e administradores provisionada foi de R\$ 543,2 milhões. Este valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.



Participação dos não controladores

As despesas com participações dos não controladores em subsidiárias da Companhia acumularam R\$ 518,5 milhões, contra uma despesa de R\$ 536,8 milhões em 2016.

Lucro líquido

O lucro líquido em 2017 foi de R\$ 7.850,5 milhões, uma redução de 40,0% comparado ao ano de 2016, enquanto, em uma base ajustada para itens não recorrentes, o lucro líquido foi de R\$ 12.199,7 milhões, um aumento de 2,1% comparado ao ano anterior.

Dividendos e ações

Nosso estatuto social prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 40% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio. Em 2017, foi pago o valor total de R\$ 8.482 milhões entre dividendos e juros sobre o capital próprio. Este valor não inclui o pagamento de dividendos de R\$ 0,07 por ação (aproximadamente R\$ 1,1 bilhão) anunciado em 21 de dezembro de 2017, realizado a partir de 22 de fevereiro de 2018.

Na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão foram negociados aproximadamente R\$ 61,0 bilhões em ações ordinárias da Companhia durante o ano de 2017. Neste período, o Índice Bovespa teve uma valorização de 26,9%, enquanto nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$ 21,28, representando uma valorização de 29,8%² no ano de 2017.

Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA

O EBITDA ajustado e o EBIT são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) participação de não controladores, (ii) despesa com imposto de renda, (iii) participação nos resultados de coligadas e subsidiárias, (iv) resultado financeiro líquido, (v) itens não recorrentes, e (vi) despesas com depreciações e amortizações.

O EBITDA ajustado e o EBIT não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em IFRS ou nos Estados Unidos da América (US GAAP), e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na condição de indicador de liquidez. Nossas definições de EBITDA ajustado e EBIT podem não ser comparáveis ao EBITDA ajustado e ao EBIT conforme definido por outras empresas.

Reconciliação lucro líquido - EBITDA		
R\$ milhões	2016	2017
Lucro líquido - Ambev	12.546,6	7.331,9
Participação dos não controladores	536,8	518,5
Despesa com imposto de renda e contribuição social	315,0	5.079,3
Lucro antes de impostos	13.398,4	12.929,8
Participação nos resultados de empreendimentos		
controlados em conjunto	5,0	3,1
Resultado financeiro líquido	3.702,0	3.493,9
Itens não recorrentes	(1.134,3)	108,7
EBIT ajustado	15.971,0	16.535,5
Depreciação e amortização - total	3.512,0	3.612,1
EBITDA ajustado	19.483,1	20.147,6

14

Dados por ação, ajustados para refletir distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio, desdobramento ou grupamento no



Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Relacionamento com auditores independentes

A política de atuação junto aos nossos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios estabelecem que:

- auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- auditor não deve exercer funções gerenciais; e,
- auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adotamos política e procedimentos de pré-aprovação segundo os quais todos os serviços de auditoria e outros serviços prestados por auditores independentes contratados pela Ambev e por suas subsidiárias devem ser aprovados pelo nosso Conselho Fiscal, o qual também cumpre as funções de um comitê de auditoria para os propósitos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, em conformidade com a Regra 10A-3(c). O Conselho Fiscal adota uma lista de serviços e limites de valor para a contratação de cada tipo de serviço, de acordo com os termos incluídos em uma Lista Básica, por sua vez aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer serviço constante dessa lista é considerado "pré-aprovado" dentro dos limites individuais de valor, e que no agregado anual não ultrapassem 20% dos honorários anuais de auditoria. Trimestralmente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal recebem do Diretor Financeiro um relatório resumido sobre o progresso dos serviços prestados préaprovados e os honorários correspondentes devidamente autorizados. Quaisquer serviços não apresentados nessa Lista Básica requerem uma opinião anterior favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho de Administração. Nossa política contém também uma lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos. Essa política é revista anualmente pelo Conselho de Administração, por recomendação do Conselho Fiscal.

Serviços prestados pelo auditor independente

Tais informações incluem serviços prestados, além dos serviços de auditoria externa, para a Companhia ou suas controladas durante o ano de 2017.

Foi prestado 1 serviço, com prazo de execução inferior a um ano, relacionado a suporte para entrega de obrigações legais.

Contratamos um total de R\$ 113 mil referente a tal serviço, o que equivale a aproximadamente 1,4% dos honorários de auditoria externa relativos às Demonstrações Financeiras de 2017 da Companhia e suas controladas.

A Companhia entende que o processo de aprovação existente e a proporção dos serviços adicionais não comprometem a independência do auditor.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA AMBEV S.A.

Balanços patrimoniais:

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

			Consolidado
Ativo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.354.527	7.876.849
Aplicações financeiras	6	11.883	282.771
Instrumentos financeiros derivativos	27	350.036	196.655
Contas a receber	7	4.944.831	4.368.059
Estoques	8	4.318.973	4.347.052
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.770.376	4.693.724
Demais impostos a recuperar		600.165	729.586
Outros ativos		1.367.282	1.392.155
Ativo circulante		24.718.073	23.886.851
Aplicações financeiras	6	121.956	104.340
Instrumentos financeiros derivativos	27	35.188	16.326
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.312.664	4.493
Demais impostos a recuperar		225.036	343.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.279.339	2.268.142
Outros ativos		1.964.424	1.973.584
Benefícios a funcionários	16	58.443	33.503
Investimentos		237.961	300.115
Imobilizado	10	18.822.327	19.153.836
Intangível	11	4.674.704	5.245.881
Ágio	12	31.401.874	30.511.200
Ativo não circulante		62.133.916	59.954.567
Total do ativo		86.851.989	83.841.418

Balanços patrimoniais (continuação):

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

			Consolidado
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Contas a pagar	13	11.853.928	10.868.757
Instrumentos financeiros derivativos	27	215.090	686.358
Empréstimos e financiamentos	14	1.321.122	3.630.604
Conta garantida	5	1.792	-
Salários e encargos		1.047.182	686.627
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		1.778.633	1.714.401
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.668.407	904.240
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.825.440	3.378.178
Opção de venda concedida sobre participação em controlada			
e outros passivos		6.807.925	6.735.849
Provisões	15	168.957	168.636
Passivo circulante		28.688.476	28.773.650
Contas a pagar	13	175.054	237.802
Instrumentos financeiros derivativos	27	2.434	27.022
Empréstimos e financiamentos	14	1.231.928	1.765.706
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.329.229	2.329.722
Imposto de renda e contribuição social a recolher (i)		2.418.027	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		771.619	681.424
Opção de venda concedida sobre participação em controlada			
e outros passivos		429.102	471.792
Provisões	15	512.580	765.370
Benefícios a funcionários	16	2.310.685	2.137.657
Passivo não circulante		10.180.658	8.416.495
Total do passivo		38.869.134	37.190.145
Patrimônio líquido	17		
Capital social		57.614.140	57.614.140
Reservas		63.361.144	64.230.028
Ajuste de avaliação patrimonial		(74.966.470)	(77.019.120)
Patrimônio líquido de controladores		46.008.814	44.825.048
Participação de não controladores		1.974.041	1.826.225
Total do patrimônio líquido		47.982.855	46.651.273
Total do passivo e patrimônio líquido		86.851.989	83.841.418

⁽i) Durante o terceiro trimestre de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT 2017"). Informações adicionais sobre a adesão estão apresentados na Nota 1 – Informações Gerais.

Demonstrações dos resultados:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

			Consolidado
	Nota	2017	2016
Receita líquida	19	47.899.276	45.602.561
Custo dos produtos vendidos		(18.041.778)	(16.677.959)
Lucro bruto		29.857.498	28.924.602
Despesas logísticas		(6.295.544)	(6.085.538)
Despesas comerciais		(5.619.950)	(5.924.974)
Despesas administrativas		(2.623.796)	(2.166.097)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	20	1.217.307	1.223.036
Itens não recorrentes	22	(108.702)	1.134.331
Lucro operacional		16.426.813	17.105.360
Despesas financeiras	23	(4.268.294)	(4.597.952)
Receitas financeiras	23	774.398	895.947
Resultado financeiro, líquido		(3.493.896)	(3.702.005)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados			
em conjunto		(3.115)	(4.985)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		12.929.802	13.398.370
Imposto de renda e contribuição social	24	(5.079.298)	(314.973)
Lucro líquido do exercício		7.850.504	13.083.397
Atribuído à:			
Participação dos controladores		7.331.968	12.546.610
Participação dos não controladores		518.536	536.787
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	17	0,47	0,80
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	17	0,46	0,79

Demonstrações do resultado abrangente: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

2017	2016
Lucro líquido do exercício 7.850.504 13.0	83.397
Itens que não serão reciclados para o resultado:	
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais 124.580 (12	29.612)
Itens a serem posteriormente reciclados para o resultado:	
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	
Hedge de investimento no exterior	23.331
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada 61.742 7	07.799
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior 1.890.588 (4.8)	58.817)
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior 1.952.330 (4.12)	27.687)
Hedge de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)	
	79.284)
	93.999)
	73.283)
Outros resultados abrangentes 2.590.588 (5.33	30.582)
Resultado abrangente do exercício 10.441.092 7.7	52.815
Atribuído à:	
Participação dos controladores 9.891.626 7.6	10.495
Participação de não controladores 549.466 1	42.320

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. As demonstrações do resultado abrangente estão apresentadas líquidas do imposto de renda. Os efeitos tributários encontram-se divulgados na Nota 9 - *Imposto de renda e contribuição social diferidos*.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

		Atrib	ouído à particip	Atribuído à participação dos controladores	adores			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	Capital Social 57.614.140	Reservas de capital 54.529.780	Reservas de lucros 9.700.248	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (77.019.120)	Total 44.825.048	Participação de não controladores 1.826.225	Total do patrimônio líquido 46.651.273
Lucro Iíquido do exercício	ı	ı	ı	7.331.968	ı	7.331.968	518.536	7.850.504
Resultado Abrangente:					000 000 1	603 000 1	071	000 030 1
Gannos (perdas) na conversão de operações no exterior Hadaa de fluxo de caixa				1 1	513 374	513 374	304	513 678
Ganhos/(perdas) atuariais	•	1	1	1	117.702	117.702	6.878	124.580
Resultado abrangente do exercício	٠	•	Ī	7.331.968	2.559.658	9.891.626	549.466	10.441.092
Opções concedidas sobre participação em controlada	1	1	1	1	(380.405)	(380.405)	•	(380.405)
Ganhos/(perdas) de participação	1	1	1	•	(12.097)	(12.097)	29.537	17.440
Imposto sobre dividendos fictos	1	1	1	•	(38.625)	(38.625)	•	(38.625)
Dividendos distribuídos	1	1	1	(3.612.792)	. 1	(3.612.792)	(431.187)	(4.043.979)
Juros sobre o capital próprio	ı	1	(3.770.144)	(1.099.625)	1	(4.869.769)	1	(4.869.769)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	1	13.682	1	1	1	13.682	1	13.682
Pagamentos baseados em ações	1	157.447	•	1		157.447	•	157.447
Dividendos prescritos	1	1	1	34.699	•	34.699	•	34.699
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo								
precedente	1	•	•	75.881	(75.881)	•	•	1
Reserva de incentivos fiscais	1	1	1.552.261	(1.552.261)		•	•	1
Reserva de investimentos	ı	1	1.177.870	(1.177.870)	1	1	1	ı
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.614.140	54.700.909	8.660.235	•	(74.966.470)	46.008.814	1.974.041	47.982.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (continuação): Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

		Atrib	viído à participa	Atribuído à participação dos controladores	dores			
Calda on 21 de decombres de 2015	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total 18 221 882	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saido em 31 de dezembro de 2013	37.014.140	164.575.451	0.201.323	•	(100./00.1/)	40.331.003	7.001.700	50.555.05
Lucro líquido do exercício	ı	1	ı	12.546.610	1	12.546.610	536.787	13.083.397
Resultado Abrangente:								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	1	1	ı	1	(3.728.767)	(3.728.767)	(398.920)	(4.127.687)
Hedge de fluxo de caixa	1	1	ı	1	(1.076.677)	(1.076.677)	3.394	(1.073.283)
Ganhos/(perdas) atuariais	1	1	ı	ı	(130.671)	(130.671)	1.059	(129.612)
Resultado abrangente do exercício	•	•	ı	12.546.610	(4.936.115)	7.610.495	142.320	7.752.815
Opções concedidas sobre participação em controlada	1	1	ı	ı	(144.164)	(144.164)	ı	(144.164)
Ganhos/(perdas) de participação	1	1	1	1	(2.781)	(2.781)	37.607	34.826
Transação de permuta de participações societárias	1	1	ı	1	(3.148)	(3.148)	ı	(3.148)
Dividendos distribuídos	1	1	ı	(5.651.827)	1	(5.651.827)	(355.452)	(6.007.279)
Juros sobre o capital próprio	ı	1	(2.039.171)	(3.454.173)	1	(5.493.344)	1	(5.493.344)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	1	94.832	1	1	1	94.832	1	94.832
Pagamentos baseados em ações	1	61.497	1	1	1	61.497	1	61.497
Dividendos prescritos	•	1	1	21.605	•	21.605	1	21.605
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo								
precedente	•	1	1	75.881	(75.881)	1	1	•
Reserva de incentivos fiscais	1	1	1.819.525	(1.819.525)	•	ı	1	1
Reserva de investimentos	1	-	1.718.571	(1.718.571)	-	ı	•	1
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.614.140	54.529.780	9.700.248	•	(77.019.120)	44.825.048	1.826.225	46.651.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa: Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

			Consolidado
	Nota	2017	2016
Lucro líquido do exercício		7.850.504	13.083.397
Depreciação, amortização e impairment		3.612.083	3.512.005
Perda por impairment nas contas a receber, nos estoques e nas			
demais contas a receber		156.297	196.548
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		168.318	347.146
Resultado financeiro líquido	23	3.493.896	3.702.005
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		(49.416)	(70.882)
Perda/(ganho) na venda de operações em associadas Ganho em permuta de participações societárias		(41.657)	(1.239.972)
Despesa com pagamentos baseados em ações	26	209.260	170.317
Imposto de renda e contribuição social	24	5.079.298	314.973
Participação nos resultados de empreendimentos controlados		210791290	511.575
em conjunto		3.115	4.985
Outros itens não-monetários incluídos no lucro		196.250	(737.429)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital			
de giro e provisões		20.677.948	19.283.093
(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a			
receber		(265.636)	(578.436)
(Aumento)/redução nos estoques		(63.805)	(437.052)
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar		(105.784)	(565.125)
Geração de caixa das atividades operacionais		20.242.723	17.702.480
Juros pagos		(557.305)	(724.873)
Juros recebidos		337.927	597.714
Dividendos recebidos		7.284	110.976
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.156.567)	(5.341.784)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		17.874.062	12.344.513
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		101.940	133.621
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(3.203.709)	(4.132.671)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		(333.284)	(1.824.197)
Aquisição de outros investimentos (Aplicação financeira) e proventos líquidos de títulos de		(1.097)	(37.530)
dívida		276.927	(37.144)
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos		86.221	13
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(3.073.002)	(5.897.908)
Proventos/(recompra) de ações		(38.614)	386
Proventos de empréstimos		2.904.418	3.791.965
Liquidação de empréstimos		(5.441.701)	(1.896.195)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(1.459.451)	(3.207.789)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		(9.035)	(2.908)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.819.754)	(10.330.601)
Fluxo de caixa de atividades financeiras		(12.864.137)	(11.645.142)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de			
caixa		1.936.923	(5.198.537)
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾ no início do exercício		7.876.849	13.617.622
Efeito de variação cambial		538.963	(542.236)
Caixa e equivalentes de caixa (i) no final do exercício		10.352.735	7.876.849

⁽i) Líquido de conta garantida.

Demonstrações do valor adicionado:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

		Consolidado
_	2017	2016
Receitas	73.758.033	71.583.332
Vendas mercadorias, produtos e serviços	73.674.539	69.654.660
Outras receitas/(despesas) líquidas	166.599	2.010.817
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(83.105)	(82.145)
Insumos adquiridos de terceiros	(27.140.996)	(25.952.460)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(17.766.004)	(17.604.305)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.248.933)	(8.227.270)
Perda de valores ativos	(126.059)	(120.885)
Valor adicionado bruto	46.617.037	45.630.872
Retenções	(3.486.022)	(3.391.158)
Depreciação e amortização	(3.486.022)	(3.391.158)
Valor adicionado líquido produzido	43.131.015	42,239,714
Valor adicionado recebido em transferência	468.016	568.732
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em		
conjunto	(3.115)	(4.985)
Receitas financeiras	774.398	895.947
Outros	(303.267)	(322.230)
Valor adicionado total a distribuir	43.599.031	42.808.446
Distribuição do valor adicionado	43.599.031	42.808.446
Pessoal	4.315.914	3.682.076
Remuneração direta	3.832.371	3.191.046
Benefícios	239.407	245.299
Fundo de garantia por tempo de serviço	116.078	115.183
Outros	128.058	130.548
Impostos, taxas e contribuições	27.050.929	21.383.688
Federais	12.947.689	8.785.455
Estaduais	14.075.274	12.572.669
Municipais	27.966	25.564
Remuneração de capitais de terceiros	4.381.684	4.659.285
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	4.088.605	4.373.368
Aluguéis	293.079	285.917
Remuneração de capitais próprios	7.850.504	13.083.397
Juros sobre o capital próprio	2.277.495	3.454.173
Dividendos	3.612.792	5.651.827
Lucros retidos	1.441.681	3.440.610
Participação de não controladores	518.536	536.787

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1.	Informações gerais
2.	Declaração da Administração
3.	Sumário das principais políticas contábeis
4.	Uso de estimativas e julgamentos
5.	Caixa e equivalentes de caixa
6.	Aplicações financeiras
7.	Contas a receber
8.	Estoques
9.	Imposto de renda e contribuição social diferidos
10.	Imobilizado
11.	Intangível
12.	Ágio
13.	Contas a pagar
14.	Empréstimos e financiamentos
15.	Provisões
16.	Benefícios a funcionários
17.	Patrimônio líquido
18.	Informações por segmento
19.	Receita líquida
20.	Outras receitas (despesas) operacionais
21.	Informações adicionais sobre despesas operacionais por natureza
22.	Itens não recorrentes
23.	Despesas e receitas financeiras
24.	Imposto de renda e contribuição social
25.	Folha de pagamento e benefícios relacionados
26.	Pagamento baseado em ações
27.	Instrumentos financeiros e riscos
28.	Arrendamento operacional
29.	Garantias, obrigações contratuais, adiantamento de clientes e outros
30.	Passivo contingente
31.	Itens que não afetam o caixa
32.	Demonstrações contábeis da controladora
33.	Partes relacionadas
34.	Companhias do grupo
35.	Seguros
36.	Eventos subsequentes

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como "Companhia", "Ambev" ou "Controladora"), com sede em São Paulo tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADR's (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código "ABEV3" e na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*-NYSE) sob o código "ABEV".

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. ("IIBV"), a AmBrew S.A. ("Ambrew"), ambas controladas da Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev"), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência ("Fundação Zerrenner").

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2018.

(b) Principais eventos ocorridos em 2016 e 2017

Renegociação acordo de acionistas Tenedora CND

Em 1 de dezembro de 2017 a Ambev comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a E. León Jimenes, S.A. ("ELJ"), sócia da Companhia na Tenedora CND, S.A. ("Tenedora"), titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A. ("CND") — exercerá de forma parcial, conforme previsto no acordo de acionistas da Tenedora, sua opção de venda de aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia pagará à ELJ o valor de, aproximadamente, R\$3 bilhões (equivalentes à, aproximadamente, USD 926,5 milhões de dólares) e passará a ser titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes. Adicionalmente, considerando a importância estratégica da aliança com a ELJ, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nessa data, a extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se torne exercível. A operação estava sujeita a determinadas condições precedentes que foram executadas em 18 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 36 — Eventos subsequentes.

Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT 2017

Durante o terceiro trimestre de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, previsto na Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, conforme prorrogada pela Medida Provisória nº 798 ("PERT 2017"), comprometendose a pagar algumas autuações fiscais que estavam em disputa, incluindo débitos de suas subsidiárias, totalizando o valor de R\$3,5 bilhões, já considerando os descontos

previstos pelo referido programa, tendo pago o valor de aproximadamente R\$960 milhões em 2017 e comprometendo-se a pagar o valor restante em 145 parcelas mensais, acrescidas de juros, a partir de janeiro de 2018.

Acordo de licenciamento perpétuo à Quilmes

Em setembro de 2017, a Quilmes, uma subsidiária da Ambev, celebrou um acordo pelo qual a AB InBev concederá uma licença perpétua à Quilmes na Argentina para distribuição da marca Budweiser e outras marcas norte-americanas após a recuperação dos direitos de distribuição destas marcas pela AB InBev da sociedade chilena Compañia Cervecerías Unidas S.A. - CCU. O acordo também prevê a transferência da Cerveceria Argentina Sociedad Anonima Isenbeck pela AB InBev para Quilmes e a transferência de algumas marcas argentinas (Norte, Iguana e Baltica) e ativos comerciais relacionados, além de USD 50 milhões pela Quilmes para a CCU. O fechamento da transação está sujeito à aprovação da autoridade antitruste Argentina e outras condições habituais de fechamento. Essa aprovação não foi concedida até o momento da publicação dessas demonstrações contábeis.

Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros - Equity Swap

Em 21 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (denominados como *equity swap*), sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos ainda em vigor, cuja celebração foi autorizada em reunião de 16 de maio de 2017. Os contratos ora autorizados poderão acarretar a exposição em até 44 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADR's), com valor limite de até R\$820 milhões e, acrescidos dos saldos dos contratos celebrados no contexto da aprovação de 16 de maio de 2017 e ainda não liquidados.

Em 16 de maio de 2017 o Conselho de Administração da Ambev aprovou a contratação, pela Companhia ou suas controladas, de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (denominados como *equity swap*) por meio de instituições financeiras a serem definidas pela diretoria da Companhia, tendo por referência ações de emissão da Companhia ou *American Depositary Receipts* com lastro nestas ações ("ADR's"). A liquidação do *equity swap* deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar de tal aprovação, sendo que os contratos poderão acarretar a exposição em até 80 milhões de ações ordinárias, com valor limite de até R\$2,3 bilhões.

Aquisição da Cachoeiras de Macacu

Em dezembro de 2016, a Companhia adquiriu a Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. da empresa Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda., empresa proprietária de uma unidade industrial de produção e embalagem de bebidas de cerveja e bebidas não alcoólicas no estado do Rio de Janeiro por R\$478.621.

Permuta de participações societárias

Em 12 de maio de 2016, a Ambev e seu acionista controlador, AB InBev, firmaram acordo de permuta de participações societárias ("Permuta"). A efetivação da Permuta estava condicionada à implementação da unificação das atividades da AB InBev e SABMiller Plc ("SABMiller"), o que veio a ocorrer em 10 de outubro de 2016. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2016, após a implementação de determinados atos societários preparatórios, a Permuta foi efetivada. Com base no acordo descrito acima, a Ambev transferiu para a AB InBev a participação societária na Keystone Global Corporation – KGC, a qual era titular de participações em sociedades domiciliadas na Colômbia, Peru e Equador. Em contrapartida, a AB InBev transferiu à Ambev a participação na Cerveceria Nacional S. de R.L., uma subsidiária domiciliada no Panamá, a qual fora anteriormente adquirida de terceiro.

O valor atribuído à transação está embasado por um "fairness opinion" preparado por uma empresa especializada e que foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Ambev, com abstenção do voto dos conselheiros indicados pela AB InBev.

O resultado da operação exposta acima foi de R\$1.236.824, sendo que R\$1.239.972 foram reconhecidos na demonstração de resultado – itens não recorrentes.

Aquisição da Archibald Microbrasserie

Em abril de 2016 a Companhia, por meio de sua subsidiária Labatt Breweries, no Canadá, adquiriu a empresa Archibald Microbrasserie, conhecida por suas cervejas locais e especialidades sazonais. Além disso, no Brasil, adquiriu 66% da empresa Sucos do Bem, que conta com uma gama de sucos, chás e barras de cereais. O valor agregado de aquisição foi de aproximadamente R\$155 milhões.

Aquisição de empresas do grupo Mark Anthony

Em janeiro de 2016, a Ambev, por meio de suas subsidiárias CRBS S.A. e Ambev Luxemburgo, adquiriu empresas do grupo Mark Anthony no Canadá, que conta com uma gama de produtos de cervejas e sidras, por um valor de R\$1,4 bilhão.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações contábeis da Ambev estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das

contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRSs prevejam a adoção antecipada, no Brasil os entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as referidas normas não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis:

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (vigente a partir de 1 de janeiro de 2018), que visa substituir o IAS 39/CPC 38 , introduz novas exigências para a classificação de ativos financeiros que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável que exigirá um reconhecimento mais efetivo e introduz um novo padrão de hedge accounting e teste de impairment com maior divulgações sobre a atividade de gestão de risco. O novo modelo de hedge accounting representa uma revisão significativa da política e alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco. A IFRS 9/CPC 48 também remove a volatilidade no resultado que foi causada por mudanças no risco de crédito dos passivos determinados para serem mensurados pelo valor justo. A Companhia avaliou os possíveis impactos decorrentes da aplicação da nova regra e não identifica impacto significativo em sua posição financeira e / ou seu desempenho financeiro.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (vigente a partir de 1 de janeiro de 2018) requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A nova

norma também resultará em maiores e aprimoradas divulgações sobre receita, fornecerá orientações para transações que não foram anteriormente abordadas de forma abrangente (por exemplo, receitas de serviços e modificações de contratos) e melhorará a orientação para elementos múltiplos. Tendo em vista as atividades da Ambev, a Companhia não identificou que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha impacto significativo em sua posição financeira e / ou seu desempenho financeiro.

IFRS 16/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1 de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento.

A Companhia está em processo de avaliar o impacto total da aplicação da IFRS 16/CPC 06 (R2) e espera mudanças na apresentação de arrendamentos operacionais que passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1 de janeiro de 2017 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para as demonstrações contábeis da Companhia.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPC's. Em 2014 o IASB publicou alterações ao IAS 27 - 'Equity Method in Separate Financial Statements (Amendments to IAS 27)'. Esta alteração consiste em estabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, negócios em conjuntos e associadas em demonstrações contábeis separadas de uma entidade.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's ou CPC's. A IFRS 3/CPC 15(R1) - Combinação de Negócios é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United States) e UKGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma permuta de participações societárias entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias, inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum.

Com relação à transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/ transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambey, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos do IAS 16/CPC 27 - Ativo imobilizado. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do

resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Quasi-equity

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

			T	axa final	Taxa m	
Moeda	Denominação	País	2017	2016	2017	2016
CAD	Dólar canadense	Canadá	2,6380	2,4214	2,4567	2,6348
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0685	0,0700	0,0674	0,0755
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba (i)	3,3080	3,2591	3,2017	3,4749
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,4500	0,4343	0,4344	0,4570
ARS	Peso	Argentina	0,1762	0,2056	0,1931	0,2354
BOB	Boliviano	Bolívia	0,4753	0,4683	0,4600	0,4993
PYG	Guarani	Paraguai	0,0006	0,0006	0,0006	0,0006
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1151	0,1114	0,1116	0,1166
CLP	Peso chileno	Chile	0,0054	0,0049	0,0049	0,0051
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	1,6307	1,6075	1,5783	1,7139

⁽i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível ("CUC"), tem paridade com o dólar ("USD") na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Ativos e passivos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

1) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Em geral, os instrumentos financeiros dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento.

4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos e passivos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos e passivos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

1) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa

ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, incluindo a manutenção da documentação requerida e teste de efetividade do *hedge*.

Contabilização de hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de hedge de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

Contabilização de hedge de investimento líquido

Quando um instrumento financeiro derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(i) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada quando há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

(j) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matériasprimas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(k) Intangíveis

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(l) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na

respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

(m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente conforme Nota 1 – *Informações Gerais*.

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios 25 anos Máquinas e equipamentos 15 anos Instalações 10 anos Utensílios 10 anos Bens de uso externo 2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(n) Contabilização de arrendamento operacional

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

(o) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(p) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos cobertos por instrumentos de *hedge* (Nota 14 – *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados à várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos,

questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (v)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12 / CPC 32 – *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(s) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Panamá, Uruguai, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

s.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

s.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (asset ceiling) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerrenner, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

(t) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(u) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros e/(ou) prazos destes empréstimos são vantajosas em relação a condições de mercado, tais financiamentos são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado no IAS 20/CPC 07. Referido subsidio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsidio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

(v) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

(w) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício. O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não

geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(x) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não restando incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados ou da possível devolução dos produtos, e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções, deduções e descontos comerciais.

Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica descontos comerciais com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções no momento da realização das vendas.

Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(v) Despesas

Despesa de royalties

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

(z) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são

principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(aa) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e Refrigerantes e Não-alcoólicos e não-carbonatados), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho da operação consolidada. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 18 – *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil e Luxemburgo, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes e não-alcoólicos e não-carbonatados e (b) na América Central ("CAC"), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vincent, Dominica, Antígua e Barbados), Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua), Cuba e Panamá;
- América Latina Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile.
- Canadá, representada pelas operações Labatt.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam

a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil do custo precedente (Nota 3 (d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));
- (iii) redução ao valor de recuperação impairment (Nota 3 (g) e (w));
- (iv) provisões (Nota 3 (q));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (t));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (s));
- (vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (r));
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d)); e
- (ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g) e (h)).

O valor justo dos ativos intangíveis adquiridos é avaliado pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizados no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	588,900	381.928
Contas correntes	5.077.083	3.467.339
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	4.688.544	4.027.582
Caixa e equivalentes de caixa	10.354.527	7.876.849
Conta garantida	(1.792)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido	10.352.735	7.876.849

⁽i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

_	2017	2016
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
mantidos para negociação	11.883	282.771
Ativo circulante	11.883	282.771
Títulos mantidos até o vencimento (i)	121.956	104.340
Ativo não circulante	121.956	104.340
Total	133.839	387.111

⁽i) O saldo refere-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários – CDB atrelados aos incentivos fiscais.

7. CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Contas a receber de clientes	5.335.715	4.774.503
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(521.515)	(443.693)
Contas a receber de clientes, líquidas	4.814.200	4.330.810
Partes relacionadas	130.631	37.249
Total contas a receber circulante	4.944.831	4.368.059

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

_	Valor contábil em 31 de dezembro	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 90 dias	Vencidos entre 91 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
Contas a receber de clientes Provisão para créditos de	5.335.715	4.343.809	340.716	32.279	63.320	85.589	42.172	427.830
liquidação duvidosa	(521.515)	(4.290)	(87)	(437)	(808)	(45.891)	(42.172)	(427.830)
2017	4.814.200	4.339.519	340.629	31.842	62.512	39.698	-	-
Contas a receber de								
clientes Provisão para créditos de	4.774.503	4.093.563	187.946	28.430	43.726	29.989	38.882	351.967
liquidação duvidosa	(443.693)	(6.879)	(1.877)	(4.175)	(9.924)	(29.989)	(38.882)	(351.967)
2016	4.330.810	4.086.684	186,069	24.255	33.802	_	_	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2017 foi de R\$83.105 (R\$82.145 em 2016).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 27 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

8. ESTOQUES

	2017	2016
Produtos acabados	1.528.434	1.445.462
Produtos em elaboração	309.567	328.453
Matérias-primas	1.816.331	1.962.731
Materiais de produção	77.208	50.026
Almoxarifado e outros	476.924	447.167
Adiantamentos	210.861	234.473
Provisão para perdas	(100.352)	(121.260)
• •	4.318.973	4.347.052

O valor das baixas/perdas em estoques reconhecidas no resultado foi de R\$73.221 em 2017 (R\$114.418 em 2016).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, que são esperadas quando da realização dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas esperadas estão demonstradas abaixo:

América Central e Caribe	de 23% a 31%
América Latina (i)	de 14% a 35%
Canadá	26%

(i) Alterações na legislação fiscal da Argentina aprovadas em 29 de dezembro de 2017 afetam períodos fiscais iniciados a partir de outubro de 2018 e reduzem a alíquota do imposto sobre a renda nos primeiros dois anos de 35% para 30% e, na sequencia, para 25%. Para o ano fiscal de 2017, entretanto, há um impacto de R\$33,0 milhões no imposto de renda diferido.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

		2017			2016	
_	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	39.028	-	39.028	9.030	-	9.030
Intangível	-	(719.481)	(719.481)	649	(733.894)	(733.245)
Benefícios a empregados	631.067	-	631.067	467.582	-	467.582
Contas a pagar	1.382.378	(314.154)	1.068.224	977.442	(531.285)	446.157
Contas a receber	52.256	-	52.256	42.724	-	42.724
Derivativos	6.816	(5.849)	967	71.134	(110.735)	(39.601)
Estoques	248.731	(18.123)	230.608	267.430	(13.778)	253.652
Imobilizado	-	(920.475)	(920.475)	-	(905.676)	(905.676)
Imposto retido na fonte sobre dividendos						
não distribuidos e royalties	-	(788.594)	(788.594)	-	(684.774)	(684.774)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.590)	(421.590)
Prejuízos fiscais a utilizar	500.952	-	500.952	1.139.818	-	1.139.818
Provisões	347.337	(39.698)	307.639	448.879	(44.738)	404.141
Outros itens	-	(30.492)	(30.492)	(15.132)	(24.666)	(39.798)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	3.208.565	(3.258.455)	(49.890)	3.409.556	(3.471.136)	(61.580)
Compensação	(929.226)	929.226	-	(1.141.414)	1.141.414	-
Ativo / (passivo) tributário diferido						
líquido	2.279.339	(2.329.229)	(49.890)	2.268.142	(2.329.722)	(61.580)

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2017, os impostos diferidos ativos e passivos, têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

-			
<u>-</u>		2017	
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Aplicações financeiras	-	39.028	39.028
Intangível	-	(719.481)	(719.481)
Benefícios a empregados	112.766	518.301	631.067
Contas a pagar	1.382.378	(314.154)	1.068.224
Contas a receber	47.343	4.913	52.256
Derivativos	967	-	967
Estoques	230.608	-	230.608
Imobilizado	(58.099)	(862.376)	(920.475)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuidos e			
royalties	-	(788.594)	(788.594)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)
Provisões	91.689	215.950	307.639
Outros itens	-	(30.492)	(30.492)
Total	1.807.652	(2.358.494)	(550.842)
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais			<u>2017</u>
2018			209.001
2019			98.332
2020			16.111
2021			10.608
A partir de 2022 (i)			166.900
Total			500.952
Total			500.952

⁽i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2017, ativos fiscais diferidos no montante de R\$427.365 (R\$455.616 em 31 de dezembro 2016) relacionados a prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foram registrados, já que sua realização não é provável.

A maioria destes ativos não tem prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado a eles equivale a R\$1.709.461 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.285.196 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(61.580)
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	40.177
Hedge de investimento no exterior	(262.703)
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(31.806)
Hedge de fluxo de caixa – ganhos/(perdas)	(269.218)
Ganhos / (perdas) na conversão de demais operações no exterior	136.110
Reconhecido no resultado abrangente	(387.440)
Reconhecido no resultado	253.038
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	146.092
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	35.469
Reconhecidas em outros grupos do balanço	110.623
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(49.890)

10. IMOBILIZADO

			2017			2016
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	8.330.123	22.764.314	4.584.187	1.740.739	37.419.363	36.685.586
Efeito de variação cambial	3.124	34.565	(27.346)	8.285	18.628	(2.652.740)
Combinações de negócios	228.932	(24.743)	-	-	204.189	700.372
Aquisição por meio de permuta de						
participações societárias	-	-	-	-	-	433.849
Baixa por meio de permuta de						(554.240)
participações societárias	-	-	-	-	-	(571.349)
Aquisições	10.194	626.099	171.768	2.367.425	3.175.486	4.009.345
Alienações	(25.927)	(555.461)	(125.415)	(42)	(706.845)	(1.012.663)
Transferências de (para) outras	415 202	1 (57 77)	472 200	(2.957.279)	(210.010)	(172 027)
categorias de ativos	415.383	1.657.776	473.209	(2.857.278)	(310.910)	(173.037)
Outros	-	36.203	-	(1.167)	35.036	
Saldo final	8.961.829	24.538.753	5.076.403	1.257.962	39.834.947	37.419.363
Depreciação e <i>Impairment</i>						
Saldo inicial	(2.278.115)	(13.075.250)	(2.912.162)	_	(18.265.527)	(17.545.499)
Efeito de variação cambial	(12.072)	(104.860)	347	_	(116.585)	1.137.065
Baixa por meio de permuta de	()	(======)			(
participações societárias	-	-	-	-	-	345.919
Depreciação	(298.967)	(2.245.484)	(655.928)	-	(3.200.379)	(3.083.821)
Perda por redução ao valor de						
recuperação	-	(124.958)	(227)	-	(125.185)	(120.905)
Alienações e baixas	5.315	539.545	109.460	-	654.320	928.903
Transferências (de) para outras						
categorias de ativos	(1.909)	29.702	5.106	-	32.899	61.451
Outros		7.837	-	-	7.837	11.360
Saldo final	(2.585.748)	(14.973.468)	(3.453.404)	-	(21.012.620)	(18.265.527)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2016	6.052.008	9.689.064	1.672.025	1.740.739	19.153.836	19.153.836
31 de dezembro de 2017	6.376.081	9.565.285	1.622.999	1.257.962	18.822.327	

Arrendamentos, juros capitalizados e imobilizados dados em garantia não são relevantes.

11. INTANGÍVEL

			2017			2016
	Marcas	Contratos de distribuição	Software	Outros	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	4.160.837	2.319.283	888.561	460.873	7.829.554	7.440.922
Efeito de variação cambial	(10.469)	7.465	(12.133)	(1.183)	(16.320)	(858.098)
Aquisições	18.810	-	2.897	8.803	30.510	26.099
Alienação Aquisição por meio de combinação	-	-	-	-	-	(684)
de negócios Aquisição por meio de permuta de	(3.992)	-	-	-	(3.992)	1.073.843
participações societárias Baixa por meio de permuta de	-	-	-	-	-	248.726
participações societárias Transferências de (para) outras	-	-	-	-	-	(67.457)
categorias de ativos	(650.410)	6.400	265.341	26.352	(352.317)	(206.089)
Outros	-	-	-	46.030	46.030	172.292
Saldo final	3.514.776	2.333.148	1.144.666	540.875	7.533.465	7.829.554
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação (i)						
Saldo inicial	(1.883)	(1.760.782)	(597.038)	(223.970)	(2.583.673)	(2.348.724)
Efeito de variação cambial	-	4.917	5.526	5.122	15.565	79.834
Amortização	-	(138.667)	(118.939)	(32.967)	(290.573)	(322.961)
Alienação	-	-	-	-	-	81
Baixa por meio de permuta de						
participações societárias	-	-	-	-	-	8.026
Transferências (de) para outras categorias de ativos		(7)	(1.382)	1.309	(80)	71
Saldo final	(1.883)	(1.894.539)	(711.833)	(250.506)	(2.858.761)	(2.583.673)
Valor contábil:	4 4 50 0 5 4	FF0 F04	201 523	227.002	E 0.4E 001	E 0 4E 004
31 de dezembro de 2016 31 de dezembro de 2017	4.158.954 3.512.893	558.501 438.609	291.523 432.833	236.903 290.369	5.245.881 4.674.704	5.245.881

⁽i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e a amortização é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente e Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2017	2016
Argentina	348.778	373.513
Bolívia	567.104	558.723
Brasil	4.630	575.522
Canadá	223.961	205.568
Chile	69.488	63.148
Luxemburgo	339.633	419.151
Paraguai	447.450	429.380
República Dominicana	1.396.569	1.422.358
Uruguai	115.280	111.591
	3.512.893	4.158.954

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 12 - $\acute{A}gio$.

12. ÁGIO

	2017	2016
Saldo inicial	30.511.200	30.953.066
Efeito da variação cambial	489.689	(2.388.878)
Aquisição e baixa de subsidiárias (i)	400.985	1.947.012
Saldo final	31.401.874	30.511.200

⁽i) Em 2017 refere-se principalmente à alocação do ágio referente à aquisição da Cachoeiras de Macacu e, em 2016, refere-se substancialmente à aquisição da Mark Antony e da Cerveceria Nacional (esta por meio de permuta de participações societárias).

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa ("UGCs"):

	Moeda funcional	2017	2016
LAN:	_		
Brasil	BRL	17.668.393	17.424.616
Ágio		102.911.026	102.667.249
Transação com não controladores (i)		(85.242.633)	(85.242.633)
República Dominicana	DOP	3.163.679	3.224.896
Cuba (ii)	USD	2.672	3.634
Panamá	PAB	1.149.332	1.060.063
LAS:			
Argentina	ARS	443.826	517.934
Bolívia	BOB	1.170.108	1.152.815
Chile	CLP	47.007	42.722
Paraguai	PYG	786.071	753.724
Uruguai	UYU	170.675	165.767
NA:			
Canadá	CAD	6.800.111	6.165.029
	_	31.401.874	30.511.200

⁽i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

Testes do ágio para verificação de impairment

O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 36% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2017 (36% em 31 de dezembro de 2016), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC (um nível abaixo do segmento). Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Em uma combinação de negócios, o ágio é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o IAS 36 / CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, no qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de

⁽ii) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (CUC), tem paridade com o dólar (USD) na data da demonstração financeira.

aquisição para as principais unidades de negócio e para as unidades de negócio que apresentam elevado capital investido nos múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização ("EBITDA"). A relação entre o capital investido e o EBITDA é utilizada como base na seleção das unidades geradoras de caixa a serem testadas.

- Somente para a UGC América Latina Norte houve necessidade de aplicar a metodologia de valor líquido recuperável;
- Para a América Latina Sul e Canadá não houve necessidade de aplicar a metodologia do valor líquido recuperável.

Os julgamentos, estimativas e premissas utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Do segundo ao quarto ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macro-econômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Do quinto ao décimo ano do modelo, assim como para a perpetuidade, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando índices de preços ao consumidor a longo prazo e do crescimento do mercado de cerveja esperados com base em fontes externas, específicos de cada UGC;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica;
- Custo de venda assumido é 1,5% do valor da entidade, com base em históricos precedentes.

O custo médio ponderado de capital, em dólares nominais, para o teste de *impairment* do ágio realizado variou conforme a seguir:

 Z017
 Z016

 América Latina Norte
 de 8,59% a 10,29%
 de 8,39% a 10,27%

Apesar de a Ambev acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos.

13. CONTAS A PAGAR

	2017	2016
Fornecedores	10.418.429	9.793.009
Partes relacionadas	1.435.499	1.075.748
Passivo circulante	11.853.928	10.868.757
Fornecedores	175.054	237.802
Passivo não circulante	175.054	237.802
Total	12.028.982	11.106.559

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2017	2016
Empréstimos bancários com garantia	879.638	1.381.412
Empréstimos bancários sem garantia	394.267	1.910.139
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	-	296.352
Outros empréstimos sem garantia	38.423	33.479
Arrendamentos financeiros	8.794	9.222
Passivo circulante	1.321.122	3.630.604
Empréstimos bancários com garantia	589.237	665.786
Empréstimos bancários sem garantia	413.749	609.848
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	102.739	100.803
Outros empréstimos sem garantia	101.509	356.236
Arrendamentos financeiros	24.694	33.033
Passivo não circulante	1.231.928	1.765.706

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda estrangeira estão divulgadas na Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

		20)17		20	16
Instrumentos de Dívida	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante
Dívida denominada em USD taxa fixa	3,83%	6.421	16.480	6,00%	-	11.482
Dívida denominada em USD taxa flutuante	2,74%	78.347	476.936	1,55%	1.508.802	351.119
Dívida denominada em CAD taxa flutuante	2,00%	685.881	-	1,62%	1.259.106	-
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante (UMBNDES) Outras moedas latino-americanas taxa fixa	- 9,27%	- 199.098	-	1,70% 8,86%	22.692 114.054	232.964
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante Dívida TJLP BNDES taxa flutuante (TJLP)	2,33% 9,22%	- 165.301	4.962 237.047	2,66% 9,66%	216.195	4.889 398.617
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa Dívida em reais - debêntures taxa flutuante	5,57%	38.415	91.519	4,13%	33.438	344.754
%CDI Dívida em Reais - taxa fixa	-	147.650	-	13,63%	52.891	-
Total	6,63%	147.659 1.321.122	404.984 1.231.928	7,64%	423.426 3.630.604	421.881 1.765.706

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2017

		Menos de				Mais de
	Total	1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	5 anos
Empréstimos bancários com garantia	1.468.875	879.638	253.626	57.737	109.229	168.645
Empréstimos bancários sem garantia	808.016	394.267	413.749	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	102.739	-	-	-	102.739	-
Outros empréstimos sem garantia	139.932	38.423	32.008	24.655	11.566	33.280
Arrendamentos financeiros	33.488	8.794	24.694	-	-	-
•	2.553.050	1.321.122	724.077	82.392	223.534	201.925

Cláusulas contratuais (*Covenants*)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia previam tão somente a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros previa cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- *Covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos;
- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades e ativos da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais; e/ou
- Não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do referido contrato de empréstimo; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro incluindo o BNDES ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, pode ter sido concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com

referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

15. PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Reestruturação	7.451	670	-	(22)	8.099
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	247.185	194	113.892	(135.003)	226.268
Imposto de renda	323.458	2.969	167.361	(336.777)	157.011
Trabalhistas	165.701	(1.394)	141.981	(176.892)	129.396
Cíveis	43.961	(54)	65.406	(74.040)	35.273
Outros	146.250	(5.885)	69.782	(84.657)	125.490
Total de provisão para disputas e litígios	926.555	(4.170)	558.422	(807.369)	673.438
Total das provisões	934.006	(3.500)	558.422	(807.391)	681.537

(b) Expectativa de desembolso

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Reestruturação	8.099	7.289	-	810	-
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	226.268	25.717	179.817	5.010	15.724
Imposto de renda	157.011	33.592	100.720	22.699	-
Trabalhistas	129.396	77.289	25.201	17.632	9.274
Cíveis	35.273	17.109	15.438	1.599	1.127
Outros	125.490	7.961	30.287	83.846	3.396
Total de provisão para disputas e					
litígios	673.438	161.668	351.463	130.786	29.521
Total das provisões	681.537	168.957	351.463	131.596	29.521

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

Principais processos com perda provável:

(a) Tributos sobre a renda e vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de IR, CSLL, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes

processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(b) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, de suas subsidiárias, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 30 - Passivos contingentes.

16. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Panamá, Uruguai, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição dos mesmos.

A Ambev mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2017, a Companhia contribuiu com R\$18.911 (R\$25.331 durante o exercício de 2016) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2017, está composto da seguinte forma:

	2017	2016
Valor presente das obrigações custeadas	(5.027.659)	(4.592.122)
Valor justo dos ativos do plano	4.006.185	3.845.230
Valor presente de obrigações líquidas	(1.021.474)	(746.892)
Valor presente das obrigações não custeadas	(757.448)	(741.286)
Valor presente das obrigações líquidas	(1.778.922)	(1.488.178)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(368.438)	(532.164)
Passivos	(2.147.360)	(2.020.342)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(104.882)	(83.812)
Total dos benefícios a funcionários	(2.252.242)	(2.104.154)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial		
Passivos	(2.310.685)	(2.137.657)
Ativos	58.443	33.503
Passivos líquidos	(2.252.242)	(2.104.154)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	2017	2016
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(5.333.408)	(5.403.009)
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	-	(67.273)
Custo de serviços	(38.227)	(43.065)
Custo de juros	(321.543)	(320.469)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	3.906	2.155
Contribuições dos participantes do plano	(4.142)	(5.178)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	77.319	(20.152)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	(140.339)	(321.130)
Ajustes de experiência	(115.740)	(182.803)
Reclassificações	(7.468)	11.137
Diferenças cambiais	(306.352)	599.542
Benefícios pagos	400.887	416.837
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(5.785.107)	(5.333.408)

Na Fundação Zerrenner o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$762.024 (R\$683.368 em 2016) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrenner. A Fundação Zerrenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	2017	2016
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	3.845.230	3.781.386
Receita de juros	273.342	274.716
Custos de administração	(3.433)	(3.710)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(64.836)	269.820
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	73.453
Contribuições da Ambev	183.212	175.915
Contribuições dos participantes do plano	4.451	5.573
Diferenças cambiais	166.820	(315.194)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(398.601)	(416.729)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	4.006.185	3.845.230

O retorno real dos ativos em 2017 foi um ganho de R\$208.506 (ganho de R\$544.536 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um montante de R\$58.443 (R\$33.503 em 31 de dezembro de 2016), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	2017	2016
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de		
janeiro	33.503	8.637
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	-	10.320
Receita/(despesa) de juros	2.764	1.318
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de		
juros	8.880	15.816
Efeito de variação cambial	941	(2.588)
Outros	12.355	<u>-</u>
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de		
dezembro	58.443	33.503

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Custos de serviços correntes	(38.227)	(43.065)
Custos de administração	(3.433)	(3.710)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	4.215	711
Resultado operacional	(37.445)	(46.064)
Custo financeiro	(101.252)	(105.623)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(138.697)	(151.687)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	2017	2016
Custo de vendas	(22.340)	(24.510)
Despesas comerciais	(5.034)	(9.484)
Despesas administrativas	(10.071)	(10.228)
Despesas financeiras	(101.252)	(105.623)
Itens não recorrentes	-	(1.842)
	(138.697)	(151.687)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	2017 ⁽ⁱ⁾	2016 ⁽ⁱ⁾
Taxa de desconto	3,6% a 10,6%	3,9% a 10,5%
Inflação	2,0% a 5,0%	2,0% a 5,2%
Aumentos de salários futuros	1,0% a 8,7%	1,0% a 8,5%
Aumentos de pensão futuros	2,0% a 4,3%	2,0% a 4,5%
	4,5% a 7,9% ao ano	3,8% a 8,2% ao ano
Tendência de custo com plano de saúde	com redução 7,9%	com redução 8,2%
Tendência de custo com plano odontológico	4,3%	4,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	83 a 87	80 a 86
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	86 a 89	83 a 89

⁽i) Compreende as premissas dos países da América Latina - Norte, América Latina - Sul e Canadá.

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a empresa está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantém uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano ou são afetados

por, ou vagamente correlacionados com, a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estrategia de Investimento

No caso dos planos custeados, a empresa garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais		20	17	2016		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(119.700)	102.281	(104.707)	90.197	
Taxa de desconto	50 pontos base	289.724	(309.234)	292.610	(311.480)	
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(12.921)	12.253	(16.563)	15.318	
Longevidade	Um ano	(180.555)	176.491	(175.905)	172.909	

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

	2017			2016		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	50%	-	50%	41%	-	41%
Títulos corporativos	7%	-	7%	13%	-	13%
Instrumentos patrimoniais	14%	-	14%	18%	-	18%
Caixa	-	-	-	1%	-	1%
Outros	29%	-	29%	27%	-	27%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

PÁGINA: 100 de 164

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$229.300 para os seus planos de benefício definido em 2018.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

		2017		2016
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais
No início do exercício	15.717.615	57.614.140	15.717.615	57.614.140
Emissão de ações		<u>-</u>		
	15.717.615	57.614.140	15.717.615	57.614.140

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015 Compra de acões e resultado de acões em	(1.003.508)	53.662.811	700.898	1.013.250	54.373.451
tesouraria	94.832	_	-	_	94.832
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	61.497	61.497
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Compra de ações e resultado de ações em	(908.676)	53.662.811	700.898	1.074.747	54.529.780
tesouraria	13.682	-	-	-	13.682
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	157.447	157.447
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(894.994)	53.662.811	700.898	1.232.194	54.700.909

(b.1) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/Reali	zação	Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
Saldo em 31 de dezembro de 2015	32.521	(617.407)	(386.101)	(1.003.508)
Alterações no período	(16.009)	304.737	(209.905)	94.832
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.512	(312.670)	(596.006)	(908.676)
Alterações no período	(9.118)	173.005	(159.323)	13.682
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.394	(139.665)	(755.329)	(894.994)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

PÁGINA: 101 de 164

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$209.260 em 31 de dezembro de 2017 (R\$170.314 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 26 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	Reserva de investimentos 2.141.424	Reserva legal 4.456	Incentivos fiscais 4.016.272	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos 2.039.171	Total 8.201.323	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.039.171)	(2.039.171)	
Destinação do resultado do exercício	1.718.571	-	1.819.525	-	3.538.096	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.859.995	4.456	5.835.797	-	9.700.248	
Juros sobre o capital próprio	(3.770.144)	-	-	-	(3.770.144)	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.552.261	-	1.552.261	
Reserva de investimentos	1.177.870	-	-	-	1.177.870	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.267.721	4.456	7.388.058	-	8.660.235	

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destinar-se-á importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos suportar investimentos futuros.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

PÁGINA: 102 de 164

(c.4) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2017:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de acão	Valor do provento por ação	Valor total	
RCA	16/05/2017	Dividendos	17/07/2017	2017	ON	0,1600	2.513.077	
RCA	01/12/2017	Juros sobre o capital próprio	28/12/2017	2017	ON	0,3100	4.869.769	(i)
RCA	21/12/2017	Dividendos	22/02/2018	2017	ON	0,0700	1.099.715	

8.482.561

Eventos ocorridos durante o exercício de 2016:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
		Juros sobre o capital					
RCA	15/01/2016	próprio	29/02/2016	2015	ON	0,1300	2.039.171
RCA	24/06/2016	Dividendos	29/07/2016	2016	ON	0,1300	2.040.800
RCA	19/10/2016	Dividendos	25/11/2016	2016	ON	0,1600	2.511.950
		Juros sobre o capital					
RCA	01/12/2016	próprio	29/12/2016	2016	ON	0,2200	3.454.173
RCA	22/12/2016	Dividendos	23/02/2017	2016	ON	0,0700	1.099.077
							11 145 171

11.145.171

PÁGINA: 103 de 164

⁽i) R\$3.770.144 desses juros sobre o capital próprio referem-se ao valor aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos da Reserva de Investimento.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

117.702 (2.781)(3.148)513.374 (38.625)Total (130.671)(4.936.115) (144.164)2.559.658 380.405) (74.966.470)(71.857.031)(3.728.767)(1.076.677)(75.881)(77.019.120)1.928.582 (12.097)(75.881)de transações entre sócios (75.162.909)(75.881) (75.881)(75.314.671)Ajustes contábeis (75.238.790)156.091 Combinação de negócios 156.091 156.091 (2.781) (12.097)(38.625)Ganhos/(perdas) 2.123.565 29.859 de participação 2.150.643 2.099.921 Opções concedidas sobre participação em controlada (2.246.679)(144.164)(2.390.843)(380.405)(2.771.248)Ajustes de avaliação patrimonial 117.702 117.702 atuariais (130.671)(130.671)(1.131.499)(1.144.468)Ganhos/(perdas) (1.262.170)932.109 368.806 Hedge de fluxo de caixa 513.374 513.374 (1.076.677)(1.076.677)(144.568)Reservas de (33.007)conversão (3.728.767)1.928.582 1.928.582 1.639.099 3.472.291 (3.728.767)(289.483)Ganhos/(perdas) na conversão de operações no Ganhos/(perdas) na conversão de operações no Reversão efeito revalorização do imobilizado Reversão efeito revalorização do imobilizado Opções concedidas sobre participação em Opções concedidas sobre participação em Transação de permuta de participações Resultado abrangente do exercício Resultado abrangente do exercício Saldo em 31 de dezembro de 2015 Saldo em 31 de dezembro de 2016 Saldo em 31 de dezembro de 2017 Ganhos/(perdas) de participação Ganhos/(perdas) de participação Imposto sobre dividendos fictos Ganhos/(perdas) atuariais Ganhos/(perdas) atuariais Hedge de fluxo de caixa Hedge de fluxo de caixa Resultado Abrangente: Resultado Abrangente: pelo custo precedente pelo custo precedente controlada societárias exterior exterior

PÁGINA: 104 de 164

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo, de acordo com as regras de contabilidade de *hedge* do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver – Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

O ganho atuarial de R\$158.509, decorrente do superávit revertido à Patrocinadora, oriundo do Instituto Ambev de Previdência Privada do plano de benefício definido foi registrado integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuarias.

(d.4) Opções concedidas sobre participação em controlada

Como parte do acordo de aquisição de participação na Tenedora CND, uma opção de venda ("put") foi emitida pela Companhia e uma opção de compra ("call") foi emitida pela E. León Jimenes S.A. ("ELJ"), que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da Tenedora CND por um valor equivalente ao múltiplo de EBITDA, +/- Dívida Líquida das operações no país, sendo a *put* exercível anualmente até 2019 e a *call* a partir de 2019. Em 31 de dezembro de 2017, a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$5.520.155 (R\$4.878.459 em 31 de dezembro de 2016) e o passivo categorizado como "Nível 3", demonstrado na Nota 27 (b), e em conformidade com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinação de Negócios*. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia, dado que a probabilidade de exercício é remota. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados

PÁGINA: 105 de 164

em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e a reavaliação do valor justo é efetuada anualmente.

Conforme divulgado na Nota 1 – *Informações Gerais*, em 1 de dezembro de 2017 a Ambev comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a E. León Jimenes S.A. ("ELJ"), exercerá de forma parcial sua opção de venda de aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia passará a ser titular de 85% da Tenedora. Adicionalmente, foi aprovada uma extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se torne exercível. A operação estava sujeita a determinadas condições precedentes que foram executadas em 18 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 36 – *Eventos subsequentes*.

Como parte do acordo de aquisição das ações remanescentes da Sucos do Bem, foi concedida uma opção de venda sobre participação em controlada determinada pela receita bruta de seus produtos e exercível a partir de 2019. Em 31 de dezembro de 2017 a opção está valorizada em R\$131.980 (R\$127.718 em 31 de dezembro de 2016).

Como parte do acordo de aquisição da totalidade das ações da empresa Tropical Juice, atualmente Cervejaria ZX S.A., foi concedida uma opção de venda sobre participação em controlada exercível a partir de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 a opção está valorizada em R\$22.958 (R\$23.380 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação dessas opções está demonstrada na Nota 27 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.5) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado, serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pela IFRS 10/CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em

PÁGINA: 106 de 164

contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial, quando aplicável.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	2017	2016
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro (i)	15.705.844	15.696.644
Efeito das opções de ações	132.212	126.507
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	15.838.056	15.823.151

⁽i) Não consideradas as ações em tesouraria.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação ("LPA"):

	2017	2016
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	7.331.968	12.546.610
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.705.844	15.696.644
LPA básico ⁽ⁱ⁾	0,47	0,80
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	7.331.968	12.546.610
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.838.056	15.823.151
LPA diluído ⁽ⁱ⁾	0,46	0,79

⁽i) Valores expressos em reais.

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou as destinações da conta de "Lucros acumulados", de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2017 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins

PÁGINA: 107 de 164

comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos		
controladores	7.331.968	12.546.610
Dividendos prescritos	34.699	21.605
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	75.881	75.881
Lucro base para dividendos e destinações	7.442.548	12.644.096
Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do		
exercício		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	3.612.702	5.651.827
Dividendos aprovados em RCA para distribuição	1.099.715	3.454.173
Total de dividendos e JCP	4.712.417	9.106.000
Percentual total distribuído	63%	72%
JCP distribuídos e a distribuir com base na reserva de investimento		
JCP pagos com base na reserva de investimento	3.770.144	-
Total de JCP	3.770.144	-
Total de dividendos e JCP distribuídos e a distribuir	8.482.561	9.106.000
Percentual total distribuído	114%	72%

PÁGINA: 108 de 164

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	América Lati	na - norte (i)	América Lat	ina - sul ⁽ⁱⁱ⁾	Can	adá	Consoli	idado
-	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida	31.086.023	28.927.780	10.769.705	10.212.920	6.043.548	6.461.861	47.899.276	45.602.561
Custo dos produtos vendidos	(11.935.042)	(10.870.440)	(4.122.555)	(3.685.379)	(1.984.181)	(2.122.140)	(18.041.778)	(16.677.959)
Lucro bruto	19.150.981	18.057.340	6.647.150	6.527.541	4.059.367	4.339.721	29.857.498	28.924.602
Despesas logísticas	(4.193.784)	(3.965.428)	(1.007.962)	(979.570)	(1.093.798)	(1.140.540)	(6.295.544)	(6.085.538)
Despesas comerciais	(3.655.516)	(3.671.070)	(1.091.261)	(1.317.594)	(873.173)	(936.310)	(5.619.950)	(5.924.974)
Despesas administrativas Outras receitas (despesas)	(1.954.113)	(1.486.288)	(384.468)	(400.248)	(285.215)	(279.561)	(2.623.796)	(2.166.097)
operacionais	1.170.483	1.283.690	41.186	(39.006)	5.638	(21.648)	1.217.307	1.223.036
Itens não recorrentes	(56.084)	1.183.226	(41.317)	(41.481)	(11.301)	(7.414)	(108.702)	1.134.331
Lucro operacional (EBIT)	10.461.967	11.401.470	4.163.328	3.749.642	1.801.518	1.954.248	16.426.813	17.105.360
Resultado financeiro líquido Participação nos resultados de empreendimentos controlados	(2.693.274)	(3.694.522)	(709.480)	(438.972)	(91.142)	431.489	(3.493.896)	(3.702.005)
em conjunto	(4.668)	(6.803)	-	-	1.553	1.818	(3.115)	(4.985)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Despesa com imposto de renda e	7.764.025	7.700.145	3.453.848	3.310.670	1.711.929	2.387.555	12.929.802	13.398.370
contribuição social	(3.309.471)	1.100.105	(1.144.115)	(813.962)	(625.712)	(601.116)	(5.079.298)	(314.973)
Lucro líquido do exercício	4.454.554	8.800.250	2.309.733	2.496.708	1.086.217	1.786.439	7.850.504	13.083.397
EBITDA ajustado (iii)	13.233.860	12.804.966	4.866.650	4.501.730	2.047.088	2.176.376	20.147.598	19.483.072
Itens não recorrentes	(56.084)	1.183.226	(41.317)	(41.481)	(11.301)	(7.414)	(108.702)	1.134.331
Depreciação, amortização e impairment	(2.715.809)	(2.586.722)	(662.005)	(710.607)	(234.269)	(214.714)	(3.612.083)	(3.512.043)
Resultado financeiro líquido	(2.693.274)	(3.694.522)	(709.480)	(438.972)	(91.142)	431.489	(3.493.896)	(3.702.005)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados		,	(702.100)					
em conjunto Despesa com imposto de renda e	(4.668)	(6.803)	-	-	1.553	1.818	(3.115)	(4.985)
contribuição social	(3.309.471)	1.100.105	(1.144.115)	(813.962)	(625.712)	(601.116)	(5.079.298)	(314.973)
Lucro líquido do exercício	4.454.554	8.800.250	2.309.733	2.496.708	1.086.217	1.786.439	7.850.504	13.083.397
Margem EBITDA ajustado em %	42,6%	44,3%	45,2%	44,1%	33,9%	33,7%	42,1%	42,7%
Aquisição de imobilizado/intangível	1.862.003	2.352.043	1.051.192	1.365.506	292.801	317.895	3.205.996	4.035.444
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos segmentados	48.811.664	50.935.027	11.558.524	11.149.019	10.204.929	9.245.718	70.575.117	71.329.764
Eliminação entre segmentos							(3.077.679)	(3.968.045)
Ativos não segmentados							19.354.551	16.479.699
Total do ativo							86.851.989	83.841.418
Passivos segmentados	23.031.617	22.958.871	6.015.233	5.576.413	3.700.157	3.275.676	32.747.007	31.810.960
Eliminação entre segmentos							(3.077.693)	(3.968.045)
Passivos não segmentados							57.182.675	55.998.503
Total do passivo e patrimônio líquido							86.851.989	83.841.418

⁽i) América Latina – Norte: compreende as operações no Brasil, Luxemburgo e CAC (El Salvador, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Cuba, Barbados e Panamá).

PÁGINA: 109 de 164

⁽ii) América Latina - Sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁽iii) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

(b) Informações adicionais – por unidades de negócio – exercícios findos em:

	América Latina - norte					
	CAC Brasil			To	tal	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Líquida	4.732.998	3.973.170	26.353.025	24.954.610	31.086.023	28.927.780
Custo dos produtos vendidos	(2.045.592)	(1.798.641)	(9.889.450)	(9.071.799)	(11.935.042)	(10.870.440)
Lucro bruto	2.687.406	2.174.529	16.463.575	15.882.811	19.150.981	18.057.340
Despesas logísticas	(538.606)	(409.914)	(3.655.178)	(3.555.514)	(4.193.784)	(3.965.428)
Despesas comerciais	(526.403)	(456.707)	(3.129.113)	(3.214.363)	(3.655.516)	(3.671.070)
Despesas administrativas	(265.025)	(171.675)	(1.689.088)	(1.314.613)	(1.954.113)	(1.486.288)
Outras receitas (despesas)	,	,	,	,	,	,
operacionais	77.797	9.569	1.092.686	1.274.121	1.170.483	1.283.690
Itens não recorrentes	(23.097)	(13.528)	(32.987)	1.196.754	(56.084)	1.183.226
Lucro operacional (EBIT)	1.412.072	1.132.274	9.049.895	10.269.196	10.461.967	11.401.470
Resultado financeiro líquido	(46.461)	(9.202)	(2.646.813)	(3.685.320)	(2.693.274)	(3.694.522)
Participação nos resultados de						
empreendimentos controlados em						
conjunto	5.971	18.974	(10.639)	(25.777)	(4.668)	(6.803)
Lucro antes do imposto de renda e				< 0 000		
contribuição social	1.371.582	1.142.046	6.392.443	6.558.099	7.764.025	7.700.145
Despesa com imposto de renda e	(252 520)	(210 705)	(2.055.051)	1 410 000	(2 200 471)	1 100 105
contribuição social	(353.520)	(318.785)	(2.955.951)	1.418.890	(3.309.471)	1.100.105
Lucro líquido do exercício	1.018.062	823.261	3.436.492	7.976.989	4.454.554	8.800.250
EBITDA ajustado (i)	1.841.989	1.483.802	11.391.871	11.321.164	13.233.860	12.804.966
Itens não recorrentes	(23.097)	(13.528)	(32.987)	1.196.754	(56.084)	1.183.226
Depreciação, amortização e						
impairment	(406.820)	(338.000)	(2.308.989)	(2.248.722)	(2.715.809)	(2.586.722)
Resultado financeiro líquido Participação nos resultados de	(46.461)	(9.202)	(2.646.813)	(3.685.320)	(2.693.274)	(3.694.522)
empreendimentos controlados em						
conjunto	5.971	18.974	(10.639)	(25.777)	(4.668)	(6.803)
Despesa com imposto de renda e						
contribuição social	(353.520)	(318.785)	(2.955.951)	1.418.890	(3.309.471)	1.100.105
Lucro líquido do exercício	1.018.062	823.261	3.436.492	7.976.989	4.454.554	8.800.250
Margem EBITDA ajustado em %	38,9%	37,3%	43,2%	45,4%	42,6%	44,3%

⁽i) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

PÁGINA: 110 de 164

			Bras	il		
			Refrigerantes e l			
	Cerve	•	e não-carbo		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Líquida	22.509.302	21.173.104	3.843.723	3.781.506	26.353.025	24.954.610
Custo dos produtos vendidos	(7.895.050)	(7.339.878)	(1.994.400)	(1.731.921)	(9.889.450)	(9.071.799)
Lucro bruto	14.614.252	13.833.226	1.849.323	2.049.585	16.463.575	15.882.811
Despesas logísticas	(2.961.045)	(2.891.665)	(694.133)	(663.849)	(3.655.178)	(3.555.514)
Despesas comerciais	(2.953.604)	(3.044.027)	(175.509)	(170.336)	(3.129.113)	(3.214.363)
Despesas administrativas	(1.476.274)	(1.160.229)	(212.814)	(154.384)	(1.689.088)	(1.314.613)
Outras receitas (despesas) operacionais	824.984	969.825	267.702	304.296	1.092.686	1.274.121
Itens não recorrentes	(28.237)	1.014.346	(4.750)	182.408	(32.987)	1.196.754
Lucro operacional (EBIT)	8.020.076	8.721.476	1.029.819	1.547.720	9.049.895	10.269.196
Resultado financeiro líquido Participação nos resultados de empreendimentos controlados em	(2.646.813)	(3.685.320)	-	-	(2.646.813)	(3.685.320)
conjunto	(10.639)	(25.777)	-	-	(10.639)	(25.777)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.362.624	5.010.379	1.029.819	1.547.720	6.392.443	6.558.099
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.955.951)	1.418.890	-	-	(2.955.951)	1.418.890
Lucro líquido do exercício	2.406.673	6.429.269	1.029.819	1.547.720	3.436.492	7.976.989
EBITDA ajustado (i)	10.047.289	9.618.589	1.344.582	1.702.575	11.391.871	11.321.164
Itens não recorrentes	(28.237)	1.014.346	(4.750)	182.408	(32.987)	1.196.754
Depreciação, amortização e impairment	(1.998.976)	(1.911.459)	(310.013)	(337.263)	(2.308.989)	(2.248.722)
Resultado financeiro líquido Participação nos resultados de empreendimentos controlados em	(2.646.813)	(3.685.320)	-	-	(2.646.813)	(3.685.320)
conjunto Despesa com imposto de renda e	(10.639)	(25.777)	-	-	(10.639)	(25.777)
contribuição social	(2.955.951)	1.418.890	-	-	(2.955.951)	1.418.890
Lucro líquido do exercício	2.406.673	6.429.269	1.029.819	1.547.720	3.436.492	7.976.989
Margem EBITDA ajustado em %	44,5%	45,4%	35,8%	45,0%	43,2%	45,4%

⁽i) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

19. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2017	2016
Receita bruta de vendas e ou serviços (1)	72.410.900	79.551.038
Impostos sobre vendas	(16.192.861)	(16.345.186)
Descontos (i)	(8.318.763)	(17.603.291)
	47.899,276	45.602.561

⁽i) Variação decorrente de alteração do método de concessão de desconto com efeito direto na Receita bruta e Descontos.

Serviços prestados por distribuidores tais como divulgação de nossas marcas e serviços logísticos são considerados como despesa quando separadamente identificáveis.

PÁGINA: 111 de 164

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2017	2016
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	993.759	1.166.516
(Adições)/reversões de provisões	(12.909)	(132.934)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em		
associadas	91.073	70.912
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	145.384	118.542
	1.217.307	1,223,036

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2017 e 2016:

	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	2.364.714	2.283.300	6.151	4.264
Despesas logísticas	197.591	200.872	-	-
Despesas comerciais	532.190	537.992	142.440	222.884
Despesas administrativas	231.069	182.562	141.982	95.813
	3.325.564	3.204.726	290.573	322.961

22. ITENS NÃO RECORRENTES

Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Resultado decorrente de permuta de participações societárias (i)	-	1.239.972
Reestruturação	(105.462)	(79.821)
Custos decorrentes de combinação de negócios	(3.835)	(29.778)
Outros	595	3.958
	(108.702)	1.134.331

⁽i) Refere-se ao resultado da permuta de participações societárias, conforme Nota 1(b) Permuta de participações societárias.

Em dezembro de 2017 a Companhia registrou despesas financeiras não recorrentes de R\$977 milhões - ver Nota 23 - *Despesas e receitas financeiras* - e uma despesa de imposto de renda não recorrente de R\$2,8 bilhões - ver Nota 24 - *Imposto de renda e contribuição social*.

PÁGINA: 112 de 164

23. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	2017	2016
Despesas com juros	(1.571.646)	(1.547.300)
Juros capitalizados	2.287	3.920
Juros líquidos sobre planos de pensão	(77.563)	(105.623)
Perdas com derivativos	(616.698)	(1.575.119)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(225.883)	(619.488)
Variação cambial	(339.510)	(310.374)
Impostos sobre transações financeiras	(179.689)	(224.584)
Despesas com fiança bancária	(89.491)	(87.156)
Outros resultados financeiros	(193.338)	(132.228)
	(3.291.531)	(4.597.952)
Despesa financeira não recorrente	(976.763)	_
	(4.268.294)	(4.597.952)

A despesa financeira não recorrente refere-se ao PERT 2017 aderido pela Ambev - ver Nota 24 - *Imposto de renda e contribuição social* e à realização da variação cambial de empréstimos liquidados com partes relacionadas historicamente reconhecida no patrimônio líquido.

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev – consultar também a Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	2017	2016
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(477.569)	(545.563)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(1.076.216)	(961.015)
Hedge de valor justo - itens protegidos	(19.798)	(49.346)
Hedge de valor justo - instrumentos de hedge	1.937	8.624
	(1.571.646)	(1.547.300)

(b) Receitas Financeiras

_	2017	2016
Receita de juros	458.763	513.598
Ganhos com derivativos	73.740	113.491
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	227.643	247.543
Outros resultados financeiros	14.252	21.315
	774.398	895.947

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	233.353	241.509
Aplicação financeira em título para negociação	26.874	51.049
Outros recebíveis	198.536	221.040
	458.763	513.598

PÁGINA: 113 de 164

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.332.336)	(413.907)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	891.904	(732.504)
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente	(638.866)	831.438
Total do imposto de renda diferido	253.038	98.934
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(5.079.298)	(314.973)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.929.802	13.398.370
Ajuste na base tributável		
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	(310.916)	(392.023)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.889.117)	(1.528.552)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em		
conjunto	3.115	4.985
Despesas não dedutíveis	91.080	539.285
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido		
no Brasil	560.367	147.962
Resultado de transações intragrupo tributáveis/dedutíveis somente no		
Brasil	(547.451)	640.712
	10.836.880	12.810.739
Alíquota nominal ponderada agregada	29,22%	30,16%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(3.166.616)	(3.863.988)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivos regionais de imposto de renda	304.561	264.477
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.649.042	1.867.738
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	175.270	142.021
Imposto retido na fonte sobre dividendos	(356.916)	153.107
Reconhecimento/baixa de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(178.878)	796.694
PERT 2017	(2.784.726)	-
Outros ajustes tributários	(721.035)	324.978
Imposto de renda e contribuição social	(5.079.298)	(314.973)
Alíquota efetiva de impostos	39,28%	2,35%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: a redução da despesa de imposto reflete a dedutibilidade das subvenções para investimento decorrente de créditos diferidos e presumidos de ICMS.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda nos termos da legislação aplicável, cujo montante distribuído até a data foi de R\$4.869.768, dos quais R\$4.850.124 são dedutíveis e o impacto tributário é de R\$1.649.042.

PÁGINA: 114 de 164

- Imposto retido na fonte sobre dividendos: variação explicada por dois principais fatores, quais sejam, (i) reversão total da provisão relacionada ao imposto retido na fonte sobre resultados não distribuídos de subsidiárias argentinas em 2016, devido a mudança na legislação que isenta de imposto retido na fonte o pagamento de dividendos no valor negativo de R\$240 milhões; e (ii) constituição de provisão e efeito de variação cambial em relação ao imposto retido na fonte sobre resultados não distribuídos de subsidiárias canadenses, cujo montante aproximado perfaz R\$145 milhões, em oposição ao valor aproximado de R\$5 milhões no mesmo período anterior.
- PERT 2017: as contingências cobertas pelo PERT 2017, incluem um processo em que se discutia a apuração do IRPJ e da CSLL pelo método do lucro presumido pela subsidiária CRBS. O valor total reconhecido como despesa após a conversão em Lei da MP nº 783/2017 foi de R\$ 2.926 milhões (principal e multa), sendo R\$2.785 milhões como despesa não recorrente na rubrica de imposto de renda e R\$141 milhões na rubrica de resultado financeiro.

25. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

<u> </u>	2017	2016
Salários e encargos	3.371.158	3.038.862
Contribuições previdenciárias	741.054	727.225
Outros custos com pessoal	616.207	613.818
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	138.697	151.687
Remuneração baseada em ações	236.914	189.348
Contribuição para planos de contribuição definida	18.911	25.331
<u> </u>	5.122.941	4.746.271

O resultado com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	1.714.816	1.912.327
Despesas logísticas	791.524	780.823
Despesas comerciais	1.096.817	989.779
Despesas administrativas	1.469.967	970.291
Resultado financeiro	42.908	95.959
Itens não recorrentes	6.909	(2.908)
	5.122.941	4,746,271

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de ações e opções que permitem que os executivos que trabalham na Companhia e suas subsidiárias recebam ou adquiram ações da Companhia. Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial de *Hull*, ajustado para refletir o requerimento da IFRS 2/CPC 10 – *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

PÁGINA: 115 de 164

O modelo atual de remuneração baseada em ações contempla dois tipos de outorga: Outorga 1: o beneficiário pode escolher destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano, através do exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia, sendo que a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de cinco anos a contar da data do exercício; Outorga 2: o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de cinco anos.

Adicionalmente, como meio de criar um incentivo de longo prazo (incentivo patrimonial) para alguns empregados seniores e membros da administração considerados como tendo "alto potencial", a Companhia concede ações com entrega futura para tais empregados, em conformidade com o qual o beneficiário receberá dois lotes separados – Lote A e Lote B –, observados os períodos de maturação de cinco e dez anos, respectivamente.

Além disso, a Companhia implementou um Plano de Remuneração ("Plano de Ações") segundo o qual determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias, diretas ou indiretas, são elegíveis para receber ações da Companhia incluindo na forma de ADR's. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas como "Ações Restritas" e o preço de referência por ação restrita, para fins do Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no pregão imediatamente anterior à data de concessão das ações restritas.

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção da Ambev para as "Outorgas 2" de 2017 e 2016 estão demonstrados abaixo:

Em R\$, exceto quando mencionado	2017 (i)	2016 (i)
Valor justo das opções concedidas	6,51	6,21
Preço da ação	19,80	17,18
Preço de exercício	19,80	17,18
Estimativa de volatilidade	26,7%	27,0%
Carência (em anos)	5	5
Estimativa de dividendos	5%	5%
Taxa de juros livre de risco	10,1% ⁽ⁱⁱ⁾	12,4% ⁽ⁱⁱ⁾

⁽i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

Em lotes de mil	2017	2016
Opções em aberto em 1º de janeiro	131.244	121.770
Opções outorgadas durante o exercício	20.435	24.806
Opções exercidas durante o exercício	(13.548)	(11.613)
Opções canceladas durante o exercício	(2.910)	(3.719)
Opções em aberto no final do exercício	135.221	131.244

PÁGINA: 116 de 164

⁽ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADR's no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADR's é calculada em dólar americano.

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é entre R\$0,001 (R\$0,02 em 31 de dezembro de 2016) até R\$26,09 (R\$28,32 em 31 de dezembro de 2016) e o prazo contratual médio remanescente é de cerca de 6,40 anos (5,96 anos em 31 de dezembro de 2016).

Das 135.221 mil opções em aberto (131.244 mil em 31 de dezembro de 2016), 40.150 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2017 (52.780 mil em 31 de dezembro de 2016).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

Em R\$ por ação	2017	2016
Opções em aberto em 1º de janeiro	13.87	12,36
Opções outorgadas durante o exercício	19,82	17,18
Opções canceladas durante o exercício	17,88	12,83
Opções exercidas durante o exercício	5,81	2,52
Opções em aberto no final do exercício	15,27	13,87
Opções exercíveis no final do exercício	3,78	3,66

Para as opções exercidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$18,87 (R\$18,41 em 31 de dezembro de 2016).

Para liquidar as opções de ações exercidas, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Ambev emitiu 794 mil (7.329 mil em 31 de dezembro de 2016) unidades de ações diferidas relacionadas ao exercício de opções no modelo de *Outorga 1*. Estas unidades de ações diferidas são avaliadas ao valor da cotação do dia da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$15.193 em 31 de dezembro de 2017 (R\$133.884 em 31 de dezembro de 2016), e terá um período de carência de cinco anos.

O número total de ações adquiridas no âmbito do plano de ações pelos funcionários, cuja entrega é diferida para um momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas), está demonstrado a seguir:

Em lotes de mil	2017	2016
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	19.260	19.056
Novas ações diferidas durante o exercício	794	7.329
Ações diferidas entregues durante o exercício	(2.874)	(6.118)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(880)	(1.007)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	16.300	19.260

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$236.914 (R\$189.348 em 31 de dezembro de 2016) registrados na rubrica de despesa administrativa.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards, non deliverable forwards, swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward, swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos

PÁGINA: 118 de 164

são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

- i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.
- ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensuradas conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições da Companhia que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia. As seguintes denominações foram aplicadas:

Hedge Operacional: Refere-se às exposições oriundas da atividade fim da Ambev, tais como: compra de insumos, compra de ativos fixos e contratos de serviço atrelados à moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge Financeiro: Refere-se às exposições oriundas de caixa e atividades de financiamento, tais como: caixa em moeda estrangeira e dívida em moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge de investimento no exterior: Refere-se, principalmente, às exposições oriundas de caixa em moeda estrangeira em subsidiárias no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda de consolidação.

Hedge de investimento – opção de venda concedida sobre participação em controlada: Conforme detalhado na Nota 17 (d.4) a Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Pesos Dominicanos e está registrado em empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de hedge para parte de seus ativos líquidos localizados na

PÁGINA: 119 de 164

República Dominicana, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

PÁGINA: 120 de 164

Notas Explicativas

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

2017 6.598 2.432 (4.759)630.152 (47.198)(615) 586.610 Resultado da Patrimônio líquido Ganhos / (Perdas) reconhecidos no: (**200.154**) 103.632 (331.487) 3.904 3.512 (196.250)(265.983)8.685 **66.992** 66.992 (**563.463**) (1.472) (556.149) (4.663)(1.179)**(1.965)** (2.818) **(2.922)** (3.078) 156 (265.974)(67.477)(76.162)(834.809)Resultado financeiro (70.709)(93.397) (629) **(10.799)** (10.799) (1.786)(1.617)(169) **(13.116**) (13.106) (10) (1.791)(1.791)(217.524)(25.232)(35) Passivo Valor Justo **1.874** 1.759 1115 **494** 314 180 166.623 86.283 3.473 27.313 29.963 69.201 Ativo 401.616 47.568 677.006 6.879.106 **579.426** 531.858 177.721 169.199 8.522 1.313.291 15.000 356.858 356.858 677.006 12.438.238 1.328.291 Nocional (**579.426**) (531.858) **(1.328.291)** (1.313.291) (**919.426**) (562.568) **(177.721)** (169.199) (15.000)(356.858) (47.568) (6.879.106)(82.906) (401.616) (8.522) (2.347.931)(2.347.931)(15.095.170)Preço das ações Peso Mexicano Taxa de juros Taxa de juros Commodity Rúpia Dólar Dólar Euro Dólar Dólar Risco Euro Saldo em 31 de dezembro de 2017 Instrumento Patrimonial Exposição Ativo fixo Despesas Dívida Caixa Custo

PÁGINA: 121 de 164

Notas	Expl	licativas
110103		iivati vas

				Valor Insto	- Ido	Canhos	Ganhos / (Perdas) reconhecidos no:	2016
Exposição	Risco		Nocional	Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	nio líquido
Custo		(8.807.524)	8.624.076	190.727	(582,809)	(1.397.453)	737.430	as (988-828)
	Commodity	(1.742.763)	1.559.315	136.502	(43.743)	(5.406)	(96.983)	90.255
	Dólar	(6.566.888)	6.566.888	36.042	(491.299)	(1.392.563)	782.244	(808.988)
	Euro	(135.235)	135.235	•	(4.685)	3.189	56.104	(42.094)
	Peso Mexicano	(359.191)	359.191	18.183	(43.326)	(2.896)	(4.312)	(13.220)
	Reais	(3.447)	3.447	ı	244	223	377	711
Ativo fixo		(523.088)	523.088	3.009	(76.101)	(187.000)	•	•
	Dólar	(430.332)	430.332	2.974	(5.814)	(118.958)	1	•
	Euro	(92.756)	92.756	35	(70.287)	(68.042)	1	ı
Despesas		(103.779)	103.779	824	(1.089)	47.556	5.813	(134.212)
	Dólar	(90.945)	90.945	35	(1.089)	(2.966)	5.780	(29.398)
	Euro		•		•	(339)	33	889
	Dólar Canadense		•			50.861	1	(106.291)
	Rúpia	(12.834)	12.834	789	1	ı	1	789
Caixa		1.043.872	(1.043.872)	(3)	7.841	(3.755)	1	ı
	Dólar	592.341	(592.341)	(3)	7.832	(55.805)	1	•
	Euro	51.531	(51.531)		110	11.594	•	•
	Taxa de juros	400.000	(400.000)	ı	(101)	40.456	ı	
Dívida		(2.547.901)	2.000.198	18.424	(61.222)	(50.705)	•	
	Dólar	(1.874.157)	1.326.454	2.576	(48.488)	(28.711)	1	•
	Taxa de juros	(673.744)	673.744	15.848	(12.734)	(21.994)	1	ı
Investimentos no exterior			•	•	•	(1.161)	•	35.349
	Dólar					(937)	•	37.167
	Euro		•			44	•	1.683
	Dólar Canadense	•	1	•	1	(268)	1	(3.501)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(10.938.420)	10.207.269	212.981	(713.380)	(1.592.518)	743.243	(972.199)

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros:

_		2017		
_	Pré - Hedg	ge	Pós - Heda	ge
_	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,4%	682.578	5,9%	370.851
Capital de Giro em Peso Argentino	31,0%	1.792	31,0%	1.792
Dívida em Peso Dominicano	9,3%	188.791	9,3%	188.792
Dívida em Dólar Americano	3,8%	22.901	3,8%	22.901
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,8%	10.307	7,8%	10.307
Taxa de juros pré-fixado		906.369	_	594.643
Dívida em Real Brasileiro	9,2%	402.348	7,6%	714.073
Dívida em Dólar Americano	2,7%	555.282	2,7%	555.283
Dívida em Dólar Canadense	2,0%	685.881	2,0%	685.881
Dívida em Dólar Barbadense	2,3%	4.962	2,3%	4.962
Taxa de juros pós-fixado		1.648.473		1.960.199

PÁGINA: 123 de 164

		2016		
	Pré - <i>Hedg</i>	ze	Pós - Hedg	ze
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,8%	1.223.500	6,2%	841.923
Dívida em Peso Dominicano	9,7%	288.808	9,7%	288.808
Dívida em Dólar Americano	6,0%	11.561	6,0%	1.797
Dívida em Quetzal Guatemalteco	8,0%	9.947	8,0%	9.947
Dívida em Dólar Barbadense	4,3%	48.517	4,3%	48.517
Taxa de juros pré-fixado		1.582.333	_	1.190.992
Dívida em Real Brasileiro	10,0%	667.703	12,6%	2.375.614
Dívida em Dólar Americano	1,5%	1.882.252	2,2%	565.683
Dívida em Dólar Canadense	1,6%	1.259.107	1,6%	1.259.106
Dívida em Dólar Barbadense	2,7%	4.915	2,7%	4.915
Taxa de juros pós-fixado		3.813.977		4.205.318

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

- 1 Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2017, os quais estão apresentados em módulo.
- 2 Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.
- 3 Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

PÁGINA: 124 de 164

Transação	Risco	Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Hedge commodities	Queda no preço das	95.914	(70.649)	(392.913)	(881.740)
Compras de insumos	commodities	(95.914)	108.718	498.773	1.093.459
Hedge cambial	Desvalorização de	(2.219)	(105.036)	(1.843.126)	(3.684.033)
Compras de insumos	moeda estrangeira	2.219	105.036	1.843.126	3.684.033
Efeito no custo		-	38.069	105.860	211.719
Hedge cambial	Desvalorização de	(8.925)	(16.783)	(153.782)	(298.638)
Compra de <i>capex</i>	moeda estrangeira	8.925	16.783	153.782	298.638
Efeito no ativo fixo		-	-	-	-
Hedge cambial	Desvalorização de	(1.292)	(3.403)	(45.722)	(90.153)
Despesas	moeda estrangeira	1.292	3.403	45.722	90.153
Efeito nas despesas		-	-	-	-
Hedge cambial	Valorização de	(13.106)	(37.493)	(341.429)	(669.751)
Caixa	moeda estrangeira	13.106	37.493	341.429	669.751
<i>Hedge</i> de juros	Queda na taxa de	(10)	(422)	(2.914)	(3.392)
Receita com juros	juros	10	422	2.914	3.392
Efeito no caixa		-	-	-	-
Hedge cambial	Desvalorização de	-	-	-	-
Dívidas	moeda estrangeira	-	9.683	140.642	281.284
<i>Hedge</i> de juros	Aumento na taxa de	28.172	18.373	(131.466)	(162.662)
Despesas com juros	juros	(28.172)	(18.373)	131.466	162.662
Efeito na dívida		-	9.683	140.642	281.284
Hedge de Instrumento Patrimonial	Desvalorização do	69.166	54.315	(100.085)	(269.337)
Despesas	preço das ações	(69.166)	(19.411)	517.817	1.104.799
Efeito no Patrimônio Líquido	<u>-</u>	-	34.904	417.732	835.462
		-	82.656	664.234	1.328.465

PÁGINA: 125 de 164

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nocional e Valor Justo por instrumento:

Exposição	Risco	2018	2019	2020	2021	>2021	Total
Custo		9.219.219	99.717	-	-	-	9.318.93
	Commodity	1.859.163	96.145	-	-	-	1.955.308
	Dólar	6.879.106	-	-	-	-	6.879.106
	Euro	82.906	-	-	-	-	82.906
	Peso Mexicano	398.044	3.572	-	-	-	401.616
Ativo fixo		579.426	-	-	-	-	579.420
	Dólar	531.858	-	-	-	-	531.858
	Euro	47.568	-	-	-	-	47.568
Despesas	D .(1	177.721	-	-	-	-	177.72
	Dólar	169.199	-	-	-	-	169.199
	Rúpia	8.522	-	-	-	-	8.52
Caixa	D.()	1.313.291	-	15.000	-	-	1.328.291
	Dólar	1.313.291	-	17.000	-	-	1.313.29
	Taxa de juros	-	-	15.000	-	-	15.000
Dívida		-	-	-	110.000	246.858	356.858
	Taxa de juros	-	-	-	110.000	246.858	356.858
Instrumento							
Patrimonial	D 1 ~	677.006	-	-	-	-	677.00
	Preço das ações	677.006	-	-	-	-	677.00
	· · · · -						
		11.966.663	99.717	15.000	110.000	246.858	12.438.238
	, , <u>-</u>	11.966.663	99.717	15.000 Valor J		246.858	
Exposição	Risco _	11.966.663 2018	99.717			246.858 >2021	12.438.238 Total
				Valor J	Justo		Total
		2018	2019	Valor J	Justo	>2021	Total 93.698
	Risco _	2018 89.103	2019	Valor J 2020	Justo 2021	>2021	Total 93.692 95.91-
	Risco _	2018 89.103 91.210	2019 4.592 4.704	Valor J 2020	Justo 2021 -	>2021	Total 93.69: 95.91- (7.114
	Risco _ Commodity Dólar	2018 89.103 91.210 (7.114)	2019 4.592 4.704	Valor J 2020 - -	Justo 2021	>2021	Total 93.69 95.91 (7.114 2.81
Custo	Risco Commodity Dólar Euro	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814	2019 4.592 4.704	Valor J 2020 - -	Justo 2021	>2021	70tal 93.69: 95.91: (7.114 2.81: 2.08
Custo	Risco	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040)	2019 4.592 4.704	Valor J 2020 - -	Justo 2021	>2021	70tal 93.69: 95.91: (7.114 2.81: 2.08 (8.925
Custo	Risco Commodity Dólar Euro Peso Mexicano	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021 - - - - -	70tal 93.69 95.91 (7.114 2.81 2.08 (8.925 (9.040
Custo Ativo fixo	Risco Commodity Dólar Euro Peso Mexicano Dólar Euro	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021 - - - - -	70tal 93.69: 95.91: (7.114 2.81: 2.08 (8.925) (9.040) 11: (1.292)
Custo Ativo fixo	Risco	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021 - - - - -	70tal 93.69: 95.91: (7.114 2.81: 2.08 (8.925) (9.040 11: (1.292) (1.303)
Custo Ativo fixo	Risco Commodity Dólar Euro Peso Mexicano Dólar Euro	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021 - - - - -	70tal 93.69: 95.91: (7.114 2.81: 2.08 (8.925) (9.040 11: (1.292) (1.303)
Custo Ativo fixo Despesas	Risco Commodity Dólar Euro Peso Mexicano Dólar Euro Dólar Rúpia	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303) 11 (13.106)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021 - - - - -	70tal 93.699 95.914 (7.114 2.814 2.081 (8.925 (9.040 113 (1.292 (1.303 1) (13.116
Custo Ativo fixo Despesas	Risco	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303) 11	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021 - - - - -	70tal 93.699 95.914 (7.114 2.814 2.08 (8.925 (9.040 113 (1.292 (1.303 13 (13.116 (13.106)
Custo Ativo fixo Despesas	Risco Commodity Dólar Euro Peso Mexicano Dólar Euro Dólar Rúpia	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303) 11 (13.106)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021 - - - - -	70tal 93.69: 95.91: (7.114 2.81: 2.08 (8.925 (9.040 11: (1.292 (1.303 1 (13.116 (13.106)
Custo Ativo fixo Despesas Caixa	Risco	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303) 11 (13.106)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021	70tal 93.69: 95.91- (7.114 2.81- 2.08 (8.925 (9.040 11: (1.292 (1.303 1 (13.116 (13.106 (10 28.17)
Custo Ativo fixo Despesas Caixa	Risco	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303) 11 (13.106)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021	70tal 93.69: 95.91- (7.114 2.81- 2.08 (8.925 (9.040 11: (1.292 (1.303 1 (13.116 (13.106 (10 28.17)
Custo Ativo fixo Despesas Caixa Dívida Instrumento	Risco	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303) 11 (13.106) (13.106)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021	70tal 93.693 95.914 (7.114 2.814 2.08 (8.925 (9.040 113 (1.292 (1.303 13 (13.116 (13.106 (10 28.172
Exposição Custo Ativo fixo Despesas Caixa Dívida Instrumento Patrimonial	Risco	2018 89.103 91.210 (7.114) 2.814 2.193 (8.925) (9.040) 115 (1.292) (1.303) 11 (13.106)	4.592 4.704 - (112)	Valor J 2020	Justo 2021	>2021	

PÁGINA: 126 de 164

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de "gatilhos" bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nocional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha aplicações financeiras relevantes nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, Bank Mendes Gans, Caixa Econômica Federal, Citibank, Itaú, JP Morgan Chase, Merrill Lynch, Santander e Toronto Dominion Bank. A Companhia possuía contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Banco Bisa, Barclays, BNB, BNP Paribas, Bradesco, Citibank, Deutsche Bank, Itaú, Goldman Sachs, JP Morgan Chase, Macquarie, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, ScotiaBank e TD Securities.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2017. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2017.

PÁGINA: 127 de 164

III. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

IV. Risco de valor de ação

Por meio da operação de *equity swap* aprovada em 16 de maio de 2017 e alterada em 21 de dezembro de 2017 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 – *Informações gerais*), a Companhia, ou sua controlada, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* com lastro nestas ações ("ADR's") de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em dezembro de 2017, uma exposição equivalente à R\$2,3 bilhões em ações (ou ADR's) da Ambev foi parcialmente protegida, resultando em um ganho no resultado do exercício de R\$66.992.

V. Gerenciamento de Capital

A Ambev está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

PÁGINA: 128 de 164

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

			2017			
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	10.354.527	-	-	-	-	10.354.527
Aplicações financeiras Contas a receber e outros ativos	-	121.956	11.883	-	-	133.839
excluindo despesas antecipadas Instrumentos financeiros	7.505.038	-	-	-	-	7.505.038
derivativos		-	100.140	285.084	-	385.224
Total	17.859.565	121.956	112.023	285.084	-	18.378.628
Passivos financeiros Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	_	_	5,764,057	_	13,501,952	19.266.009
Instrumentos financeiros					13.301.732	
derivativos	-	-	16.125	201.399	-	217.524
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	2.553.050	2.553.050
Total	-	-	5.780.182	201.399	16.055.002	22.036.583
	-		2016			
	Empréstimos	Mantidos até o	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por	Derivativos usados para	Passivos mensurados pelo custo	Total
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/ Passivos mensurados ao		mensurados	Total
Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa	e recebíveis		Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por	usados para	mensurados pelo custo	
Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras			Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por	usados para	mensurados pelo custo	Total 7.876.849 387.111
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	e recebíveis	vencimento	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	usados para	mensurados pelo custo	7.876.849
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber e outros ativos	e recebíveis 7.876.849	vencimento	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	usados para	mensurados pelo custo	7.876.849 387.111
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas Instrumentos financeiros	e recebíveis 7.876.849	vencimento	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	usados para hedge	mensurados pelo custo	7.876.849 387.111 6.962.541
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas Instrumentos financeiros derivativos Total Passivos financeiros Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos Instrumentos financeiros	e recebíveis 7.876.849 - 6.962.541	vencimento - 104.340 - -	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado 282.771 18.424 301.195	usados para hedge	mensurados pelo custo amortizado	7.876.849 387.111 6.962.541 212.981 15.439.482
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas Instrumentos financeiros derivativos Total Passivos financeiros Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos Instrumentos financeiros derivativos	e recebíveis 7.876.849 - 6.962.541	vencimento - 104.340 - -	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado - 282.771 - 18.424 301.195	usados para hedge	mensurados pelo custo amortizado 13.208.075	7.876.849 387.111 6.962.541 212.981 15.439.482
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas Instrumentos financeiros derivativos Total Passivos financeiros Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos Instrumentos financeiros	e recebíveis 7.876.849 - 6.962.541	vencimento - 104.340 - -	Ativos/ Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado 282.771 18.424 301.195	usados para hedge	mensurados pelo custo amortizado	7.876.849 387.111 6.962.541 212.981 15.439.482

(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

A IFRS 13 / CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com a IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

PÁGINA: 129 de 164

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	2017			2016	2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao	11.883			11.883	282.771			282.771
valor justo por meio do resultado Derivativos mensurados ao valor	11.003	_	-	11.003	282.771	-	-	262.771
justo por meio de resultado	114	100.026	-	100.140	2.576	15.848	_	18.424
Derivativos - Hedge operacional	4.795	280.289	-	285.084	83.611	110.946	-	194.557
	16.792	380.315	-	397.107	368.958	126.794		495.752
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados								
ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	_		5.764.057	5.764.057	_	_	5.106.125	5.106.125
Derivativos mensurados ao valor	_	_	3.704.037	3.704.037	_		5.100.125	5.100.125
justo por meio de resultado	1.733	14.392	-	16.125	9.919	39.931	-	49.850
Derivativos - Hedge operacional	58.356	143.043	-	201.399	78.935	575.867	-	654.802
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	-	_	-		8.728	-	8.728
	60.089	157.435	5.764.057	5.981.581	88.854	624.526	5.106.125	5.819.505

⁽i) Refere-se à opção de venda concedida sobre participação em controlada conforme Nota 17 d (4).

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro 2016	5.106.125
Aquisição de investimento	7.370
Total de ganhos e perdas no exercício	650.562
Despesa reconhecida no resultado do exercício	359.100
Despesa reconhecida no patrimônio líquido	291.462
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2017 (i)	5.764.057

⁽i) O passivo foi registrado na rubrica de "Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos" no balanço patrimonial.

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

PÁGINA: 130 de 164

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2017 um montante de R\$608.279 em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$486.822 em 31 de dezembro de 2016).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

28. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas comerciais.

Os valores futuros contratuais a pagar estão demonstrados a seguir, por prazo de vencimento:

	2017	2016
Menos de 1 ano	35.662	26.646
De 1 a 5 anos	129.357	61.426
Mais de 5 anos	71.139	66.503
	236.158	154.575

Em 2017, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$38.977 no resultado do exercício (R\$43.442 em 2016).

29. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	2017	2016
	50 5 2 - 0	
Cauções	606.279	1.051.538
Outros compromissos	842.733	754.306
	1.449.012	1.805.844
Compromissos contratuais com fornecedores (i)	11.096.305	4.019.236
Compromissos contratuais - Bond 2017	-	300.000
	11.096.305	4.319.236

⁽i) A variação refere-se, principalmente, a novos contratos com novos fornecedores de alumínio em 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$1.449.012 (R\$1.805.844 em 31 de dezembro de 2016), incluindo R\$551.008 (R\$571.305 em 31 de dezembro de 2016) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos.

PÁGINA: 131 de 164

Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2017, um montante de R\$606.279 (R\$486.822 em 31 de dezembro de 2016) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrado a seguir:

	2017	2016
Menos de 1 ano	3.812.794	3.325.724
Entre 1 e 2 anos	2.995.742	420.777
Mais de 2 anos	4.287.769	572.735
	11.096.305	4.319.236

30. PASSIVO CONTINGENTE

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 15 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2017	2016
IDDI. COLL	21 757 217	20.024.026
IRPJ e CSLL	31.757.317	28.934.826
PIS e COFINS	3.485.242	1.971.048
ICMS e IPI	19.805.529	16.046.890
Trabalhistas	287.087	222.037
Cíveis	4.071.540	4.417.574
Outros	1.113.442	858.075
	60.520.157	52.450.450

Principais processos com probabilidade de perda possível

IRPJ e CSLL

Ágio Inbev Holding

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita

PÁGINA: 132 de 164

Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em novembro de 2014, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") concluiu o julgamento do recurso. Considerando que o julgamento foi parcialmente favorável, a Ambev apresentou embargos de declaração. Em setembro de 2016, os referidos embargos foram parcialmente admitidos e a Ambev foi formalmente notificada da referida decisão em janeiro de 2018. Como a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") restou parcialmente favorável, a Ambev ingressará com ação judicial para discutir a matéria em que ficou vencida e a parcela remanescente ainda será submetida a reexame pela Câmara Superior no "CARF".

Em junho de 2016, a Ambev recebeu Auto de Infração, relativo à glosa de despesas de amortização de ágio, decorrentes da incorporação da InBev Holding Brasil S.A., nos anos de 2011 a 2013. Em março de 2017, a Ambev foi notificada da decisão parcialmente favorável da primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF").

A Companhia estima que sua exposição em 31 de dezembro de 2017, relacionada a amortização de ágio entre 2005 e 2013, seja de aproximadamente R\$8,3 bilhões (R\$7,8 bilhões em 31 de dezembro de 2016), classificada como perda possível, e, portanto, não foi constituída pela Companhia provisão a esse respeito. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Ágio BAH

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Beverage Associates Holding Limited ("BAH") na Ambev. Em dezembro de 2014, a Ambev apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de primeira instância administrativa que manteve a autuação. Em março de 2017, a Câmara Baixa do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") conclui o julgamento determinando o retorno do caso para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento ("DRJ"). Em julho de 2017, a Ambev foi notificada da decisão revista pela "DRJ" e apresentou novo Recurso Voluntário. O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,6 bilhão (R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2016). Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Ágio CND HOLDINGS

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Ambev. A Ambev apresentou Impugnação ao Auto de Infração no prazo legal e aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento ("DRJ"). O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,1 bilhão. Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

PÁGINA: 133 de 164

Lucros auferidos no exterior

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs recurso voluntário para a Câmara Superior do CARF, o qual foi julgado improcedente definitivamente em março de 2017. Em setembro de 2017, a Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria com pedido liminar deferido em favor da Companhia.

Em dezembro de 2013, 2016 e em outubro de 2017, a Companhia recebeu Autos de Infração relacionados ao tema. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. A Ambev estima um valor de aproximadamente R\$6,1 bilhões (R\$4,9 bilhões em 31 de dezembro de 2016) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$44,2 milhões com classificação de perda provável (R\$41,6 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação.

Em fevereiro de 2016, a Ambev foi notificada do encerramento da fase administrativa e, ingressou com ações judiciais para discussão do tema. Em setembro de 2016, a Ambev recebeu a primeira decisão favorável de 1ª instância judicial. Em março de 2017, a Ambev recebeu uma decisão desfavorável em 1ª instância judicial no segundo caso em discussão no judiciário e apresentou Recurso de Apelação.

A Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração.

A Companhia estima que a exposição de perdas possíveis dessas autuações é de aproximadamente R\$549,4 milhões (R\$522,9 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

No dia 29 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu um Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no montante aproximado de R\$1,3 bilhão. A autuação teve, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de

PÁGINA: 134 de 164

taxa relacionados com as atividades operacionais da Companhia. Em agosto de 2017, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") concluiu o julgamento totalmente favorável à Ambev e, em dezembro de 2017, a Ambev foi notificada da referida decisão, bem como da manifestação da autoridade fazendária informando a não interposição de recurso e encaminhamento do caso ao arquivo, estando o caso encerrado.

Em dezembro de 2015 e 2016, a Companhia recebeu dois novos Autos de Infração da Receita Federal do Brasil que trata do mesmo assunto. A Companhia estima que a exposição de perda possível deste processo é de aproximadamente R\$4,4 bilhões (R\$5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016).

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Desde 2014, a Companhia vem recebendo autuações para cobrança de IRPJ e CSLL, cujo objeto é a glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior pelas empresas controladas da Companhia.

A Companhia apresentou defesa para todos os casos e aguarda decisão em primeira instância para os casos recebidos em 2015 e 2016 e pelo CARF para os demais.

Em setembro de 2017, a Companhia optou por incluir pequena parte destas autuações no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 ("PERT"). A Ambev estima um valor de aproximadamente R\$7,2 bilhões de reais (R\$2,8 bilhões em de 31 de dezembro de 2016) como perda possível.

Lucro Presumido

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ao invés do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em Primeira Instância Administrativa e apresentou Recurso Voluntário. A Arosuco estima que as possíveis perdas relacionadas a esta matéria sejam de aproximadamente R\$616,1 milhões de reais (R\$569,6 milhões em de 31 de dezembro de 2016).

Em dezembro de 2016, a CRBS (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ao invés do método de Lucro Real. Em julho de 2017, a CRBS foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em setembro de 2017, a Companhia optou por incluir este Auto de Infração no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 ("PERT"). Não há valores de perda relacionados a esta matéria em 31 de dezembro de 2017 (R\$3,6 bilhões em de 31 de dezembro de 2016).

PÁGINA: 135 de 164

PIS e COFINS

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. A Companhia apresentou defesa em face dos autos e atualmente aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos seja de aproximadamente R\$3,1 bilhões (R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.

ICMS e IPI

ICMS Descontos Incondicionais

A Ambev foi autuada pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança do ICMS supostamente devido sobre descontos incondicionais concedidos pela Companhia de janeiro de 1996 a fevereiro de 1998. Em outubro de 2015 e janeiro de 2016, a Ambev decidiu quitar essas cobranças no âmbito de um programa de pagamento incentivado, no valor total de aproximadamente R\$271 milhões. Em 2013, 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração similares lavrados pelos Estados do Pará e Piauí. A Ambev apresentou defesa contra essas autuações e atualmente aguarda julgamento. Após os pagamentos feitos ao Estado do Rio de Janeiro, a Ambev estima que o valor envolvido nos processos seja de aproximadamente R\$599,7 milhões (R\$559,5 milhões em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.

ICMS Guerra Fiscal

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$1,9 bilhão (R\$1,8 bilhão em 31 de dezembro de 2016), classificados como de perda possível.

ICMS- ST Gatilho

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve basear-se no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

PÁGINA: 136 de 164

Dentre outros casos, em 2016, a Ambev recebeu três Autos de Infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, no valor histórico de R\$1,4 bilhão. No segundo trimestre de 2017, o Tribunal Administrativo do Estado de Minas Gerais concluiu o julgamento desses três casos, desfavoravelmente à Ambev. A Companhia apresentou defesa contra tais decisões para a Câmara Superior do Tribunal Administrativo de Minas Gerais e atualmente aguarda julgamento.

Em 2017, a Ambev recebeu novas autuações lavradas pelo Estado do Rio de Janeiro envolvendo esse tema, que totalizaram o valor histórico de R\$900 milhões. A Companhia apresentou defesas contra tais autos de infração e agora aguarda decisão pelo Tribunal Administrativo do Rio de Janeiro.

A Ambev estima que o valor total de risco possível envolvido nos processos desta matéria seja de aproximadamente R\$5,8 bilhões (R\$4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2016). Foram feitas provisões no valor total de R\$6,7 milhões para casos específicos em que a Ambev estima que as chances de perda são prováveis por questões processuais.

Zona Franca de Manaus – IPI

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil são isentos de IPI. Há discussão se a aquisição de tais bens dá direito ao registro de créditos de IPI pelos adquirentes. As unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido diversos Autos de Infração glosando estes créditos. O tema aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$3,2 bilhões (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.

Além disso, a Companhia, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI relacionados com os processos acima mencionados. A Companhia apresentou defesa contra tais cobranças e atualmente aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos seja de aproximadamente R\$900 milhões (R\$735,5 milhões em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.

IPI Suspensão

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, seja de aproximadamente R\$1,5 bilhão (R\$1,5 bilhão em dezembro de 2016), classificados como perda possível.

PÁGINA: 137 de 164

Cíveis

Bônus de subscrição de ações

Determinados detentores de bônus de subscrição da Companhia de Bebidas, sucedida pela Ambev, emitidos em 1996 (para exercício em 2003) propuseram ações judiciais para subscrever as ações correspondentes por valor inferior ao que a Companhia entende como sendo o estabelecido no momento da emissão do bônus, e ainda receber os dividendos correspondentes a estas ações desde o exercício de 2003 (valor aproximado atual de R\$846,9 milhões (R\$761,7 milhões em 31 de dezembro de 2016) além de custas e honorários advocatícios a serem determinados). Caso a Companhia venha a perder a totalidade das referidas ações judiciais, seria necessária a emissão de 172.832 mil ações ordinárias, recebendo em contrapartida recursos substancialmente inferiores ao valor de mercado das ações. No último trimestre de 2017 a Companhia reavaliou a probabilidade de perda do processo e a entendeu como remota, não sendo objeto de divulgação a partir das próximas demonstrações contábeis intermediárias.

Ação coletiva contra Brewers Retail Inc.

Em 12 de dezembro de 2014, foi proposta uma ação judicial coletiva na Corte de Justiça da Província Ontario, no Canadá, contra a *Liquor Control Board of Ontario* ("LCBO"), Brewers Retail Inc. ("The Beer Store") e os acionistas da The Beer Store (Molson Coors Canada, Sleeman Breweries Ltd. e Labatt Breweries of Canada LP). A ação judicial, seguindo o Ontario Class Proceedings Act, busca a declaração de que a LCBO e The Beer Store teriam firmado acordos para alocação de vendas, território ou mercados para cervejas vendidas em Ontario desde junho de 2000, bem como a declaração de que os acionistas da The Beer Store teriam feito acordos para fixação de preço. A ação pretende indenização total de até R\$3,7 bilhões (R\$3,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016), de todas as partes mencionadas. Considerando que The Beer Store segue as normas estabelecidas pelo Governo de Ontário e que os preços são definidos de forma independente por cada cervejaria, a Companhia entende que há fortes argumentos de defesa e, deste modo, não registrou provisão correspondente.

Contingências ativas

De acordo com o IAS 37 / CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

A Companhia e suas controladas pleiteiam a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a inclusão do ICMS nas suas bases de cálculo referente ao período de 1990 em diante. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição ainda estão sendo apurados

PÁGINA: 138 de 164

31. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa:

	2017	2016
Aquisição de investimento a pagar	-	208.687
Caixa não realizado sobre derivativos	42.330	37.702
PERT 2017	199.666	-
Valor justo de opção concedida	221.833	205.134

PÁGINA: 139 de 164

32. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONTROLADORA

As demonstrações contábeis da controladora estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábilfinanceiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

Balanços patrimoniais: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

			Controladora
Ativo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		2.017.034	1.405.387
Aplicações financeiras	32.1	631.637	648.951
Instrumentos financeiros derivativos		-	197.630
Contas a receber		3.055.953	2.183.510
Estoques		2.107.274	2.160.921
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.407.282	4.424.755
Demais impostos a recuperar		218.678	454.338
Outros ativos		834.655	1.656.051
Ativo circulante		11.272.513	13.131.543
Aplicações financeiras	32.1	102.769	102.365
Contas a receber		40.957	365
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.312.664	4.365
Demais impostos a recuperar		171.499	310.804
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.2	470.621	389.362
Outros ativos		1.033.250	1.003.690
Benefícios a funcionários	16	16.614	19.471
Investimentos	32.3	64.593.359	64.358.515
Imobilizado		10.806.139	11.144.956
Intangível		466.494	465.367
Ágio		281.858	281.858
Ativo não circulante		80.296.224	78.081.118
Total do ativo		91.568.737	91.212.661

PÁGINA: 140 de 164

Balanços patrimoniais (continuação): Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

			Controladora
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Contas a pagar		8.442.991	10.668.184
Empréstimos e financiamentos		351.119	447.309
Salários e encargos		536.741	262.432
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		1.502.252	1.463.511
Imposto de renda e contribuição social a recolher		370.799	13.760
Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.491.939	2.174.504
Opção de venda concedida sobre participação em controlada			
e outros passivos		5.997.983	5.742.448
Provisões	32.4	145.523	145.522
Passivo circulante		19.839.347	20.917.670
Contas a pagar		22.965.667	22.832.680
Empréstimos e financiamentos		732.662	915.626
Imposto de renda e contribuição social a recolher		425.919	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		766.408	515.928
Opção de venda concedida sobre participação em controlada			
e outros passivos		109.688	293.312
Provisões	32.4	358.970	606.186
Benefícios a funcionários	16	361.262	306.211
Passivo não circulante		25.720.576	25.469.943
Total do passivo		45.559.923	46.387.613
Patrimônio líquido	17		
Capital social		57.614.140	57.614.140
Reservas		63.361.144	64.230.028
Ajuste de avaliação patrimonial		(74.966.470)	(77.019.120)
Patrimônio líquido de controladores		46.008.814	44.825.048
Total do passivo e patrimônio líquido		91.568.737	91.212.661

PÁGINA: 141 de 164

Demonstrações dos resultados:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

			Controladora
	Nota	2017	2016
Receita líquida		21.730.363	20.634.193
Custo dos produtos vendidos		(11.483.719)	(11.263.620)
Lucro bruto		10.246.644	9.370.573
Despesas logísticas		(1.779.128)	(1.662.271)
Despesas comerciais		(2.222.412)	(2.337.260)
Despesas administrativas		(1.514.297)	(1.190.964)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		921.644	1.158.908
Itens não recorrentes		(24.695)	1.226.808
Lucro operacional		5.627.756	6.565.794
Despesas financeiras		(6.690.541)	(5.011.603)
Receitas financeiras		1.302.364	2.502.321
Resultado financeiro, líquido		(5.388.177)	(2.509.282)
Participação nos resultados de controladas e coligadas		5.752.860	6.811.585
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.992.439	10.868.097
Imposto de renda e contribuição social	32.6	1.339.529	1.678.513
Lucro líquido do período		7.331.968	12.546.610
Atribuído à:			
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	17	0,47	0,80
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	17	0,46	0,79

PÁGINA: 142 de 164

Demonstrações dos fluxos de caixa:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

	_		Controladora
	Nota	2017	2016
Lucro líquido do exercício		7.331.968	12.546.610
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		2.186.992	2.058.565
Perda por <i>impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas			
demais contas a receber		35.228	89.434
Aumento nas provisões e benefícios a funcionários		127.494	270.003
Resultado financeiro líquido		5.388.177	2.509.282
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		(18.116)	(18.795)
Perda/(ganho) na venda de operações em associadas		2.115.000	-
Ganho em permuta de participações societárias		-	(1.239.972)
Despesa com pagamentos baseados em ações	22.6	156.819	117.044
Imposto de renda e contribuição social	32.6	(1.339.529)	(1.678.513)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	_	(5.752.860)	(6.811.585)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de		10 221 152	7 042 072
giro e provisões		10.231.173	7.842.073
(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber		(578.812)	1.789.535
(Aumento)/redução nos estoques		56.935	(112.855)
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar	_	(1.734.668)	(703.817)
Geração de caixa das atividades operacionais		7.974.628	8.814.936
Juros pagos		(2.294.566)	(1.860.401)
Juros recebidos		572.903	460.406
Dividendos recebidos		5.505.239	3.549.449
Imposto de renda e contribuição social pagos	_	1.105.963	1.085.035
Fluxo de caixa das atividades operacionais		12.864.167	12.049.425
Caixa advindo de reestruturação societária		14.707	83.613
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		35.829	68.739
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(1.340.468)	(1.664.283)
Aquisição de outros investimentos		(404.147)	(1.625.405)
(Aplicação financeira) e proventos líquidos de títulos de dívida		(157.579)	(285.486)
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos		13.028	8.629
Provento na venda de participação de investimento para			40.000
controlada	_	- (1.000.400)	10.893
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(1.838.630)	(3.403.300)
Proventos/(recompra) de ações		(38.614)	386
Proventos de empréstimos		4.859.464	5.518.233
Liquidação de empréstimos		(5.777.305)	(3.244.013)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(1.048.279)	(1.064.254)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	_	(8.409.169)	(10.418.340)
Fluxo de caixa de atividades financeiras		(10.413.903)	(9.207.988)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		611.634	(561.863)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.405.387	1.944.872
Efeito de variação cambial		13	22.378
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.017.034	1.405.387

PÁGINA: 143 de 164

Demonstrações do valor adicionado:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

Receitas 39,450,990 38,950,33 Vendas mercadorias, produtos e serviços 39,355,995 37,183,233 Outras receitas/(despesas) líquidas 75,983 1,796,002 Provisão de créditos de liquidação duvidosa (20,988) (28,898) Insumos adquiridos de terceiros (15,858,988) (15,138,025) Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12,634,756) (12,495,829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3,172,830) (2,603,327) Perda de valores ativos (3,174,2830) (2,603,327) Valor adicionado bruto 23,592,002 23,812,312 Retenções (2,135,591) (2,019,695) Depreciação e amortização (2,135,591) (2,019,695) Valor adicionado fujuido produzido 21,456,411 21,792,617 Valor adicionado recebido em transferência 7,104,150 9,354,814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5,752,860 6,811,582 Receitas financeiras 1,302,364 2,502,321 Outros 48,926 40,908 Valor adicionado total a distribuir			
Receitas 39.450.990 38.950.337 Vendas mercadorias, produtos e serviços 39.395.995 37.183.233 Outras receitas/(despesas) líquidas 75.983 1.796.002 Provisão de créditos de liquidação duvidosa (20.988) (28.898) Insumos adquiridos de terceiros (15.858.988) (15.138.025) Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12.634.756) (12.495.829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.172.830) (2.603.327) Perda de valores ativos (51.402) (38.869) Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28			Controladora
Vendas mercadorias, produtos e serviços 39.395.995 37.183.233 Outras receitas/(despesas) líquidas 75.983 1.796.002 Provisão de créditos de liquidação duvidosa (20.988) (28.898) Insumos adquiridos de terceiros (15.888.988) (15.138.025) Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12.634.756) (12.495.829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (31.72.830) (2.603.327) Perda de valores ativos (51.402) (38.869) Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribur 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicion		2017	2016
Outras receitas/(despesas) líquidas 75,983 1,796,002 Provisão de créditos de líquidação duvidosa (20,988) (28,888) Insumos adquiridos de terceiros (15,888,988) (15,138,025) Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12,634,756) (12,495,829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3,172,830) (2,603,327) Perda de valores ativos (51,402) (38,869) Valor adicionado bruto 23,592,002 23,812,312 Retenções (2,135,591) (2,019,695) Depreciação e amortização (2,135,591) (2,019,695) Valor adicionado líquido produzido 21,456,411 21,792,617 Valor adicionado recebido em transferência 7,104,150 9,354,814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5,752,860 6,811,585 Receitas financeiras 1,302,364 2,502,321 0,409,08 Valor adicionado total a distribuir 28,560,561 31,147,431 Distribuição do valor adicionado 1,869,269 1,508,762 Remuneração direta 1,541,251 1,853,08	Receitas	39.450.990	38.950.337
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (20.988) (28.898) Insumos adquiridos de terceiros (15.858.988) (15.138.025) Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12.634.756) (12.495.829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.172.830) (2.603.327) Perda de valores ativos (51.402) (38.869) Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta <th< td=""><td>Vendas mercadorias, produtos e serviços</td><td>39.395.995</td><td>37.183.233</td></th<>	Vendas mercadorias, produtos e serviços	39.395.995	37.183.233
Insumos adquiridos de terceiros (15.888.988) (15.138.025) Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12.634.756) (12.495.829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.172.830) (2.603.327) Perda de valores ativos (51.402) (38.869) Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Describuição 15.3314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 <td></td> <td>75.983</td> <td>1.796.002</td>		75.983	1.796.002
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12.634.756) (12.495.829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.172.830) (2.603.327) Perda de valores ativos (51.402) (38.869) Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Dessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contrib	Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(20.988)	(28.898)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos (12.634.756) (12.495.829) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (3.172.830) (2.603.327) Perda de valores ativos (51.402) (38.869) Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Dessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contrib	Insumos adquiridos de terceiros	(15.858.988)	(15.138.025)
Perda de valores ativos (51.402) (38.869) Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.85.308 Benefícios 15.31,251 1.85.308 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485	Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(12.634.756)	(12.495.829)
Valor adicionado bruto 23.592.002 23.812.312 Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.53.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.172.830)	(2.603.327)
Retenções (2.135.591) (2.019.695) Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Rem	Perda de valores ativos	(51.402)	(38.869)
Depreciação e amortização (2.135.591) (2.019.695) Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 9.3313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141	Valor adicionado bruto	23.592.002	23.812.312
Valor adicionado líquido produzido 21.456.411 21.792.617 Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.	Retenções	(2.135.591)	(2.019.695)
Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874	Depreciação e amortização	(2.135.591)	(2.019.695)
Valor adicionado recebido em transferência 7.104.150 9.354.814 Participação nos resultados de controladas e coligadas 5.752.860 6.811.585 Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874	Valor adicionado líquido produzido	21.456.411	21.792.617
Receitas financeiras 1.302.364 2.502.321 Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos		7.104.150	9.354.814
Outros 48.926 40.908 Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Participação nos resultados de controladas e coligadas	5.752.860	6.811.585
Valor adicionado total a distribuir 28.560.561 31.147.431 Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Receitas financeiras	1.302.364	2.502.321
Distribuição do valor adicionado 28.560.561 31.147.431 Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Outros	48.926	40.908
Pessoal 1.869.269 1.508.762 Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Valor adicionado total a distribuir	28.560.561	31.147.431
Remuneração direta 1.541.251 1.185.308 Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Distribuição do valor adicionado	28.560.561	31.147.431
Benefícios 153.314 152.545 Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Pessoal	1.869.269	1.508.762
Fundo de garantia por tempo de serviço 81.391 82.220 Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Remuneração direta	1.541.251	1.185.308
Outros 93.313 88.689 Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Benefícios	153.314	152.545
Impostos, taxas e contribuições 12.682.888 12.109.918 Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Fundo de garantia por tempo de serviço	81.391	82.220
Federais 3.196.791 3.189.485 Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Outros	93.313	88.689
Estaduais 9.468.295 8.904.746 Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Impostos, taxas e contribuições	12.682.888	12.109.918
Municipais 17.802 15.687 Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Federais	3.196.791	3.189.485
Remuneração de capitais de terceiros 6.676.436 4.982.141 Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Estaduais	9.468.295	8.904.746
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Municipais	17.802	15.687
financeiras 6.613.738 4.916.267 Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Remuneração de capitais de terceiros	6.676.436	4.982.141
Aluguéis 62.698 65.874 Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827			
Remuneração de capitais próprios 7.331.968 12.546.610 Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	financeiras	6.613.738	4.916.267
Juros sobre o capital próprio 2.277.495 3.454.173 Dividendos 3.612.792 5.651.827	Aluguéis	62.698	65.874
Dividendos 3.612.792 5.651.827			12.546.610
			3.454.173
Lucros retidos 1.441.681 3.440.610			
	Lucros retidos	1.441.681	3.440.610

PÁGINA: 144 de 164

32.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora
	2017	2016
Fundos de investimentos exclusivos	631.637	648.951
Ativo circulante	631.637	648.951
Títulos mantidos até o vencimento	102.769	102.365
Ativo não circulante	102.769	102.365
Total	734.406	751.316

32.2 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

_	2017				2016	
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	38.188	-	38.188	8.735	-	8.735
Benefícios a empregados	159.681	-	159.681	39.428	-	39.428
Contas a pagar	1.382.378	(312.483)	1.069.895	975.557	(529.152)	446.405
Contas a receber	24.555	-	24.555	29.555	-	29.555
Derivativos	-	-	-	-	(19.398)	(19.398)
Estoques	775	-	775	3.760	-	3.760
Imobilizado	-	(773.497)	(773.497)	-	(673.155)	(673.155)
Investimentos	-	(421.589)	(421.589)	-	(421.590)	(421.590)
Prejuízos fiscais a utilizar	306.610	-	306.610	632.939	-	632.939
Provisões	243.402	-	243.402	340.473	-	340.473
Outros itens	(177.399)	-	(177.399)	-	2.210	2.210
Ativo / (passivo) tributário diferido						
bruto	1.978.190	(1.507.569)	470.621	2.030.447	(1.641.085)	389.362
Compensação	(1.507.569)	1.507.569		(1.641.085)	1.641.085	-
Ativo / (passivo) tributário diferido		•				
líquido	470.621	-	470.621	389.362	-	389.362

Em 31 de dezembro de 2017, os impostos diferidos ativos e passivos, têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

	2017				
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total		
Aplicações financeiras	-	38.188	38.188		
Benefícios a empregados	95.264	64.417	159.681		
Contas a pagar	1.382.378	(312.483)	1.069.895		
Contas a receber	21.989	2.566	24.555		
Estoques	775	-	775		
Imobilizado	(58.099)	(715.398)	(773.497)		
Investimentos	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(421.589)	(421.589)		
Provisões	49.387	194.015	243.402		
Outros itens	-	(177.399)	(177.399)		
Total	1.491.694	(1.327.683)	164.011		

PÁGINA: 145 de 164

	Controladora
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais	2017
2018	111.142
2019	32.251
2020	10.698
2021	10.608
A partir de 2022 (i)	141.911
Total	306.610

⁽i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

			Controladora
	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2016	389.362	-	389.362
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	12.447	27.730	40.177
Hedge de investimento no exterior	(262.703)	-	(262.703)
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre			
participação em controlada	(31.806)	-	(31.806)
Hedge de fluxo de caixa – ganhos / (perdas)	(246.601)	(22.617)	(269.218)
Ganhos / (perdas) na conversão de operações no exterior	39.147	96.963	136.110
Reconhecido no resultado abrangente	(489.516)	102.076	(387.440)
Reconhecido no resultado	375.536	-	375.536
Movimentações efetuadas diretamente no balanço			
patrimonial	195.239	(102.076)	93.163
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	195.239	-	195.239
Outros	195.239	-	195.239
Reconhecidas no grupo de investimento	-	(102.076)	(102.076)
Equivalência patrimonial		(102.076)	(102.076)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	470.621	-	470.621

32.3 INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controlado		
	2017	2016	
Saldo no início do exercício	64.358.515	66.073.444	
Participação nos resultados de controladas e coligadas	5.756.533	6.823.622	
Dividendos recebidos e a receber	(4.574.235)	(4.797.120)	
Efeito de conversão de investimentos em controladas (i)	1.418.600	(5.923.677)	
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	13.044	(210.556)	
Pagamento baseado em ações em controladas	52.445	43.139	
Aporte/(Redução) de capital em controladas	(2.011.417)	721.778	
Efeito de reestruturação, incorporação controladas	13.782	(386.272)	
Venda de participação em controladas	-	(27.374)	
Aquisição de participação em controladas	(286.179)	2.186.390	
Outros	(147.729)	(144.859)	
Saldo no final do exercício	64.593.359	64.358.515	

⁽i) Efeito da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

PÁGINA: 146 de 164

Informações sobre controladas diretas e controlada em conjunto:

						2017
Controlada	Participação %	Patrimônio Líquido	Ágio (i)	Total Investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
A 1 T 1 (vii)						
Ambev Luxemburgo (vii)	100,00%	34.141.643	3.397.345	37.538.275	4.080.892	4.080.892
Arosuco (ii)	99,70%	4.046.304	-	3.602.260	261.281	235.424
Aspen (vii)	100,00%	615	-	615	(6)	(6)
B.Blend	50,00%	67.286	102.859	136.502	(14.701)	(7.350)
Bebidas Fantásticas (iii)	100,00%	(14.436)	-	(14.436)	(25.275)	(25.275)
Brahmaco (vii)	100,00%	24.345	-	24.345	487	487
Cachoeiras de Macacu (iii)	-	-	199.583	199.583	(2.775)	(2.775)
Cerveceria Nacional S de						
R.L (viii)	100,00%	1.808.503	-	1.808.503	232.270	232.270
Cervejaria ZX S.A (v)	91,00%	94.752	-	86.227	2.177	1.858
CRBS S.A. (ii) (ix)	0,62%	1.168.906	-	7.254	(1.338.523)	(9.894)
Dahlen S.A	100,00%	311.842	-	311.842	23.662	23.662
Hohneck S.A. (vii)	100,00%	1.812.100	_	1.812.100	148.869	148.869
Jalua (vii)	100,00%	5.050.439	_	5.050.439	453.391	453.391
Lambic Holding S.A. (vii)	100,00%	787.663	-	787.663	70.272	70.272
Lizar	100,00%	10.111	-	10.111	9.293	9.293
Maltaria Pampa S.A. (ii)	60,00%	2.722.222	76.803	1.664.529	334.615	191.150
Monthiers	_	-	13.061	13.061	-	-
R P O (vi)	100,00%	9.531	_	9.531	(3.810)	(3.810)
Tenedora CND (ix)	50,80%	2.736.154	3.189.179	4.578.454	707.230	358.075
Ajuste pela adoção da práti	ica contábil do					
custo precedente				6.966.501		-
Total			_	64.593.359	•	5.756.533

						2016
Controlada	Participação %	Patrimônio Líquido	Ágio (i)	Total Investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo (vii)	100,00%	34.254.918	2.988.748	37.242.954	4.893.598	4.751.864
Arosuco (ii)	99,70%	4.782.095	-	4.360.305	2.131.203	1.978.385
Aspen (vii)	100,00%	621	-	621	(46.276)	(3.520)
B.Blend	50,00%	81.986	102.859	143.852	(27.802)	(13.901)
Bebidas Fantásticas (iii)	100,00%	100.894	-	100.894	(10.397)	(10.397)
Brahmaco (vii)	100,00%	23.858	-	23.858	(4.776)	(1.446)
Cachoeiras de Macacu (iii) Cerveceria Nacional S de	100,00%	(11.006)	485.762	474.756	(3.867)	(3.867)
R.L (viii)	100,00%	-	-	1.707.768	-	-
Cervejaria ZX S.A. (v)	86,42%	45.624	-	39.429	(13.611)	(12.910)
CRBS S.A. (ii) (ix)	0,16%	2.821.965	-	4.473	615.511	185.506
Dahlen S.A.	100,00%	283.146	-	283.146	9.381	9.381
Eagle (ii) (x)	-	_	-	-	(496.993)	(496.993)
Hohneck S.A. (vii)	100,00%	1.663.232	-	1.663.232	(195.310)	(105.938)
Jalua ^(vii)	100,00%	4.613.559	-	4.613.559	(407.619)	33.712
KGC (viii)	-	_	-	-	(53.903)	(27.025)
Lambic Holding S.A. (vii)	100,00%	717.390	-	717.390	(100.954)	(88.560)
Lizar	100,00%	24.551	-	24.551	36.148	36.148
Maltaria Pampa S.A. (ii)	60,00%	2.481.448	76.803	1.529.685	133.409	108.271
Monthiers	-	_	13.061	13.061	-	-
R P O (vi)	100,00%	(884)	_	(884)	(994)	(994)
Skol (ix) (x)	-	-	-	-	112.796	81.295
Tenedora CND (ix)	50,80%	2.342.952	3.259.170	4.449.364	780.568	404.611
Ajuste pela adoção da prátic	ca contábil do					
custo precedente				6.966.501	. <u>-</u>	-
Total				64.358.515		6.823.622

⁽i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento.

PÁGINA: 147 de 164

⁽ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.

- (iii) Aquisição de participação em controladas.
- (iv) Em 12 de janeiro de 2015 ocorreu a venda de participação para Skol.
- (v) Em 16 de fevereiro de 2016 houve a alteração da denominação social da Imperial Fábrica de Cerveja Nacional S.A. para Cervejaria ZX S.A.. Houve também alteração no % de participação, devido a incorporação da Wals e aporte da Filial Bohemia.
- (vi) Em 1º de julho de 2015 houve a alteração da denominação social da Agrega Inteligência em compras Ltda para RPO Latam Estratégia em compras Ltda.
- (vii) Participação em controladas, em virtude da incorporação da Skol e Eagle realizada em 29 de março de 2016.
- (viii) Permuta de participações societárias realizada em 31 de dezembro de 2016.
- (ix) Permuta de participações societárias entre Ambev e Arosuco.
- (x) Empresa incorporada em 29 de março de 2016.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Tabela de outras participações indiretas - %

Denominação	2017	2016
Linthal S.A.	100%	100%
Labatt Brewing	100%	100%
Monthiers	100%	100%

c) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cervecería Nacional Dominicana S.A. ("CND"), Cervecería Boliviana Nacional S.A. e Cervecería Paraguay S.A. são as que possuem maior participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade dos valores de não controladores.

32.4 PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

				Controladora
	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Provisão para disputas e litígios				
Impostos sobre vendas	233.828	96.468	(118.902)	211.394
Imposto de renda	321.250	137.916	(334.205)	124.961
Trabalhistas	109.527	85.362	(116.861)	78.028
Cíveis	30.012	38.489	(50.244)	18.257
Outros	57.091	39.506	(24.744)	71.853
Total de provisão para disputas e litígios	751.708	397.741	(644.956)	504.493

PÁGINA: 148 de 164

(b) Expectativa de desembolso

					Controladora
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	211.394	60.979	116.706	18.812	14.897
Imposto de renda	124.961	36.045	79.010	2.394	7.512
Trabalhistas	78.028	22.507	45.310	10.211	-
Cíveis	18.257	5.266	6.068	4.483	2.440
Outros	71.853	20.726	13.580	37.463	84
Total de provisão para disputas e litígios	504.493	145.523	260.674	73.363	24.933

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

32.5 PASSIVOS CONTINGENTES

A Controladora tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Os principais processos estão descritos na Nota 30 – *Passivos contingentes*. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os passivos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 32.4 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Controladora tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

		Controladora
	2017	2016
PIS e COFINS	2.912.123	1.914.459
ICMS e IPI	17.877.935	14.276.401
IRPJ e CSLL	30.382.747	24.090.386
Trabalhistas	81.170	64.161
Cíveis	262.313	950.470
Outros	647.945	443.287
	52.164.233	41.739.164

PÁGINA: 149 de 164

32.6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

		Controladora
Imposto de renda e contribuição social corrente	2017 963.993	2016 2.157.328
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período	701.865	(969.779)
corrente	(326.329)	490.964
Total do imposto de renda diferido	375.536	(478.815)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	1.339.529	1.678.513

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

		Controladora
_	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.992.439	10.868.097
Ajuste na base tributável		
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	(900)	(746)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.576.781)	(1.322.459)
Participação nos resultados de controladas	(5.752.860)	(6.811.585)
Despesas não dedutíveis	14.383	117.412
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no		
Brasil	516.259	145.329
	(807.460)	2.996.048
Alíquota nominal ponderada agregada	34%	34%
Impostos a pagar – alíquota nominal	274.536	(1.018.656)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivos regionais de imposto de renda	11.298	-
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.649.042	1.867.737
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	124.645	142.021
Imposto retido na fonte sobre dividendos	(46.131)	-
Reconhecimento/baixa de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(178.878)	397.599
PERT 2017	(412.148)	-
Outros ajustes tributários	(82.835)	289.812
Imposto de renda e contribuição social	1.339.529	1.678.513
Alíquota efetiva de impostos	-22,35%	-15,44%

32.7 PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de *Compliance* Concorrencial e de Partes Relacionadas da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos às transações com partes relacionadas.

PÁGINA: 150 de 164

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros e estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam refletidas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações, conforme mencionado na Nota 26 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Con	Controladora e Consolidado		
	2017	2016		
Benefícios de curto prazo (i)	33.409	21.679		
Pagamento baseado em ações (ii)	38.865	36.187		
Total da remuneração do pessoal chave da Administração	72.274	57.866		

⁽i) Corresponde substancialmente a honorários de Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações (Nota 26 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência ("Fundação Zerrenner") é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% do capital total. A Fundação Zerrenner é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante

PÁGINA: 151 de 164

⁽ii) Corresponde ao custo das opções e ações diferidas concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas. A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponíveis para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$300.065 (R\$266.720 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$264.251 e R\$35.814 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente (R\$231.930 e R\$34.791 em 31 de dezembro de 2016 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

b) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrenner, no valor total de R\$63.328, pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 31 de março de 2018.

c)Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrenner, no valor anual de R\$3.255 e com vencimento em janeiro de 2020.

d) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos *Budweiser* no Brasil, no Canadá, e acordos de venda e distribuição de produtos *Budweiser* na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, Nicarágua, Uruguai e no Chile. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos *Stella Artois* sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos *Brahma* nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. Neste contexto, a Companhia registrou R\$1.909 (R\$2.039 em 31 de dezembro de 2016) e R\$314.488 (R\$373.972 em 31 de dezembro de 2016) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da ABI, para importar, promover e revender produtos *Corona (Corona Extra, Corona Light, Coronita, Pacífico* e *Negra Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

PÁGINA: 152 de 164

Transações com partes relacionadas

2017 ControladoraEmpréstimos/ Empréstimos/ Dividendos a pagar Circulante Contas a Contas a Mútuo a Mútuo a Dividendos e Juros sobre o pagar (i) receber (i) receber pagar a receber capital próprio 16.828 (237.538) AB InBev Ambev Luxemburgo 78 (31) (72.242)Arosuco 49.817 (1.093.628)(949.676)(4.308)CMQ 55.600 (1.154)CND 4.429 (17)51.763 1.093.455 CRBS (403.852) Cympay (255.150)4.670 16 Incrível (7.692)3.168 (91.224)Labatt Breweries Maltería Uruguay (17.337)(83.212)96.174 (77.908)389 (100.174)495 (680.905)Outras 405 52.258 (680.905) 1.324.219 (2.097.461)(1.297.682)

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

					2016
•					Controladora
Circulante	Contas a receber (i)	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a receber	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio
AB InBev	10.344	(222.791)	-	-	-
AB USA	9.946	-	-	-	-
Ambev Luxemburgo Ambrew	11	-	(21.817)	920.102	(89.902)
Arosuco	82.295	(1.498.412)	-	-	-
Cervejaria ZX	30.443	(7.288)	-	1.231	-
CMQ	28.749	(2.297)	(56.154)	-	-
CND	29.594	(28)	-	57.130	-
CRBS	520.759	(129.291)	-	242	-
Cympay	-	(842.950)	-	-	-
Dunvegan Fundo Ambev	-	-	(24.839)	-	-
International	-	-	(466.882)	-	-
ITW International	-	-	-	-	(590.937)
Labatt Breweries	43	_	(197.100)	-	-
LASI	-	_	(756.707)	-	-
Maltería Uruguay	-	856	(83.212)	-	-
Modelo	934	(544)	-	-	-
Monthiers	-	(437.180)	(1.101.306)	-	-
Outras	52.248	(21.240)	(47.710)	5.957	-
-	765.366	(3.161.165)	(2.755.727)	984.662	(680.839)

⁽i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

PÁGINA: 153 de 164

				Controladora
		2017		2016
Não circulante	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Contas a pagar
Ambev Luxemburgo	-	(2.088.944)	-	(1.516.257)
Aspen	-	-	365	-
CMQ	-	(209.796)	-	(409.796)
Dunvegan	-	(3.195.528)	-	(3.348.340)
Labatt Breweries	-	(11.209.157)	-	(10.288.616)
LASI	-	(463.120)	-	(3.128.736)
Maltería Uruguay	-	(1.938.640)	-	(1.938.640)
Monthiers	-	(3.415.829)	-	(986.192)
Outras	40.957	(260.000)		(975.000)
	40.957	(22.781.014)	365	(22.591.577)

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

					2017
					Controladora
Empresa	Compras / Prestação de serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio despesas com controladas	Royalties/ Benefícios	Resultado financeiro
AB Inbev	(22.798)	-	154	(846)	(30.249)
AB USA	(5.472)	-	36	(3.966)	(829)
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(186.487)
Arosuco	(2.135.280)	43.623	21.768	-	(12.431)
CRBS	(216.996)	9.178.123	44.068	-	979
Cympay	(396.243)	-	-	-	13.842
Labatt Breweries	-	-	13	-	(483.119)
LASI	-	-	-	-	(1.097.828)
Maltería Uruguay	(68.157)	-	-	-	(238.323)
Monthiers	-	-	-	-	(324.142)
NCAQ	-	-	-	-	(84.132)
Outras	(408.912)	143.516	5.456	-	(260.876)
	(3.253.858)	9.365.262	71.495	(4.812)	(2.703.595)

					2016
					Controladora
	Compras / Prestação		Rateio despesas	Royalties/	Resultado
Empresa	de serviços / Aluguéis	Vendas	com controladas	Benefícios	financeiro
AB Inbev	(37.645)	1	131	271	54.331
AB USA	150	-	90	-	489
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	30.254
Arosuco	(1.413.618)	46.191	32.249	-	2.182
Cervecería Chile	-	-	-	-	(4)
CND	-	2.438	(5)	-	13.326
CRBS	(83.582)	8.701.839	141.275	-	3.505
Cympay	(706.360)	-	-	-	103.450
Dunvegan	-	-	-	-	547.504
Fratelli Vita	-	-	-	-	(5.118)
Labatt Breweries	-	-	10	-	(491.069)
LASI	-	-	-	-	(92.384)
Lizar	(27.005)	-	-	-	-
Maltería Uruguay	(429)	-	-	-	(91.283)
Monthiers	-	-	-	-	207.596
NCAQ	-	-	-	-	(37.657)
Outras	(116.154)	85.157	29.707	-	17.544
	(2.384.643)	8.835.626	203.457	271	262.666

PÁGINA: 154 de 164

33. PARTES RELACIONADAS

O consolidado apresentou os seguintes saldos com partes relacionadas:

						2017
Circulante	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Mútuo e juros a pagar	Dividendos a pagar
AB InBev	1.159	33.639	(363.048)	(1.733)	-	-
AB Procurement	8.860	129	-	-	-	-
AB Services	802	29.100	3	(6.127)	-	-
AB USA	14.136	16.349	(375.734)	(8.732)	-	_
Ambrew	-	-	-	-	-	(89.968)
Cervecería Modelo	91.629	5.767	(589.292)	(59.710)	-	-
Inbev	101	23.779	(33.775)	-	-	-
ITW International	-	-	-	(212.527)	(48.330)	(590.937)
Panamá Holding	-	20.324	-	(4.006)	-	_
Outras	13.944	8.612	(73.653)	(3.029)	-	-
	130.631	137.699	(1.435.499)	(295.864)	(48.330)	(680.905)

						2016
Circulante	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Mútuo e juros a pagar	Dividendos a pagar
AB InBev	6.278	13.414	(308.866)	(687)	-	-
AB Package	-	-	(31.301)	-	-	-
AB Services	275	15.175	(10)	(3.098)	-	-
AB USA	19.737	18.623	(247.389)	(1.675)	-	-
Ambev Peru	7.095	-	(4.679)	-	-	-
Ambrew	-	-	-	-	-	(89.902)
Bogotá Beer	-	210.961	-	(210.961)	-	-
Cervecería Modelo	1.071	-	(444.080)	-	-	-
Inbev	182	17.599	(17.553)	(169)	-	-
ITW International	-	-	-	(209.385)	(30.455)	(590.937)
Modelo	32	986	(15.685)	(54.476)	-	-
Outras	2.579	7.255	(6.185)	(14.441)	-	<u>-</u>
	37.249	284.013	(1.075.748)	(494.892)	(30.455)	(680.839)

⁽i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

				2017
Empresa	Compras / Prestação de serviços / Aluguéis	Vendas	Royalties	Resultado financeiro
AB Procurement	(5.817)	20.822	-	-
AB USA	(258.660)	42.484	(284.515)	-
Ambev Peru	(8.639)	1.496	-	-
Cervecería Modelo	(749.085)	412	(45.834)	-
Inbev	(73.639)	-	-	-
Outras	(91.095)	8.117	(35.936)	(16.799)
	(1.186.935)	73.331	(366.285)	(16.799)

PÁGINA: 155 de 164

				2016
Empresa	Compras / Prestação de serviços / Aluguéis	Vendas	Royalties	Resultado financeiro
AB Package	(32.750)	-	-	-
AB USA	(206.030)	52.250	(292.835)	-
Cervecería Modelo	(595.958)	2.016	(46.903)	-
InBev	(76.977)	-	-	-
ITW International	-	-	-	(26.015)
Modelo	(62.985)	-	-	-
SAB Group	(3.485)	23.509	-	-
Outras	(45.583)	289	(32.195)	<u>-</u>
	(1.023.768)	78.064	(371.933)	(26.015)

Denominações utilizadas nos quadros acima e na Nota 32.7:

AB InBev Procurement GmbH ("AB Procurement")

Ambev International Fund, Ltd ("Fundo Ambev International")

Ambev Luxembourg S.A.R.L. ("Ambev Luxemburgo")

Ambrew S.A. ("Ambrew")

Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev")

Anheuser-Busch Inbev Services LLC ("AB Services")

Anheuser-Busch Inbev USA LLC ("AB USA")

Anheuser-Busch Packaging Group Inc. ("AB Package")

Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ("Arosuco")

Aspen Equities Corp. ("Aspen")

Bavaria S.A. ("SAB Group")

Bogotá Beer Company BBC S.A.S. ("Bogotá Beer")

Cervecería Chile ("Cervecería Chile")

Cervecería Modelo de Guadalajara S.A. ("Modelo")

Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. ("Cervecería Modelo")

Cervecería Nacional Dominicana, S.A. ("CND")

Cerveceria Nacional - Panamá ("Panamá Holding")

Cervecería y Maltería Payssandú S.A. ("Cympay")

Cerveceria y Malteria Quilmes ("CMQ")

Cervejaria ZX S.A ("Cervejaria ZX")

Compañia Cervecera Ambev Peru S.A.C. ("Ambev Peru")

CRBS S.A. ("CRBS")

Dunvegan S.A. ("Dunvegan")

Fratelli Vita Ltd ("Fratelli Vita")

Inbev Belgium N.V. ("Inbev")

Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. ("Incrível")

Interbrew International B.V. ("ITW International")

Labatt Breweries of Canada LP ("Labatt Breweries")

Latin America South Investment S.L. ("LASI")

Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. ("Lizar")

Maltería Uruguay S.A. ("Maltería Uruguay")

Monthiers S.A. ("Monthiers")

NCAQ Sociedad Colectiva ("NCAQ")

34. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo.

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G

99.75%

Charcas 5160 – Buenos Aires

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A.

85,67%

Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz

Brasil

AMBEV S.A. Companhia

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, São Consolidadora

Paulo

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. 100,00%

Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM

CRBS S.A. 100,00%

Avenida Antarctica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna –

SP

CERVEJARIA Z.X. 86,42%

Avenida Antarctica, 1.891, Fazenda Santa Ursula – Jaguariúna -

SP

Canadá

LABATT BREWING COMPANY LIMITED 100,00%

207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto

Chile

CERVECERIA CHILE S.A. 100,00%

Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Comuna de

Quilicura - Santiago

Espanha

JALUA SPAIN, S.L. 100,00%

Juan Vara Terán, 14 – Ilhas Canárias

Luxemburgo

AMBEV LUXEMBOURG 100,00%

15 Breedewues - L1259 - Sennngerberg

Guatemala

INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA 50,00%

KM 122 Ruta al Atlantico – C.P 01012 Teculutan, Zacapa

PÁGINA: 157 de 164

T				•
ν	'ar	or	FII	OI
1	aı	aΣ	٤u	aı

CERVECERIA PARAGUAYA S.A. 87,36% Ruta Villeta KM 30 - Ypané

República Dominicana

CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. 55,00% Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional

Uruguai

LINTHAL S.A. 100,00%

25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo

CERVECERIA Y MALTERIA PAYSSANDÚ S.A. 99,93%

Rambla Baltasar Brum, 2.933 – 11800 - Payssandu

MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA 100,00%

Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo

Panamá

Cervecería Nacional S. de R.L. 100,00%

Planta Pasadena, vía Ricardo J Alfaro y Simón Bolívar, ciudad de

Panamá, Rep. De Panamá

35. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

- i) Em janeiro de 2018, a Ambev S.A., por meio de suas subsidiárias Labatt Breweries e Ambev Luxemburgo, adquiriu dois novos empréstimos no valor total de R\$2,0 bilhões, aproximadamente, com vencimento em até um ano.
- ii) Em janeiro de 2018, a Ambev S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em linha com o comunicado ao mercado divulgado em 1 de dezembro de 2017, concluiu a operação com a ELJ, sócia da Tenedora, titular de quase a totalidade da CND. Em decorrência da conclusão da operação, a Companhia, direta ou indiretamente, se tornou titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes, bem como o prazo de exercício da opção de compra de participação passou de janeiro de 2019 para janeiro de 2022.

PÁGINA: 158 de 164

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ambev S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ambev S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Por que é um PAA Como o assunto foi conduzido

em nossa auditoria

A Companhia possui processos tributários cuja avaliação da probabilidade de perda é realizada periodicamente e leva em consideração os andamentos processuais nos tribunais, a avaliação de advogados externos e julgamentos exercidos pela Administração da Companhia. Em julho de 2017, a Companhia obteve decisão preliminar desfavorável em determinados processos tributários de imposto de renda, até então com a probabilidade de perda possível. Com a promulgação da lei 13.496/17, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), a Administração avaliou e concluiu pela adesão a esse programa, incluindo certos processos já provisionados, bem como processos com probabilidade de perda possível, mas com decisão preliminar desfavorável à Companhia.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) o montante envolvido, no valor aproximado de R\$3,5 bilhões em 31 de dezembro de 2017, é considerado material para a auditoria; (ii) a determinação dos fatores e das premissas relevantes envolveram alto grau de julgamento por parte da Administração, para incluir os processos tributários até então classificados como "perda possível" no PERT; (iii) houve frequente interação com a Administração na avaliação do tema. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relacionados ao acompanhamento de processos jurídicos; (ii) a utilização de nossos especialistas tributários na avaliação do atendimento à legislação do PERT; (iii) a análise dos fatores e avaliação do julgamento empregado pela Administração para concluir que os processos deveriam ser incluídos no PERT, principalmente os relacionados ao andamento dos processos nos tribunais, as decisões recentes e a avaliação do risco de perda dos advogados internos e externos; e (iv) análise da razoabilidade e integridade do cálculo das deduções sobre os valores totais dos processos incluídos no PERT.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios e as premissas adotados pela Administração para a avaliação dos processos e a adesão ao PERT adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

As divulgações sobre a natureza desses processos e seus efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritos nas notas explicativas nº 1(b), 24 e 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PÁGINA: 159 de 164

Exercício parcial e prorrogação de opção de venda emitida pela Companhia à E. León Jimenes S.A. ("ELJ")

Por que é um PAA Como o assunto foi conduzido

em nossa auditoria

Em 2012 a Companhia adquiriu o controle da Cervecería Nacional Dominicana S.A. ("CND"), concedendo uma opção de venda à ELJ, antigos controladores da CND, a ser exercida total ou parcialmente até 2019. Essa opção de venda foi avaliada à época e, em 31 de dezembro de 2017, está registrado um passivo financeiro de R\$5,5 bilhões, com base em múltiplos de EBITDA (Lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) da CND. Em novembro de 2017, a ELJ e a Companhia formalizaram intenção de (i) exercer parcialmente a opção de venda; e, (ii) prorrogar a opção de compra remanescente para 2022; sendo a transação sujeita a condições precedentes contratuais, as quais foram satisfeitas em 18 de janeiro de 2018.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria pois: (i) trata-se de uma transação não-usual; (ii) o montante envolvido, no valor aproximado de R\$5,5 bilhões em 31 de dezembro de 2017, é considerado material para a auditoria; (iii) há julgamento envolvido quanto as condições precedentes e a sua influência no cálculo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2017; e (iv) há julgamento envolvido na avaliação técnica quanto a se a prorrogação da opção de venda seria uma mudança substancial nos termos do passivo financeiro e, portanto, o passivo deveria ser desreconhecido e um novo passivo reconhecido com as condições atuais. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relacionados a identificação, classificação e avaliação de transações significativas não-usuais; (ii) envolvimento do auditor componente da CND para nos auxiliar na avaliação da exatidão do EBITDA da CND utilizado no cálculo do passivo financeiro; (iii) recálculo do passivo financeiro da opção de venda com base nas premissas contratuais e comparação com os cálculos da Administração; e (iv) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para análise da avaliação realizada pela Administração quanto à ocorrência ou não de modificação substancial do passivo financeiro.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios para avaliação do passivo financeiro, bem como o tratamento contábil adotado pela Companhia, adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadastomadas em conjunto.

As divulgações sobre essa transação estão descritas nas notas explicativas nº 1(b), 17(d.4) e 36 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas

demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacionale o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

PÁGINA: 160 de 164

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório

Contador

CRC nº 1 SP 216175/O-7

PÁGINA: 161 de 164

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia,em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor emitidosem ressalvas pela Deloitte ToucheTohmatsu; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Financeiro e deRelações com Investidores. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do ConselhoFiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das DemonstraçõesFinanceiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e da destinação do lucro líquido do referido exercício edistribuição de dividendos e juros sobre capital próprio na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018.

James Terence Coulter Wright

José Ronaldo Vilela Rezende

Emanuel Sotelino Schifferle(Suplente)

Ary Waddington (Suplente)

Vinícius Balbino Bouhid(Suplente)

PÁGINA: 162 de 164

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Bernardo Pinto Paiva - Diretor Geral

Ricardo Rittes de Oliveira Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Abreu Mariani - Diretor Jurídico e de Relações Corporativas

Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor de Vendas

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor de Refrigerantes

Maurício Nogueira Soufen - Diretor Industrial e de Logística

Daniel Cocenzo - Diretor de Premium e High End

Fabio Vieira Kapitanovas - Diretor de Gente e Gestão

Paula Nogueira Lindenberg - Diretora de Marketing

Marcelo Guimarães Tardin - Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados

Rodrigo Figueiredo de Souza - Diretor de Suprimentos

PÁGINA: 163 de 164

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Bernardo Pinto Paiva - Diretor Geral

Ricardo Rittes de Oliveira Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pedro de Abreu Mariani - Diretor Jurídico e de Relações Corporativas

Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor de Vendas

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor de Refrigerantes

Maurício Nogueira Soufen - Diretor Industrial e de Logística

Daniel Cocenzo - Diretor de Premium e High End

Fabio Vieira Kapitanovas - Diretor de Gente e Gestão

Paula Nogueira Lindenberg - Diretora de Marketing

Marcelo Guimarães Tardin - Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados

Rodrigo Figueiredo de Souza - Diretor de Suprimentos

PÁGINA: 164 de 164